UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

NÁDIA SAITO

A FORMAÇÃO DO FASCISMO NO JAPÃO DE 1929 A 1940

(versão revisada)

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

NÁDIA SAITO

A FORMAÇÃO DO FASCISMO NO JAPÃO DE 1929 A 1940

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social
Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

São Paulo
2012

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S132f

Saito, Nádia
A Formação do Fascismo no Japão de 1929 a 1940 / Nádia Saito ; orientador Lincoln Secco. - São Paulo, 2012.
166 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Fascismo. 2. Japão. 3. Autoritarismo. 4. Capitalismo. 5. Oriente. I. Secco, Lincoln, orient. II. Título.

SAITO, Nádia

A formação do fascismo no Japão de 1929 a 1940

Dissertação apresentada ao Departamento de História Social da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social

Aprovado(a) em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Instituição:
Julgamento: Assinatura:

Prof. Dr. Instituição:
Julgamento: Assinatura:

Prof. Dr. Instituição:
Julgamento: Assinatura:

DEDICATÓRIA

A Danilo Lopes Cardoso.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecimentos aos professores Lincoln Secco, Wilson Barbosa e José Mao Jr., que participaram de minha trajetória de pesquisa. Também à Maria de Lourdes Janotti e Sedi Hirano, que me apoiaram e dedicaram boa parte de seu tempo com sugestões e opiniões contundentes.

A todos os componentes do grupo de estudos de história e historiografia.

A Eric Frade por ter me dado todo o suporte para que eu continuasse a pesquisa.

Agradeço também a paciência de meus pais, de meu irmão e de minha irmã.

Aos amigos, Letícia Dalla Valle, Cila Lima, Ana Iervolino, André Oliveira, Luciano Tavares, Rafael Silva e Federico Croci. A João Gabriel Borges por sua compreensão.

Não posso deixar de mencionar aqui minha querida amiga-irmã, Julie Segawa, de quase 3 décadas.

A todos estes deixo este registro singelo, mas de profunda gratidão.

Por fim, agradeço ao auxílio concedido pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

SAITO, N. **A formação do fascismo no Japão de 1929 a 1940**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a experiência japonesa e a aplicabilidade do conceito "fascismo" ao período compreendido entre a Grande Crise do fim dos anos 1920 e o fechamento total dos partidos e dos sindicatos. O caso japonês é, muitas vezes, tratado como desprezível, por se referir a uma experiência fora dos perímetros ocidentais e, também, traz consigo uma forma de esquivar-se de cada particularidade dentro de uma universalidade. O Japão, após a implantação do capitalismo em fins do século XIX, passa por diversas transformações orientadas pela mesma lógica de reprodução. A partir das distinções do caso japonês e de generalizações do conceito "fascismo", foi possível perceber a unidade dos processos político-sociais. O resultado de uma arquitetura de dominação, desde a esfera social até os movimentos políticos da economia, foi exposto neste trabalho.

Palavras-chave: Japão, fascismo, capitalismo, autoritarismo, Oriente.

ABSTRACT

SAITO, N. **The making of fascism in Japan, 1929-1940**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

This study aimed to analyze the Japanese experience and the concept of "fascism" due the period between the Great Crisis of the late 1920s and the total closure of parties and unions. The Japanese case is often treated as negligible, because it refers to an out of the western perimeter, and also brings with it a way to dodge every particular within a universality. Japan, after the capitalism introduction in the late nineteenth century, goes through several transformations driven by the same logic of reproduction. From the Japanese case distinctions and generalizations of the concept of "fascism", it was possible to make out the unity of political and social processes. The result of an architecture of domination was exposed in this work, from the social sphere to the political movements of the economy.

Key Word: Japan, fascism, capitalism, authoritarianism, Orient.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Tabela I – Relação de Primeiros-Ministros, suas respectivas gestões e motivos de saída: 1927-1945.....160

Figura 2 – Mapa da expansão territorial do Japão na Ásia Oriental, 1874-1945.....162

Figura 3 – Mapa da Manchúria, 1931-1933.....163

Figura 4 – Mapa da Expansão Japonesa do Extremo Oriente, 1930-1941.....164

Figura 5 – Mapa da Expansão Japonesa no Sul Asiático, 1942.....165

Figura 6 – Mapa da Guerra no Pacífico, 1941-1945.....166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

1. MODERNIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS, A MARCHA DO CAPITAL E A ADAPTAÇÃO DOS VALORES TRADICIONAIS: ALGUNS PRECEDENTES.....19

1.1 "Meijização" e Imperialismo.....19

1.2 A Democracia *Taisho*.....33

2. PROLONGAMENTO DO PROCESSO *MEIJI* E O TRIUNFO DO MILITARISMO.....43

2.1 A Paz Iluminada.....44

2.2 Por uma Manchúria (in)dependente e a construção da Grande Ásia.....46

2.3 Japão em segurança.....49

2.4 *Zaibatsu*, Crise e Manchúria.....60

3. FASCISMO COMO MILITARISMO E NACIONALISMO.....76

3.1 Formações de *Kodo-ha* e *Tosei-ha*.....83

3.2 Kwantung e seu império Manchukuo.....92

4. CONCENTRAÇÃO PARA A DESTRUIÇÃO.....100

4.1 Doutrina Monroe para os asiáticos.....105

5. MOVIMENTO DA "NOVA ORDEM".....115

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O FASCISMO JAPONÊS.....133

BIBLIOGRAFIA.....150

ANEXO.....160

INTRODUÇÃO

> As formas concretas do fascismo mudam com as circunstâncias concretas da situação revolucionária.
> (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 161)

Em 1929, a crise bancária mundial imergiu a economia do Japão numa depressão nunca antes experimentada. Golpes e assassinatos políticos compuseram o panorama desse país, facilitando a subida dos militares ao poder, em 1932. Um ano antes, a Manchúria serviu à expiação da agressão real representada pelos nipônicos ao continente asiático. As expansões militares continentais na Ásia favoreceram uma recuperação rápida da economia japonesa, além de desenvolver uma indústria pesada, voltada, essencialmente, a uma tecnologia bélica.

Contudo, essa expansão que projetou o Japão como exportador de capitais resultou em tensões internacionais quanto a possíveis invasões às nações vizinhas. O jogo político, rodeado de intrigas e alianças de partidos tradicionais com os *zaibatsus*[1], cede o poder aos militares – com apoio da maioria da sociedade –, sob a promessa de uma guerra expansionista, de solidariedade asiática e de oposição às nações ocidentais no Extremo Oriente.

Ao iniciar-se a Era *Showa* (1926 a 1989), a figura do imperador Hiroito foi representada na historiografia muitas vezes como um símbolo do militarismo ou do nacionalismo em curso. Apresenta-se aqui uma reflexão sobre o conceito "fascismo" localizado num tema maior, que é a formação do Estado Moderno e o desenvolvimento do capitalismo no Japão nos anos compreendidos entre 1929 e 1940, datas referentes à crise bancária mundial e ao fechamento dos sindicatos e proibição de partidos.

São relevantes as relações acerca do fascismo e do militarismo que denominam as experiências históricas dos anos compreendidos entre as Guerras Mundiais, uma vez que em torno disso gira a controvérsia do regime no Japão.

---

[1] Conglomerado financeiro de companhias privadas de diversos setores da economia. Os agrupamentos eram dirigidos por famílias, e sua formação é datada de 1880, Era *Meiji*, quando a questão da economia nacional estava em debate e várias empresas estatais foram liquidadas a baixos preços para o nascente empresariado japonês.

A historiografia tem se interessado sobre a aplicabilidade do conceito "fascismo" no contexto japonês, aparecendo circunscrita e reduzida por duas razões, de forma geral: a primeira delas é a visão de aproximação do Japão como país remoto e exótico[2]. Para tanto, criaram-se estereótipos de alteridade desconsiderando a complexidade do fato histórico, o que, por sua vez, fortalece uma imagem descolada de qualquer apreciação crítica ou de ferramentas conceituais que possam satisfazer a questão, empobrecendo a historiografia sobre o assunto.

A segunda razão, de igual importância e de certa forma relacionada com a primeira, é a ótica individualizante e meramente ideológica que foi infundida entre os estudiosos estadunidenses nos anos do imediato pós-guerra e que se tornou a visão hegemônica até os dias atuais. A abordagem consolidada sobre o Entre-guerras japonês, que influenciou e legitimou as interpretações pós-ocupação, têm se mantido como oficial e favorece uma visão orientalista alastrada por todo o Ocidente:

> Foram, assim, creditadas e divulgadas interpretações do fascismo, e mesmo do "não-fascismo", japonês pouco convincentes, que se basearam apenas sobre a individualização dos elementos ausentes – em relação à Itália e à Alemanha – em consideração ao "caso japonês" e que, na historiografia, tem um achatamento, tem-se feito um mal uso do método comparativo.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 248)

Francesco Gatti apresenta indícios para o exame da experiência japonesa que perseguem o fio condutor do capitalismo japonês em desenvolvimento. Gatti foi um dos precursores ao analisar a natureza do regime japonês no período das Grandes Guerras, fora do Japão:

[2] Cf. WONG, Roy Bin. **China Transformed**. Ithaca: Cornell University Press, 1997; SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

> O desenvolvimento histórico do Japão entre as duas guerras mundiais apresenta uma série de problemas de interpretação causados, por um lado, pela compreensão e pelo aprofundamento teórico e factual das condições objetivas e subjetivas em que se iniciou a transição para o capitalismo e se consolidaram os próximos "estágios de desenvolvimento" e, de outro lado (o que, naturalmente, não está dissociado do primeiro, mas interligado e correlato), a análise da relação entre o crescimento da "sociedade de massas" e evolução da forma de domínio da burguesia. Se o debate sobre o capitalismo japonês – consequência do papel hegemônico que no mundo acadêmico daquele país já revelou – conduziu as investigações historiográficas e definições conceituais interessantes e fecundas, não só em termos de "singularidade", mas em termos teóricos, em relação ao debate, a análise das relações econômicas e sociais entre as classes e suas eventuais alterações ao nível institucional, continua a servir – e em ambientes culturais japoneses e, sobretudo, no contexto da historiografia ocidental – aos atrasos e às ausências.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 247)

Conforme o autor, o silêncio sobre o regime japonês, instaurado no período da Segunda Guerra Mundial por parte da historiografia, é justificado – ainda que não legítimo – por ser parte de um processo histórico e político vivido naquele momento pelos pesquisadores e estudiosos japoneses; no entanto, dentre os estudos feitos no Ocidente, de forma geral, apesar da dificuldade de absorção do mundo cultural e do editorial, o problema é contornado por renúncia e recusa ao tópico.

O fascismo tem se apresentado como movimento político novo da primeira metade do século XX e ligado a algum tipo de modernização "perversa". De forma geral, é entendido como movimento radical de massas, de oposição a elementos da modernização e violentamente hostil (num sentido negacionista) ao comunismo e a outros movimentos que incitavam a contestação da ordem vigente.

Terreno mais seguro é partir do pressuposto de que o fascismo foi um movimento declaradamente internacionalista, como protótipo especular e nacionalista, em sua dinâmica interna, inserida no sistema capitalista. Exemplo ilustrativo de Masao Maruyama é de que os países do Eixo eram considerados fascistas de forma genérica pelos democráticos, como os EUA[3].

O movimento fascista segue um padrão essencialmente conservador e reacionário, apesar de ostentar uma plumagem revolucionária e modernizante. O

[3] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 160.

avanço aparente da tecnologia dá a justificação à atmosfera arrojada da modernização[4], em realidade servindo aos fins da inevitável guerra do capital. Essa contrarrevolução apresenta-se como o último recurso do sistema capitalista sob uma nova forma política[5].

O aspecto revolucionário não é senão a negação à ameaça ao sistema. A Revolução Russa serviu à expiação para o terrorismo criado, a partir do que a contrarrevolução acaba por criar seus meios de combate, com poderosos armamentos ideológicos e efetivamente materiais.

Em cada caso nacional, a contrarrevolução tomará um desenho particular, que vai depender de seus conteúdos. Neste estudo foram consideradas: 1) a situação internacional enfocada no Extremo Oriente; e 2) as circunstâncias históricas e geográficas do Japão e seus interesses geopolíticos.

O fascismo é considerado aqui uma expansão concentrada na contrarrevolução, ou seja, fundamentalmente na tentativa de suprimir o comunismo. A mobilidade do movimento autoritário se concentrou nesse alvo. Foi concebido como ameaça real, materializada nos partidos comunistas, núcleo mais combativo e organizador das situações revolucionárias. Esse processo demonstrou-se acima das classes sociais e, não obstante, atendia aos interesses dos conglomerados financeiros.

A adesão por parte dos liberais e social-democratas ao fascismo foi pelos limites marginais da revolução, mais do que por uma questão de princípio ideológico (mais por princípio estratégico de sobrevivência e por utilização desses princípios ideológicos). Os elementos que suportam a reprodução do sistema agregam-se e colaboram ao poder fascista:

---

[4] Cf. MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983; SASAKI, Chikara. **Introdução à teoria da ciência**. São Paulo: Edusp, 2010; MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

[5] TALHEIMER apud BAUER, O.; MARCUSE, H. et al. Introducción. In: **Fascismo y Capitalismo**: Teorias sobre los orígenes sociales y la función del fascismo. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S.A., 1967, p. 15.

> Portanto, se o controle fascista implica a suspensão formal ou destruição de uma constituição e de um sistema parlamentar ou se ele preserva as formas constitucionais não é uma questão de princípio, mas uma questão de efetivação marginal desses sistemas. Se as instituições parlamentares nunca se tornaram uma prioridade para a revolução, então, a Alemanha[6] e a Itália foram provavelmente condenadas à destruição. No entanto, se o sistema parlamentar (não simplesmente no estrito senso de um sistema de responsabilidade do gabinete; o mesmo se aplica ao sistema presidencial) é por razões políticas e econômicas livre desse perigo, e se as forças contrarevolucionárias têm uma esmagadora maioria parlamentar que parece descontente a ser ameaçada por algum tempo por vir, então o parlamento não apresenta sérios obstáculos ao desenvolvimento do fascismo. Claro que se os princípios parlamentares estão em pleno funcionamento e se o rol de leis garantidas pela constituição são mantidas numa forma relativamente pura, a organização efetiva de forças contrarevolucionárias vai encontrar dificuldades e resistência relativas, tensões, existe um temor sob a "infecção" dos países vizinhos submetidos a uma mudança revolucionária.
> (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 161)

Um fator que maturou o fascismo no Japão pré-guerra foi a crise de 1929-31, a qual intensificou o conflito interna e externamente pelo desenvolvimento dos movimentos revolucionários na China e, particularmente, na Manchúria, a tábua de salvação do Japão:

> O que temos que nos concentrar aqui é no fato de que não existem razões *a priori* para pensar que a existência de provisões legais para uma constituição e para um sistema parlamentar é por si mesmo prova da ausência das formas fascistas de controle. As formas políticas de ditadura com partido único ou o estado corporativo são apenas vestimenta que o fascismo escolheu para se mascarar em circunstâncias particulares – a mais efetiva organização significa que pode cair na supressão forçada de forças revolucionárias.
> (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 163)

O fascismo aparece em países em que o grau de tensão para uma situação revolucionária compõe um panorama de contágio. Mesmo quando há oposição entre forças revolucionárias e contrarevolucionárias, se isso não estiver maturado num ponto em que a estabilidade da ordem estabelecida se veja ameaçada, o fascismo não pode ocorrer (ou aparece como subdesenvolvido).

---

[6] NEUMANN, Franz Leopold. **Behemoth**: The Structure and Practice of National Socialism, 1933 - 1944. [S.l.]: Harper, 1944, pp. 52-54.

Há de se reforçar o ponto de que o motor do fascismo é o temor. Mesmo se as forças revolucionárias não tiverem atingido um grau de organização numa certa situação revolucionária, indicando a impossibilidade de uma revolução iminente, a classe dominante ou seus subordinados políticos podem ser dirigidos pelo medo e, então, superestimarem as forças revolucionárias, desencadeando-se o fascismo.

O contrário também pode acontecer, isto é, se as sociedades revolucionárias internamente estão enfraquecidas, maior é a chance de a derrota das forças revolucionárias e de sua ideologia se assentarem – elementos que serão incapazes de serem absorvidos na vida nacional. Quando isso acontece, e a situação é complicada pela intensificação de rivalidades internacionais, cria-se o terror, não apenas por parte da classe dominante, mas também entre as massas, um medo que abre caminho ao fascismo, tornando-se, destarte, o cimento compulsivo da unidade nacional. Passa-se a aceitar o intolerável por temor a um futuro ainda pior: aqueles que estão no olho do furacão do medo antes de sua própria criação.

A história oferece muitos exemplos de ilusões que se tornam realidade: "O fascismo é, *par excellence*, filho do medo – tal qual sua mãe" (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 165).

O movimento fascista é geralmente mais forte antes de sua chegada ao poder. Ele nasce nas condições em que uma revolução está iminente, nasce como colisão à mudança. Como um siamês da guerra, ele é seu promotor obsessivo, previamente originado durante a era dos imperialismos. É importante ressaltar, portanto, que a análise do fascismo se orientou mais pelo movimento e levou-se em consideração a guerra como resultado deste. A definição do fascismo japonês partiu desse fio condutor. Numa ponderação mais ampla, Edward H. Carr afirma que o século XX foi o de "guerra e revolução", no qual a guerra foi produzida como resposta à revolução, para consumi-la[7].

A guerra produzida durante o fascismo é iminente. Não importa o grau de organização das forças revolucionárias no país em questão. As circunstâncias nipônicas exigiram pouco tempo de organização das forças revolucionárias e uma massa organizada; no entanto, a mobilização nacional pôde ocorrer pelas lideranças

[7] CARR, E. H. **Conditions of Peace**. Londres: Macmillan, 1942, p. 4.

militares servindo de substitutas. As forças militares puderam desenvolver certa base popular sob uma ilusória aparência de democracia. No processo de desenvolvimento fascista, o partido fascista e suas organizações próprias são um tipo de Exército extraoficial e, inversamente, o Exército é um tipo de partido fascista extraoficial.

O fascismo pode desenvolver-se da seguinte forma: como resultado da chegada ao poder pelo partido fascista por um tipo de organização de massa, desenvolvendo-se permeado pela estrutura interna do poder. Apesar de sutil a diferença, ela é tratada como uma questão de grau por Maruyama[8]: se a tenacidade da situação revolucionária não atingir certo grau, a contrarrevolução não terá uma forma fascista e, mesmo que a organização de massa se desenvolva a partir "de baixo", estará destinada ao fracasso pelas forças contrarrevolucionárias "de cima", por sua natureza contrarrevolucionária.

O Japão estaria inserido no segundo caso. Mesmo com o fascismo "de baixo", as forças extraoficiais ou semioficiais atuam como vanguarda da contrarrevolução. No Japão pré-guerra, os grupo de direita e gangues terroristas – Associação de Reservistas do Exército, os grupos de jovens e Associação de Assistência Imperial de Moços – entram nesta categoria. Jovens militares não se enquadram nesse grupo, mas, funcionalmente, eles eram mais efetivos, militantemente, nas vanguardas. Como tropas de elite da contrarrevolução, eles estão em oposição próxima ao inimigo e mais ansiosos para o conflito.

O processo de fascistização foi acelerado por esse suporte civil e militar, que nem sempre segue um estereótipo de personalidade fascista[9]. A função propagandística de produção do terrorismo fomenta a ideia e sentimentos de massa para a função de unidade nacional, o que, depois de 1931, se estende para a Ásia.

Quanto mais pares fascistas aparecem, tanto mais é preciso que os países se organizem em nível internacional. O fascismo nasce, essencialmente, como estorvo ao comunismo e também cumpre a função de renovar o sistema do capital como resposta mais adequada. No caso japonês, o movimento fascista se enfraquece com a chegada ao poder, principalmente nos últimos anos entre 1937 a 1940, quando a ala radical é eliminada para que seja dirigido, principalmente, por um poder moderado. Embora

---

[8] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 167.

[9] Para leituras mais aprofundadas sobre o assunto, cf. ADORNO, T. **The authoritarian personality**. Nova York: Wiley, 1964.

tenham sido elas a mobilizar a base, as diretrizes dos radicais acabam por atrapalhar a estrutura do sistema do capital. Quando, antes, serviram para renovar, mais tarde atrapalham por serem empecilhos quanto ao seu direcionamento de reestruturação de uma nova ordem.

A economia japonesa dos anos de 1930 era basicamente rural, tornando o campo um dos principais canais para a exaltação da unidade nacional. Portanto, ideais de ruralidade também foram agregados fortemente, sem que houvesse o choque com o movimento de modernização do Estado[10]. Foi por meio da facção rural que o fascismo pode se sustentar economicamente e também desenvolver seus projetos industriais.

Os movimentos políticos se estabeleceram como repúdio à democracia ensaiada nos anos *Taisho*, durante o crescimento do movimento operário, resultante da conjuntura japonesa de industrialização. O estandarte popularesco do fascismo era sob o ressentimento às Potências ocidentais, principalmente associado aos tratados desiguais, que recrutavam o setor médio em ascensão.

Inicialmente, o Japão, soba égide dos movimentos fascistas, sob um disfarce de tradição, acaba por favorecer o setor *zaibatsu*, primeiro como capital monopolista e, depois, como financeiro, até a guerra do pacífico de 1941 e o fechamento das organizações operárias em 1940.

Apesar de o caso japonês ser apresentado como particular, o fato de o refúgio da análise de cada caso nacional ser particular esconde o fator universal de que o padrão nipônico é parte de um movimento mundial que define, por exemplo, as dinâmicas interna e externa, política, ideológica e econômica. A hipótese de desenvolvimento de um movimento fascista partiu do pressuposto de que, no Japão, ele teve uma unidade específica que caracterizou processos políticos e sociais análogos aos pares que compuseram, mais tarde, o Eixo. E estes constituíram o efeito histórico dos movimentos e sistemas de dominação fascista[11].

O panorama apresentado persegue a concepção dos movimentos fascistas até sua chegada ao poder. Para tanto, a presente pesquisa dividiu-se em seis partes: na primeira parte, alguns precedentes do imperialismo japonês foram apresentados desde o período *Meiji* e *Taisho*; na segunda e na terceira, o surgimento dos movimentos

---

[10] De forma que o camponês, ao invés de se voltar contra as relações adjacentes à propriedade privada, volta-se contra a revolução operária, entendendo que defende a propriedade privada rural.

[11] TALHEIMER apud BAUER, O.; MARCUSE, H. et al. Introducción. In: **Fascismo y Capitalismo**: Teorias sobre los orígenes sociales y la función del fascismo. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S.A., 1967.

autoritários de direita no Japão desde os anos 1920, que representaram o período *Showa* e a crise do liberalismo e a invasão da Manchúria; em quarto lugar, seria o período da "maturidade" desses movimentos desde o "Incidente de 26 de fevereiro de 1936" com a associação do movimento civil ao poder militar, cujos expoentes vêm a ocupar, gradualmente, o centro do governo nacional; a penúltima parte circunscreveu-se sobre um esgotamento do movimento inicial, em que os militares, na tomada do poder, eliminam a ala radical e modelam um estrutura de dominação combinada com os poderes semifeudais da burocracia, anciãos, *zaibatsus* e poder político[12]. Por fim, uma breve consideração sobre a historiografia acerca do debate sobre o Japão dos anos de 1930.

[12] GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 257.

1. MODERNIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS, A MARCHA DO CAPITAL E A ADAPTAÇÃO DOS VALORES TRADICIONAIS: ALGUNS PRECEDENTES

1.1 "Meijização" e Imperialismo

> Vimos assumir a sucessão ao Trono Imperial, no momento em que o Império é submetido a uma reforma total. Reservamo-nos o direito de decidir, de modo supremo e exclusivo, os assuntos civis e militares. A dignidade e felicidade da nação reclamam a interferência de Nossa elevada função. De modo constante e sem repouso, consagremos a isso os Nossos pensamentos. Por indignos que sejamos para a tarefa, pretendemos continuar o trabalho começado pelos nossos sábios antepassados e aplicar a política que nos legou o falecido imperador, dando paz aos clãs e ao nosso povo, e promovendo, além dos mares, no exterior, a glória da nação. Devido às intrigas imoderadas que o *shogun* Tokugawa Keiki alimentou, o Império se reduziu a pedaços e, em consequência, veio a guerra civil que padecimentos sem conta impôs ao povo. Assim, fomos forçados a fazer, pessoalmente, campanha contra ele.
> Como já se declarou, a existência de relações com países estrangeiros implica problemas muito importantes. Assim, também Nós, por amor ao povo, estamos dispostos a enfrentar os perigos do abismo, a sofrer as maiores dificuldades, jurando estender ao estrangeiro a glória da nação, e a satisfazer os manes dos nossos ancestrais e do defunto imperador.
> Portanto, que vossos clãs reunidos nos assistam em nossas imperfeições, que unidos vossos corações e vossas forças desempenheis os papéis que vos estão atribuídos, desdobrando todo vosso zelo para o bem do Estado.
> 21 de março de 1868.
> (Texto imperial de 1868 sobre a Restauração *Meiji*. In: CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 45-46)

Em 1868, o jovem príncipe de 14 anos, Mutsuhito, foi coroado Imperador *Meiji*, rompendo com as diretrizes ultraconservadoras de seu pai, Imperador Komei. O sucessor teria em seu mandato celestial a missão de restaurar o poder político imperial promulgando um sistema monárquico constitucional que respeitasse a legislação internacional em vigor.[13]

Da Restauração *Meiji* (1868) à Primeira Guerra Mundial, o Japão se transformou numa potência imperialista. É nessa modernização do Estado que uma rejeição às estruturas feudais – já falidas para os parâmetros da economia mundial – se fazia necessária, além da construção de uma identidade nacional que mantivesse e

[13] KANJI, Kikuchi. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

reformasse o poder econômico dos *daymios*. Estes eram senhores feudais que, durante o período *Tokugawa*[14] (1603-1868), foram submetidos às determinações do xogunato[15]:

> Em primeiro lugar, acho que a autoridade política foi em grande medida descentralizada nas mãos do senhor (hereditário), que era vassalo do governante. Em segundo lugar, a classe cujo poder ficou sob o controle da terra e dos seus cultivadores. No entanto, mesmo a este nível é necessário qualificar. Havia dois governantes: um *de jure* soberano, o Imperador; e um monarca *de facto*, o Xogun. O poder deste último sobre os senhores e o poder dos senhores sobre os seus servos foram maiores do que era comum na Europa medieval. Fundamentalmente, os samurais eram em grande parte dissociados da terra, morando em cidades-castelos, das quais exerciam autoridade sobre o campo de funcionários, coletando tributos que estavam mais próximos ao imposto de renda.
> (BEASLEY, W.G. **Modern History of Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1989, pp. 13-14)

Aproximadamente 300 feudos constituíam a sociedade nipônica, com um governo central (Xogun, período *Tokugawa*). A formação da nação moderna japonesa

---

[14] "Em 1600, Tokugawa Ieyasu derrotou seus inimigos na batalha de Sekigahara e três anos depois lhe foi concedido o título de shogun (sei-i-tai-shogun, que quer dizer grande general abatedor de bárbaros) pelo Imperador. A administração da família Tokugawa em Edo (Tóquio), ao invés da Corte Imperial em Quioto, foi o governo efetivo do Japão. O Imperador era virtualmente um prisioneiro em seu palácio com nenhuma influência política. Sua corte de nobres tinha que jurar lealdade ao shogun, o qual indicava todos os oficiais seniores para a Corte. A força dos Tokugawa se baseava nas maiores propriedades de terra no Japão (eles eram donos de 25% da terra). O resto das propriedades foram divididas entre os daymios (senhores feudais). Como prevenção para o caso de rebeliões, havia um sistema de assistência alternada. Todo daymio tinha que gastar metade de seu tempo em seu domínio e a outra metade em Edo. Quando estivesse em seus domínios, teria que deixar sua esposa e família em Edo como reféns. Os daymios não eram autorizados a visitar a Corte Imperial em Quioto. Os Tokugawa promoveram o confucionismo para manter seu poder e tentaram prevenir todas as mudanças cercando o Japão contra contatos com estrangeiros (Sankoku). Todas estas medidas foram efetivas em manter o domínio dos Tokugawa e a paz interna até o desembarque do comandante Perry em 1853. Ele obrigou os japoneses a abrirem seus portos aos estrangeiros e em 1858 o shogun teve de fazer o primeiro de vários tratados desiguais, nos quais deu aos estrangeiros uma posição privilegiada no Japão. Estas indicações da fraqueza do shogun levou a um movimento anti-Tokugawa no qual pretendia restaurar a autoridade do Imperador e deu lugar ao slogan *sonno joi* (respeito ao Imperador e expulsão dos estrangeiros). Em 1866 houve uma rebelião aberta por daymios de Chosu e Satsuma, que levou à resignação do último shogun Tokugawa em 1867 e a Restauração *Meiji* em 1868" (TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, pp. 849-850).
Sobre o conceito de feudalismo no Japão pode ser consultado o artigo de: HINTZE, Otto. Natureza e extensão do feudalismo, **Signum**, 6, 2004, pp. 145-182.

[15] "As funções do *shogun* são abolidas em 1868, a resistência armada dos partidários dos Tokugawa dura alguns meses. A Inglaterra e os Estados Unidos apoiaram discretamente o movimento de renovação, enquanto a França tentou, em vão, salvar o regime do *shogun*, pela mediação do arrojado Léon Roches, ministro da França no Japão desde 1864" (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 44).

foi cristalizada em torno dos trajes do Imperador e seus conselheiros em Quioto[16]. A execução ficou por conta do movimento "lealista", que aspirava a uma reforma em âmbito tradicionalista e conservador. As casas de comércio que já ganhavam expressão no mundo do trabalho em formação sustentavam esse movimento numa simbiose social. Os principais nomes e respectivos clãs eram: Saigo Takamori e Okubo Toshimichi de Satsuma, Ito Hirobumi e Yamagata Aritomo de Chosu e Sakamoto Ryoma de Tosa. Os três feudos – Chosu, Tosa e Satsuma –, cujas funções militares de seus samurais[17] ainda estavam preservadas devido às suas relações comerciais com as ilhas Ryukiu (atualmente, as ilhas de Okinawa), cumpriram o papel de braço armado para a efetivação da restauração. Outros feudos, que basicamente sobreviviam da agricultura, tinham forças militares escassas, delegadas aos samurais, e relegavam estes a tarefas burocráticas, como funcionários do feudo.

A paz interna instaurada pelo fechamento da economia cercou o desenvolvimento militar do arquipélago, fragilizando-o em face dos ataques estrangeiros. Gerava-se aí um debate em torno de uma formação nacional moderna, capaz de concorrer com os ocidentais, sendo objetivo japonês, naquele momento decisório, "alcançar" o nível da tecnologia ocidental com o máximo de autonomia[18].

Atentos a essas ideias, os dirigentes mais conservadores reservavam suficiente atenção, não só em termos de quais políticas seriam adequadas para a manutenção da ordem, como também à defesa de uma "essência natural" e de uma "pureza cultural".

---

[16] CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 43.

[17] "A classe dominante no Japão do século XX. No fim do século XIX famílias de grandes guerreiros assumiram o poder do Imperador e da Corte dos nobres. Após uma luta entre as famílias Minamoto e Taira na década de 1880, o Imperador deu a vitória ao Minamoto Yoritomo, o título de shogun (o deputado militar do Imperador). Ele foi ostensivamente um servo do Imperador, exercendo seu poder em seu nome, mas na prática Yoritomo tinha absoluto poder e o Imperador era só figurativo. Deste período até a Restauração *Meiji* de 1868 os governantes do Japão eram todos militares. Eles desenvolveram seu próprio código de conduta, bushido ('o caminho do guerreiro'), no qual enfatizavam as virtudes da bravura, lealdade e honra. Uma lealdade de samurai (de guerreiro) para com seu senhor (lorde), que a honra tinha que defender. Ao invés de agir desonrosamente, ele tinha de cometer um suicídio doloroso por *seppuku* ('corte no estômago'). No século XVI um sistema de casta rígido foi imposto para a sociedade japonesa, que era organizado em quatro grupos, tendo o samurai no topo, seguido por camponeses, artesãos e comerciantes. O fato de que a posição mais baixa era dada aos comerciantes era uma indicação de que havia o desprezo do samurai pelo dinheiro e pelo fazer dinheiro do comércio. O confucionismo, com sua ênfase na hierarquia social e lealdade, reforçavam a posição do samurai. O shogunato Tokugawa (1603-1867) trouxe 250 anos de paz ao Japão, portanto os samurai não eram mais necessários como classe guerreira e foram reduzidos à administração de seus domínios, no entanto, eles mantiveram os ensinamentos do bushido, em que permeavam todos os setores da sociedade [...] A influência do samurai continuou mesmo após eles terem cessado de existir enquanto classe privilegiada" (TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, pp. 749-750).

[18] SASAKI, Chikara. **Introdução à teoria da ciência**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 27.

Outra preocupação em relação aos "direitos internacionais" do Japão apontava para a criação de um modelo de nação rica, forte (militarmente) e soberana (*fukuoku kyohei*), que pudesse cooptar o máximo de contingente possível, até mesmo socialistas – em apoio ao imperialismo – e oficiais do exército, para o confisco de riquezas[19]. Segundo Otto Hintze, o feudalismo é um processo conexo ao imperialismo, que "não avança aos poucos, num permanente e racional esforço de formação do Estado", mas que busca atalhos para avançar economicamente por expansão, conquista e, principalmente, por uma "ideia religiosa de domínio universal": "[...] a transição de uma frouxa constituição tribal clânica, de base corporativa, para um ordenamento estatal e social mais firme, estabelecido por dominação" (HINTZE, Otto; GRESPAN, J. L. (trad.) Natureza e extensão do feudalismo. In: **Signum**, n. 6, 2004, p. 169).

A variante capitalista no Japão provocou impacto, principalmente, em sua indústria de bens de consumo, relativamente ao papel do capital estatal, abrindo espaços para a oligarquia e para a nova classe dominante na empreitada de anexação de Taiwan, que justificaria mais tarde a militarização.[20] Segundo Michio Morishima[21], os países do Extremo Oriente assimilaram o capitalismo tecnológica e economicamente sob o domínio da cultura moderna. Ele considera que o confucionismo se destaca na formação dessa ideologia japonesa. Embora modificações tenham sido introduzidas até a implantação de um xintoísmo, para o autor, a dinâmica dessa transformação foi esse *ethos* construído a partir do confucionismo. A religião, que teria como par análogo o protestantismo no Ocidente, passou pelo crivo das necessidades econômicas e teria se adaptado aos moldes da sociedade moderna, por apropriação da doutrina e modificações em sua interpretação.

O *Meiji*, literalmente o "governo esclarecido", inaugurou uma nova ordem que desmantelaria o xogunato. Essa destruição do aparelho estatal feudal dilataria o caminho à economia capitalista e a suas engrenagens e vínculos feudais, que passaram a ser fator impeditivo ao desenvolvimento do capital e à nascente burguesia. Precisavam ser substituídos e transformados conforme os ditames do sistema capitalista:

---

[19] BEASLEY, W.G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 18.

[20] GATTI, Francesco. **Il Fascsimo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997, p. 12.

[21] MORISHIMA, M. **Capitalisme et confucianisme**. França: Flammarion, 1987, Introdução.

> [...] o *Meiji* herdou uma sociedade na qual, guardados os limites, tiveram um alto grau de desenvolvimento da agricultura, um sistema extensivo de marketing, uma tradição de intervenção autoritária na economia e, acima de tudo, uma população relativamente bem-educada com atributos de disciplina, lealdade, frugalidade e compromisso com os incentivos voltados à economia. Existia um potencial para o crescimento econômico moderno. A Restauração *Meiji* em 1868 trouxe mudanças políticas e institucionais fundamentais, as quais impulsionaram o desenvolvimento econômico acelerado.
> (MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. London: University of Cambridge Press, 1995, p. 23)

A derradeira sentença do sistema feudal foi em 1863, quando o imperador deslegitimou as decisões do xogunato ao ordenar a total expulsão dos ocidentais, forçando, assim, intervenções militares por parte da França, da Holanda, da Inglaterra e dos EUA. Esse fato obrigou um posicionamento dos "lealistas" a uma política de acordo, mesmo que temporária, com o Ocidente, tomando a figura do imperador como entidade de representação nacional e negando o xogun como instância decisória[22]. As frágeis estruturas feudais e os debates em torno da entrada do Ocidente são dissipados, em emergência às necessidades de formação de uma nação moderna de participação plena na economia mundial, ainda que esta fosse pela aplicação de um novo sistema dirigido pelo capital industrial hegemonicamente ocidental/europeu. As bases para uma unificação do país exigiam, também, uma força armada moderna:

[22] "Em 1867, o jovem príncipe Mutsuhito, de 14 anos (Imperador *Meiji*), sucedia no trono imperial seu falecido pai, o Imperador Komei, que era ultraconservador. Em janeiro, o jovem imperador *Meiji* (1853-1912), apoiado pelas principais forças dos feudos de Satsuma e Chosu, declarou a restauração do poder político imperial promulgando o 'Juramento de cinco cláusulas', que explicou a linha básica da política do novo governo com base no sistema monárquico constitucional com o devido respeito à legislação internacional em vigor" (KANJI, Kikuchi. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993).

> Na série de crises durante 1867-8 o governo de Tokugawa foi derrubado e surgiu um novo regime, no qual os reformadores mais "ligados às raízes" ganharam destaque. Assim, o Japão foi posto em um novo curso: "usar o bárbaro para controlar o bárbaro", isto é, adotar a tecnologia militar do Ocidente, os processos econômicos e as instituições políticas como fontes de resistência japonesa.
> (BEASLEY, W. G. **The Modern History of Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989, p. 15)

Não houve passagem efetiva de poder para a burguesia; senhores feudais e comerciantes tinham mais influência na Restauração *Meiji* do que antes. Uma divisão do trabalho foi sendo gradativamente implantada, os samurais aproximaram-se cada vez mais dos proprietários de terras ou se voltaram para o comércio urbano, enquanto os camponeses foram se tornando mais dependentes da produção para o proprietário da terra, submetendo-se a uma hierarquização atualizada: "O resultado não foi nem 'feudal' ou 'burguês', mas um híbrido que os marxistas japoneses chamam burocraticamente 'absolutistas' (zenttaishugi) à maneira do 18 Brumário" (BEASLEY, **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 17).

A Restauração, movimento implantado pelas classes dirigentes, foi cercada por simulacros das novas exigências do mundo moderno: uma face renovada aos antigos detentores do poder, que resolveriam os conflitos econômicos vigentes com o Ocidente. Aquele antigo regime feudal se reestruturou, deixando no poder o setor privilegiado. Insistindo neste ponto, João Bernardo afirma que foram esses samurais, indicados pelo próprio poder político, que lideraram a ordem *Meiji* – aquela parte da antiga classe guerreira que não obteve projeção no cenário doméstico e rebelou-se contra a configuração econômica. Demonstraram, todavia, que a resistência era apenas por exclusão do sistema.[23]

Com a implantação da nova dinâmica econômica, os privilégios começam a se configurar sob novas bases, a de classe.[24] A "revolução" *Meiji* foi uma "revolução superficial", assim chamada por Jean Chesneaux[25]. Um exemplo dessa aparente revolução foram os direitos aos *daymios* e as pensões aos samurais, feitos em dinheiro e que passariam pelas contas do Estado, ao invés de pagamentos em cotas de arroz,

---

[23] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 129.
[24] CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 45.
[25] CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

como antes de 1868. Segundo Chesneaux, a forma do Antigo Regime estaria comprometida agora com as exigências do mundo moderno e a relação a ser estabelecida com o Ocidente. A base social do novo Estado manteve as mesmas características, aglomerando mais outros contingentes, antes ligados apenas pela hereditariedade; agora, passam por filtros que mudam o alvo na própria classe dirigente, afrouxando o acesso a ela:

> A guerra civil de 1868-9 desempenhou um papel em derrotar os reformadores mais moderados, bem como a era Tokugawa, iniciando assim uma era de mudanças políticas. Um aspecto disso foi a abolição dos domínios (1871), baseada na ideia de que o feudalismo foi uma forma ineficiente e divisionista do governo. Outro foi o reconhecimento gradual de "ocultas" mudanças na sociedade Tokugawa. A criação de uma burocracia de estilo ocidental e do exército de conscritos tiveram o efeito (em vários níveis) de dar poder abertamente aos samurais, que já tinham começado a empunhá-lo em nome de seus senhores, enfatizando a eficiência, ao invés de nascimento, como critério de nomeação e promoção. Aqueles que não tinham essa virtude tiveram seus privilégios suprimidos, até mesmo por seus estipêndios hereditários. Da mesma forma, os homens que dominaram a vila tiveram sua posição econômica confirmada por uma reforma tributária de terra que bem poderia ser chamada de um projeto de lei de direitos do senhorio (embora fosse também uma base segura para a receita do governo). Um sistema nacional de educação abriu caminho para seus filhos ao funcionalismo, como fez também para filhos *well-to-do* das cidades. Além disso, a promoção das indústria e do comércio pelo governo deu a ambos os grupos a oportunidade de ganhar status, consolidando a chancela na riqueza.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 15)

Para Beasley[26], as rupturas do sistema feudal reformaram e obrigaram a uma institucionalização dos valores do antigo setor samurai de mais militares para mais burocráticos, enfraquecendo as relações feudais e introduzindo um novo conflito entre o *ethos* herdado e a realidade contemporânea, minando a coesão e a autoconfiança da classe dominante:

[26] BEASLEY, W. G. **Modern Japan**: aspects of history, literature and society. Tokyo: Charles Tuttle, 1989, p. 14.

> Simultaneamente, o crescimento do comércio - um tributo ao sucesso do samurai em manter a ordem e evitar a guerra civil - estava mudando a natureza das relações de classe. Por volta do século XVIII, tinha produzido um corpo considerável de comerciantes, cuja riqueza era muito superior ao seu status formal. Este é, aparentemente, um ingrediente clássico na destruição de um Estado feudal; porém no Japão, ao contrário da Europa, o resultado não foi que os comerciantes desenvolveram um poder independente baseado nas cidades a partir do qual derrubariam o feudalismo. As cidades, afinal, já eram os centros de autoridade samurai. Em vez disso, comerciantes urbanos entraram em uma relação complementar com samurais urbanos, em que a riqueza de um reforçava e foi reforçada pela autoridade política do outro. Além disso, a ausência do samurai da aldeia permitiu uma medida de poder que cedia a uma elite local, constituída inicialmente de chefes de aldeia e agricultores mais ricos (em geral de ascendência samurai), mas é complementada com o tempo por emergentes proprietários de terra e empresários rurais. Estes grupos, também, reconhecendo a autoridade feudal como condição da sua própria superioridade no campo, aceitaram a simbiose.
>
> Tais mudanças, inevitavelmente, produziram desordem e turbulência de um tipo que parecia ameaçar a estabilidade do regime: a aquisição pelo casamento ou a compra de um grau de status samurai pelos não-samurais ricos; a competição por cargos públicos dentro da vila e do castelo; um nível crescente da revolta camponesa, dirigida contra ambas novas e velhas formas de exploração.
>
> (BEASLEY, W. G. **Modern Japan**: aspects of history, literature and society. Tokyo: Charles Tuttle, 1989, p. 14)

Mesmo neste quadro, o campo ainda foi o detentor da maior parcela de mão de obra em contraposição ao meio urbano e suas indústrias. O fenômeno econômico que causou essa ruptura entre campo e cidade também levou ao conflito entre camponeses e o novo proletariado urbano. Este novo elemento, formado por uma parte da burguesia e por jovens oriundos do campo, desterrados pelos altos impostos, carregava uma vigorosa oposição aos conservadores. Portanto, o surgimento de várias bandeiras socialistas foi correspondente, foi uma resposta à opressão imposta pelas condições a que os trabalhadores foram submetidos em vista da industrialização frenética[27], assim como a propriedade das terras permanecia nos mesmos moldes e no mesmo estrato social. A economia rural para pequenos proprietários foi atingida frontalmente no processo de implantação da produção capitalista:

[27] BEASLEY, **Modern History of Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1989, p. 18.

> Os camponeses pagam o imposto, mas a comercialização da produção agrícola, estimulada pelo fato de que agora o imposto é pago em dinheiro, somente enriquece aos proprietários rurais (*jinushi*) e aos comerciantes de arroz; os pequenos fazendeiros (*kosaku*) continuam a viver miseravelmente. A base social da produção agrícola permanece ainda bastante pré-capitalista, inserida no quadro das pequeninas explorações individuais. Três quartos das evicções [atos judiciais de desapropriação de um bem adquirido] de camponeses, nessa época, devem-se ao não pagamento dos impostos. O fenômeno demonstra que foi o campesinato que suportou o peso desse edifício aparentemente prestigioso que é o Japão da Era *Meiji*. Desde o início, o Japão moderno está, portanto, afetado por um desequilíbrio fundamental, que o diferencia dos países capitalistas ocidentais, cujo caminho, aparentemente, ele parece perseguir. A economia rural não acompanhou o mesmo ritmo de evolução da indústria, dos bancos ou do grande comércio. Os setores modernos da economia não dispõem da reserva que os campos poderiam ser, nem em consumo ([pois] o nível de vida é muito baixo) nem em recursos financeiros (a taxa agrária retira o máximo de camponeses). É no exterior – pela guerra, se preciso – que o grande capitalismo japonês deverá, depressa, procurar mercados e fundos necessários ao prosseguimento de sua evolução.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 47-48)

Nesta organização da indústria, que teve intervenção direta das políticas estatais nacionalistas na economia, os *zaibatsus*[28] são estimulados e acabam por dominar o capital industrial intensivo e algumas funções da burocracia. A arquitetura industrial e o alicerce econômico urbano foram sustentados por uma imensa arrecadação advinda dos impostos dos camponeses. Para João Bernardo, o capitalismo japonês nunca deixou de ter as características de um capitalismo de Estado:

[28] Em Towson, pode-se encontrar a seguinte definição: "Grupo financeiro que dominou a indústria japonesa até 1945, os maiores foram conhecidos como Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda. No início da década de 1880, o governo *Meiji* vendeu a baixos preços indústrias fundadas por pequenas companhias privadas, as quais se tornaram os zaibatsus. Alguns concentrados num ramo da indústria ou comércio mas a maior tinha um enorme leque de interesses, entre os quais se incluíam têxtil, mineração, engenharia, indústria pesada, seguros e transportes. Muitos tiveram seu próprio banco e controlavam toda sua indústria, sua produção, desde os suprimentos aos materiais brutos até as entregas dos produtos finais em seu mercado. Os proprietários eram geralmente uma família, no entanto o gerenciamento era crescentemente gestado por outros. Os grupos se beneficiaram do boom da Primeira Guerra Mundial e estiveram fortes o suficiente para sobreviver à depressão que se seguiu: tiveram capital suficiente para desenvolver a indústria pesada, que cresceu aceleradamente em 1918. Sua gestão e eficiência foram essenciais para o desenvolvimento da economia japonesa mas foram impopulares tanto pela direita quanto pela esquerda nos anos 1930 [...] A Ocupação começou a desmantelar o zaibatsu em 1945, eles eram considerados e se consideravam os principais partidários do militarismo japonês dos anos 1930, muitos têm se resignado desde então" (TOWNSON, Duncan. **The New Dictionary of Modern History**: 1789-1945. Londres: Penguin Books, 1994, pp. 935-936).

> Os governantes tomaram diversos tipos de medidas para criar e desenvolver os ramos de produção considerados prioritários ou mais importantes, que exigiam investimentos muito avultados e só a longo prazo seriam rentáveis. Com igual objetivo o Estado interveio no setor dos transportes marítimos, garantindo durante um certo período uma taxa de lucro fixa e concedendo várias formas de auxílio. A seu turno, os transportes ferroviários deveram o estímulo inicial ao governo, que, além disso, nacionalizou, nos meados da primeira década do século XX, praticamente a totalidade das linhas de caminho de ferro. E mesmo depois de ter vendido ao desbarato, no início da penúltima década do século XX, a maior parte das suas participações na indústria manufatureira, com exceção das fábricas de munições, o Estado recorreu a uma combinação de subsídios e de encomendas para incentivar as empresas que haviam passado para o capital privado, mantendo-se, embora sob novas formas, a intervenção do poder político no capitalismo.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 129)

Em todas as esferas sociais pode-se detectar a presença de valores pré-modernos, como lealdade intensa ao grupo, laços quase familiares e ética confuciana.[29] A organização dos feudos passa a compartilhar espaços com as indústrias e comércios, abolidos as alfândegas internas e os monopólios de mercados.

A dependência japonesa do mercado ocidental – a crescente exportação de seda (e produtos manufaturados), principalmente para o Ocidente, e a importação de algodão (e matérias primas), advindo de suas colônias (Coreia, Manchúria, China e Taiwan) –, no início do século XX, deu impulso para o capital industrial florescer sob os fundamentos sociais já existentes no Japão pré-*Meiji.*[30]

O mecanismo do crescimento econômico japonês do período *Meiji* sempre foi alvo de discussões no Ocidente; seu belicismo e imperialismo foram tema de diversos estudos no campo social e tomavam a forma de certa ameaça aos negócios ocidentais do fim do século XIX. Francesco Gatti em sua obra *Il Fascismo Giapponese*,[31] sustenta a tese da existência de um imperialismo como modelo de política no contexto econômico global. Iniciando-se um ciclo de corrida em direção aos capitais e saberes técnicos ocidentais a fim de uma competição em igualdade de condições, descortinou-se um acelerado processo de construção do Estado sob a silhueta ocidental. O conflito

---

[29] MORISHIMA, Michio. **Capitalisme et Confucianisme**. França: Flammarion, 1982. Também parte de uma idealização de uma ética samurai (*bushido*) de lealdade; BEASLEY, W.G. "**Introduction**". In: Modern Japan: aspects of history, literature and society. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1975.

[30] CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 47.
[31] GATTI, Francesco. **Il Fascismo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997.

de 1904-1905 com a Rússia, juntamente com o crescimento da indústria pesada e bélica, acrescenta Gatti, estimulou a transição para a fase do capitalismo monopolista, incitando, assim, outras áreas na mesma direção, como a nacionalização das empresas de transporte ferroviário e a consequente expansão de suas linhas e industrialização. Gatti afirma que houve uma cartelização já nesse período de consolidação do capital industrial, processo encontrado tanto no Ocidente imperialista, quanto em países asiáticos.

O investimento inicial para as medidas modernizadoras é dado pelo próprio Estado por meio de novos impostos sobre a terra; a escalada de modernização do Estado japonês culminou com o desenvolvimento de um processo inflacionário durante a substituição da moeda pelo iene. A fusão dos mecanismos de acumulação de capital *zaibatsu* com os mecanismos do Estado foi coerente com o tipo de fusão (monopólios mercantil e financeiro) que se impôs nesse momento. Para Francesco Gatti, foi uma nova base de acumulação ininterruptamente de capital *zaibatsu*.

Incentivos exponenciais por parte do Estado foram dados aos conglomerados, que começaram a dominar, principalmente, as produções químicas e a indústria pesada. Criaram-se condições maiores de independência das importações, em sua maioria advindas de sucata ocidental:

> O Estado *Meiji* não é mais instrumento de dominação da nova classe dirigente: antigos *daymios*, antigos *samurais* e casas comerciais. Os interesses privados agiram, primeiramente, por intermédio do Estado, isto é, fundos públicos, a fim de criar as bases onerosas de uma economia moderna. Quando as novas empresas tornaram-se rentáveis, foram transferidas, em 1881, para o setor privado, em condições muito vantajosas, com exceção daquelas que possuíam interesse estratégico direto. Os interesses privados organizaram-se legalmente em cartéis (*zaibatsus*), a partir de 1893. Os principais são: Mitsui, Mitsubishi e Sumitomo. Continuam a beneficiar-se do apoio do governo. A guerra contra a China, em 1894-1895, estreita os vínculos entre o Estado e os grandes *zaibatsus*, principalmente devido às grandes encomendas oficiais feitas a estes últimos (transportes de tropas e de material...). A pesada indenização paga pela China foi quase toda destinada a novas subvenções, a novas encomendas. Deu novo impulso ao movimento de expansão econômica. O crescimento do capitalismo japonês é portanto muito rápido [...]
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 46)

O Japão encontra-se dependente tecnológica e economicamente do Ocidente até o primeiro quartel do século XX. Expedições de técnicos e estudantes foram enviadas para todas as capitais do Ocidente, principalmente Londres (principal modelo de industrialização), além da importação de equipamentos e investimento no estudo dessa tecnologia:

> Os conhecimentos ocidentais que o Japão tentou introduzir na segunda metade do século XIX eram especializados e diferenciados, com determinadas premissas de pensamentos básicos (métodos matemáticos, visão mecanicista da natureza etc.) e bases sociais e institucionais (nas instituições superiores de ensino e pesquisa, como as faculdades), sendo de natureza diferente daqueles da época de Newton.
> (SASAKI, Chikara. **Introdução à teoria da ciência**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 30)

É nesse contexto que o Japão caminha para a hegemonia no leste da Ásia. A classe dirigente de oligarcas da Era *Meiji* opta pela soberania japonesa nas áreas de Bonin, Curilas e Ryukyu, sem atender às demandas dos samurais pela conquista da Coreia, em 1873. Em 1894, atacam a China com pretextos de rivalidades com a corte coreana, estabelecendo o Japão como Potência Oriental. Seus exércitos se encontravam mais preparados e a marinha mais avançada após as instruções ocidentais, que já estavam sendo investigadas e adaptadas ao seu modo:

> Os "oligarcas" podem agora voltar-se contra os que no mundo intelectual, por exemplo, fazem campanha pelos "direitos civis", que devem ser tão amplos quanto ao Ocidente. Desde 1880, há uma lei que proíbe qualquer reunião pública. Em nome da autoridade suprema do imperador, uma Constituição é promulgada em 1889; deixa à Dieta apenas poderes limitados – seus autores não escondem a admiração pela Constituição prussiana. Os "oligarcas", nos anos seguintes, continuam a impor sua vontade; não têm a maioria no Parlamento, apesar deste ser eleito por sufrágio restrito. Por quatro vezes, entre 1891 e 1894, anunciam sua dissolução.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 48)

Entre 1868 e 1905, a nova classe dirigente é composta por oligarcas e *Genro* (grupo de conselheiros do imperador *Meiji*, constituído em sua maioria por ex-samurais dos feudos de *Satsuma* e *Chosu* – opositores de *Tokugawa*). A centralização do governo japonês é datada de 1871, ano em que o domínio dos *daymios* foi

recolhido. Para os samurais, isso significou um golpe duro, pois seu pecúlio era derivado dos impostos cobrados sobre a produção dos camponeses em seus domínios. Vários levantes rebeldes por parte dos antigos samurais – com representatividade de 6% a 8% da população –, que reivindicavam seus privilégios anteriores, são extirpados nesse processo. Um modo de silenciar os valores tradicionais foi a eliminação física dos opositores conservadores.

Em 1876, o governo, já tendo assumido o controle de pagamento dos estipêndios samurai, impôs um montante fixo ao invés de um pagamento anual. Juntamente com a medida, um segundo golpe foi despejado sobre eles – o direito ao porte de espadas foi vetado, ferindo não só o prestígio, como o *status* de guerreiro. Quatro anos antes, o recrutamento militar havia sido implantado anunciando o óbito da função dos samurais.

Tal medida forte teve a finalidade de manter um Exército à moda ocidental a fim de completar a modernização do Estado e a entrada na economia mundial. As funções foram realinhadas diante do novo sistema econômico. A resistência também se mostra brutal e o momento é marcado por várias rebeliões armadas por parte dos samurais conservadores. Apesar das insurreições pela conservação, o estrato obteve espaço, dentro do governo imperial, na burocracia, no empresariado ou nas forças armadas.

A partir de 1905, com o advento da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), até a Segunda Guerra Mundial, o país se destaca ainda mais em sua produção industrial. Além de se afirmar como potência na Ásia e já ter submetido China, Coreia, Manchúria e Taiwan sob um sistema colonial:

> A produção de fundições passa de 145.000 para 3.335.000 toneladas; a de carvão, de 13 milhões para 41.800.000 toneladas; as ferrovias, de 7.000 para 23.000 km. O comércio exterior acusa novo crescimento das importações de matérias-primas e das exportações de produtos fabricados, que passam respectivamente de 33% a 62% e de 31% a 58% do total, entre 1903-1907 e 1933-1936. A produção agrícola, entretanto, não se desenvolve no mesmo ritmo, malgrado alguns progressos técnicos. Para o índice 100 em 1920, é de apenas 101 em 1934, enquanto a produção de produtos minerais elevou-se para o índice 141, a do peixe para o índice 151,4. O pequeno campesinato "parcelar" [dividido em "parcelas": pedaço de terra de extensão variável mas da mesma cultura, que constitui a unidade cadastral] continua subordinado aos grandes proprietários rurais por vínculos semifeudais. Sua miséria traduz-se ainda por rebeliões bruscas, como as "sublevações do arroz" de 1908.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 50-51)

Após a Guerra Russo-Japonesa, os militares passam a ganhar campo na vida política nacional, apoiados pela Constituição *Meiji*, que lhes dava total controle civil e os subordinava apenas ao Imperador. Reforçando essa diretriz de subordinação, apenas a divindade imperial:

> [...] outro artigo da Constituição determinava que o Gabinete teria que estar completo e que os Ministérios do Exército e da Marinha deveriam ser exercidos por oficiais em atividade cuja classificação fosse superior ao grau de Major-General (no caso do Ministro do Exército) e de Vice-Almirante (no caso do Ministro da Marinha). Por esse artigo, os militares podiam negociar com o Primeiro-Ministro retirando seus representantes do Gabinete sem nomear substitutos, forçando-o a recuar diante deles ou renunciar. Uma vez que os militares descobriram esse mecanismo perverso nada poderia frear a tomada de poder ao Império.
> (KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993, pp. 83-84)

O expansionismo continental ganha o fôlego da vitória sob o reconhecimento de nação imperialista pelas potências europeias, atendendo à demanda do crescimento econômico. Ocorre o aumento da dívida externa de 93 milhões de ienes em 1903 para 1.525 milhões em 1914 e, em 1937, 1.317 milhões. O Japão passa a ser um influente exportador de capitais, na leitura de Kanji[32]. Para Chesneaux, os

[32] "[…] o Governo deu a máxima prioridade para a melhoria da produtividade da indústria bélica outorgando a esse setor toda a preferência à alocação dos recursos naturais e financiamentos que ele poderia controlar. Em 1880, o Governo fundou a empresa siderúrgica estatal de Yawata, que já em 1901 começou a produzir 53% do consumo interno de ferro e 83% de aço. Em 10 anos, suas respectivas produções cresceram mais de 1500% em ferro e 4000% em aço. A principal demanda de aço no país

investimentos na China cresceram consideravelmente até 1914 e 1930[33], favorecendo o domínio *zaibatsu* pela campanha expansionista, com interesse em novos mercados, matérias-primas e resposta rápida aos lucros. O autor francês destaca duas empresas que controlam intensamente os organismos financeiros da expansão colonial – Companhia do Sul-Manchu, Banco de Taiwan e a Nagai Wata Kaisha (responsável pelos cotonifícios na chian), a saber: a Mitsui e a Mitsubishi. A seu ver, a realização do senhor da Ásia oriental tem raízes no Exército, nas classes médias urbanas e no campesinato[34].

1.2 A Democracia *Taisho*

A breve Era *Taisho* (1912-1926) – literalmente, "Grande Justiça" – foi marcada pelas turbulências do desenvolvimento da industrialização e pela corrida pelos mercados internacionais, concomitantemente ao que se expandia em direção às colônias para o abastecimento de matérias-primas. Forma-se aí o império colonial japonês, no qual os nipônicos aplicam uma tradicional política de exploração, em termos jurídicos e econômicos, para consolidar a economia. O Estado imperialista, compassado com os capitais monopolistas, foi o trampolim aos *zaibatus*. O expansionismo militarizado e o nacionalismo orientado sobre o lema "Ásia para os asiáticos" passa a dominar o panorama dos japoneses em face do Ocidente, justificando o fortalecimento das forças armadas:

---

vinha da indústria naval e outras fábricas de armas e da empresa nacional ferroviária. As indústrias privadas receberam grande incentivo graças a essa política militar expansionista. Os estaleiros, fábricas metalúrgicas e de máquinas que atendiam a demandas militares em constante crescimento chegaram a ser os protagonistas de uma verdadeira revolução industrial no Japão. O mercado interno capitalista também cresceu a passos largos para poder sustentar esse enorme gasto militar sem produzir inflação nem quebra fiscal. Pois, naquela época, o mercado japonês contava inumeráveis pequenas e médias empresas em volta das grandes e modernas empresas monopolistas (ou do oligopólio), que estavam incorporadas no sistema da economia planificada. As pequenas e médias empresas foram, no entanto, sem proteção nem controle do Governo, tentando sobreviver, competindo mutuamente à margem do sistema econômico dirigido" (KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993, pp. 85-86).

[33] "[...] quase desprezíveis no início do século, elevam-se a 439 milhões de ienes em 1914 e a 2.274 milhões em 1930" (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 49).

[34] CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 51.

> O império colonial japonês propriamente dito compreende Formosa e "Pescadores", a Coreia anexada em 1910, alguns arquipélagos do Pacífico, tomados à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, e Porto Artur; em todos esses territórios, o Japão pratica a política de exploração colonial pura e simples, dos pontos de vista econômico e político. É necessário acrescentar à lista as posições conquistadas pelo Japão na China no primeiro terço do século XX; minas, fábricas e ferrovias, concessões, direito para estacionar tropas [...] Estas posições são importantes, sobretudo no nordeste, mesmo antes da formação do Estado fantoche do Manchukuo. Esta região representava 60% dos investimentos japoneses na China em 1930. Se o Japão enfrentou alguma resistência dos ocidentais, principalmente em 1896-1898 e em 1921-1922, por sua vez forçou-os a conceder-lhe espaço na China, por causa da Primeira Guerra Mundial e da hostilidade das Potências para com a Rússia soviética a partir de 1917. Contudo, as Potências o obrigaram a renunciar aos projetos de conquista da Sibéria oriental, que afagava em 1918, quando da intervenção aliada contra o poder soviético.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 51-52)

A democracia *Taisho* balizou o empreendimento liberal na política japonesa, momento em que a influência de partidos políticos se tornou força efetiva sem congruentes anteriores. Em 1918, Hara Takashi[35], o líder do Partido *Seiyukai*, tornou-se o primeiro civil a obter o cargo de Primeiro-Ministro, a ter um assento na Casa dos Representantes e a chefiar o Gabinete formado pelo partido com maioria na Dieta. Foi conhecido como o Primeiro-Ministro "plebeu", o qual iniciou uma década de nomeações por partido político. Esse fato não levou a grandes reformas, pois a Kara Hei interessava ter proximidade com as elites conservadoras – militares, Conselho Privado, *Genro* (anciãos de Estado) –, que eram as orelhas do Imperador. A gestão inaugural do "Primeiro-Ministro do povo" se colocava mais contra uma resistência recalcada ao individualismo e ao socialismo do que um acobertamento da ordem tradicional. Eric Hobsbawm afirma que esse tipo de conservadorismo, colaborativo com o germe fascista, serviu ao distanciamento da perspectiva da luta de classes a favor de uma aceitação voluntariosa da hierarquia social, como um tipo de sociedade orgânica separada por grupos de interesse ou ocupacionais. O modelo orgânico era acompanhado por regimes autoritários, com um círculo de burocratas e tecnocratas aparelhados que invalidavam a democracia eleitoral[36].

---

[35] (1856-1921).
[36] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 117.

Demonstração disso foi a única reforma política significativa no período *Taisho*, a de 1925, que aumentou o eleitorado de 3 milhões para 12,5 milhões, concedendo direito de voto a todos os homens acima de 25 anos idade, com a condição de que detivessem residência de, pelo menos, um ano no distrito, e sinalizando um fortalecimento de políticas liberais. No entanto, foi imediatamente seguida pela extensão da "Lei de Preservação da Paz"[37], que legitimava autoridades estatais a suprimir os partidos de esquerda e a decretar prisão a seus membros, sendo considerados subversivos – geralmente grupos que se declaravam contra a propriedade privada e que eram oposição ao sistema. Todos aqueles partidários da causa socialista foram compelidos à inanição, além da fragmentação da esquerda japonesa, que ainda ouvia os ecos da Revolução de 1917. A "Lei de Preservação da Paz" foi, essencialmente, norteada pelos conservadores.

Após a Primeira Guerra Mundial, havia o temor de infiltração ideológica e, portanto, tudo o que era a favor de ideias socialistas seria tido como traição ao Estado e ao sistema imperial. Assim sendo, a relação de adoração ao Imperador (*kokutai)* passou a ter importância máxima como diretriz à construção de uma nação moderna. Diferentemente de uma força retrógrada, o mito sagrado do passado era reverenciado e servia de trampolim para medidas sociais adestradoras das massas. Para tanto, setores estabelecidos se encarregavam de conservar as tradições mais interessantes para a preservação do estrato social no poder. Tal conduta se devia, sobretudo, à corporificação do líder, que reunia em torno de si secularidade, apoio das massas e liderança. Observa-se que a construção da figura do chefe foi engendrada cinicamente para o abatimento de qualquer questionamento por parte do povo.

O resultado foi que partidos socialistas, para se manterem em atividade, faziam tímidas críticas ao governo. Os japoneses obtiveram vantagens na Primeira Guerra Mundial e conseguiram submeter a China às "21 Demandas", as quais quase fizeram

---

[37] Lei de Políticas de Paz, assim chamada quando aprovada em 1900, tinha como objetivo a repressão de protestos antigovernamentais de qualquer natureza organizacional. O Ministro da Casa Civil teve o direito de proibir qualquer associação e a polícia poderia proibir qualquer manifestação ou reuniões. Foi sob esta lei que o primeiro partido político de esquerda do Japão, o Partido Social Democrata, foi banido logo que fundado, em 1901, pelo motivo de manter seus programas reformistas, nos quais reclamavam pela igualdade e sufrágio universal. A lei se manteve viva até 1945, no entanto, foi largamente substituída em 1925 pela Lei de Preservação da Paz. A nova lei bania ainda qualquer organização que quisesse abolir a propriedade privada ou mudar o *status quo*. Como a lei era vaga poderia ser usada não só contra comunistas e a esquerda, mas contra qualquer oposição ao governo. Em 1928, a lei ficou mais dura permitindo que a pena de morte pudesse se instaurar (Cf. TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, p. 647).

da Manchúria e do interior da Mongólia colônias japonesas, aumentando também as possessões alemãs na China e no Pacífico. O Japão manteve seu posicionamento na Conferência de Paz de Paris e na Liga das Nações. A Primeira Guerra beneficiou econômica e territorialmente o Japão. O papel coadjuvante dos japoneses era o de fornecer suprimentos aos seus aliados, como munições, ganhando ponto de apoio em seu mercado de exportação na China, substituindo os tecidos de algodão da Inglaterra. O país assegurou, paralelamente, parte do mercado mundial de transportes (sua frota voltada para o comércio marítimo dobrou durante a guerra) e, quando as importações de bens pararam no mundo todo, o Japão teve que alinhar sua indústria para a subsistência da vida nacional.

O início dos anos 1920 perpetrou o salto de desenvolvimento da indústria pesada no Japão – construção naval, engenharia elétrica e material circulante –, que se mostrou consistente e assistiu a um vasto crescimento na produção interna e nas exportações florescentes. O Japão entrou na guerra como nação endividada e terminou com um vasto balanço de pagamentos superavitários, embora a inflação da guerra tenha produzido um descontentamento na esfera rural, que irrompeu na Rebelião do Arroz em 1918[38].

No plano político doméstico, principalmente no início dos anos de 1920, era preciso que se produzisse uma identidade nacional em consonância com o expansionismo em curso. O passado dissimulado era uma invenção, uma fabricação das tradições[39]. Mitos sociais foram evocados para fortalecer o amálgama da nação, tal qual o da superioridade racial, potencializado por teorias racistas inspiradas em leituras de Gobineau, combinadas com preceitos confucionistas[40].

A monstruosa industrialização não só trazia exultações econômicas, carregava também temores, como uma ocidentalização do Grande Japão (*Dai Nippon*) por meio das tecnologias importadas e a própria natureza da transformação. Os movimentos nacionalistas produzidos a partir dessas circunstâncias, que protestaram contra os Tratados Desiguais[41] e que privilegiavam nações ocidentais no Extremo Oriente, eram

---

[38] TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, pp. 835-836.

[39] RANGER, Terence; HOBSBAWM, E. **Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

[40] MORISHIMA, Michio. **Capitalisme et Confucianisme**. França: Flammarion, 1982.

[41] Os Tratados Desiguais foram impostos à China à força, de 1872 até o fim do século XIX, e garantiram privilégios a outras potências que infringiam a soberania chinesa. O Tratado de Nanquim (1842) deu abertura a cinco portos para o comércio estrangeiro; outros onze foram adicionados pelo

os mesmos que, mais tarde, no pós-Primeira Guerra, iriam se cercar de precauções, preservando o conceito de uma ética samurai (*bushido*) cujo único alvo seria um tipo de "guerra santa" que desinfetaria toda a Ásia do domínio forasteiro. Valores conservadores estavam emaranhados a leituras vulgares em nome de uma democracia de massa – precariamente explorados do socialismo – e nacionalismo em voga.

Diferentemente da Alemanha, o fascismo japonês não teve como baliza um racismo, senão uma xenofobia generalizada que identificava entre os invasores aqueles que se filiavam a ideias perigosas infiltradas pela URSS. Ressalte-se também que a partilha dessas ideias se devia ao esmagamento de homens e mulheres entre as grandes empresas e os movimentos trabalhistas: "Ou que na melhor das hipóteses, os privava da posição respeitável que tinham ocupado na ordem social, e que julgavam lhes ser devida, ou do *status* social numa sociedade dinâmica a que achavam que tinham direito a aspirar". (HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121)

A realização política do *Taisho* foi cavar uma saída de emergência dentro do liberalismo, o que acabou por ser sua própria crise. O fascismo japonês entra em cena para tentar solucionar a Grande Depressão, pois encontrava respostas justamente no outro lado da mesma moeda, o antiliberalismo descrente no livre mercado. A ideologia já nasce como uma segurança para preservação da velha classe dominante.

O jogo político, em fins do século XIX e início do século XX, foi controlado pelos partidos tradicionais: *Seiyukai*, *Minseito*, *Kenseikai*.

Tratado de Tianjin (1858) e Beijing (1860) e, ao fim do século, já se contavam cinquenta. As potências mundiais tiraram proveito do privilégio da extraterritorialidade resultante desses tratados: elas puderam ter seus próprios cônsules, ter seus portos estabelecidos de acordo com as suas próprias leis, em casos civis e criminais. Os chineses não tiveram direitos recíprocos no exterior. Esses tratados também garantiram o status de "nação mais favorecida", o que significava que qualquer benefício garantido para outros países pela China seria garantido para aqueles que já tinham tido acordos com ela. Tarifas aduaneiras era outra pauta dos tratados – em 1843, a China concordou com uma tarifa baixa e uniforme em importações britânicas, o que abriu caminho para os manufaturados estrangeiros competirem com indústrias artesanais locais. Os portos dos tratados foram um símbolo de status para a China semi-colonial, levando a China à modernização e à reforma. Os alto-funcionários tinham o posto de líderes no movimento de auto-fortalecimento [nacional], enquanto os comerciantes forneciam o capital e a habilidade gerencial de que a China necessitava. A China não retomou o controle de suas próprias tarifas até 1930 e não conseguiu se livrar dos tratados desiguais completamente até 1943. As potências ocidentais também forçaram tratados desiguais ao Japão desde 1858 e se aproveitaram dos mesmos direitos de extraterritorialidade, baixas taxas e status de "nação mais favorecida", como fizeram na China. O Japão, no entanto, respondeu mais vigorosamente à ameaça ocidental adquirindo habilidades e tecnologia ocidentais, livrando-se dos direitos extraterritoriais em 1899. O Japão ganhou autonomia tarifária em 1911. Como o aumento da projeção internacional, o Japão comportou-se como uma potência imperial ocidental e impôs tratados desiguais à Coreia (desde 1876) e à China após a Guerra Sino-Japonesa de 1894-5" (TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, p. 867).

> Permanecem facções, embora o sufrágio universal tenha aumentado sua aceitação. Nas proximidades de 1920, conseguem formar uma série de ministérios apoiados sobre a maioria parlamentar. Seu conflito, entretanto, com a extrema direita militarista e ultranacionalista reside apenas na maneira de encarar o ritmo e os meios da expansão japonesa na Ásia oriental, e não nos princípios. Os grandes *zaibatsu*, estritamente ligados a esses partidos (o primeiro-ministro e o ministro das Relações Exteriores do Ministério Kenseikai, formado em 1924, eram ambos genros do chefe da casa Mitsubishi), preferiram uma expansão progressiva, evitando choques muito bruscos.
> Os partidos burgueses viram-se, no entanto, forçados a ceder ao predomínio nacionalista do Estado-Maior e das sociedades secretas como o *Kokuryukai*. Tentaram, em certo momento, fazer uma depuração no Exército e reduzir as despesas militares. Mas uma série de assassinatos políticos e golpes militares puseram fim a essa breve experiência de governo parlamentar. Aliás, a crise econômica de 1929 atingiu duramente o Japão [As exportações de seda crua caem de 753 milhões de ienes (em 1929) para 417 milhões em 1930 e 335 milhões em 1931. Os preços do atacado, para o índice 100 em 1913, são de 170 em 1929, 122 em dezembro de 1930 e 110 em dezembro de 1931]. Facilitou a demagogia anticapitalista e antiparlamentar da extrema direita. Os militares conseguiram o poder a partir de 1932. A guerra total contra a China, desejada pelo Estado-Maior, recebeu apoio, em 1937, da grande maioria da opinião japonesa.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 52)

A organização dos partidos não escapa do *status quo* dos conselheiros do imperador, reproduzindo uma lógica regional muito aproximada àquela organização feudal ligada aos oligarcas: *Kaishinto* (Partido Progressista), ligado ao conde Okuma, que mais tarde se conchavaria com o grupo Mitsubishi (um dos componentes do *zaibatsu*); *Seiyukai* (os "amigos da política"), ligado ao marquês Ito, que depois se conchava com o grupo Mitsui (outro dos componentes dos *zaibatsu*); e o *Jiyuto* (Partido Liberal), que se encontrava umbilicalmente ligado a todos os *zaibatsus*, segundo Chesneaux:

> O caráter pouco representativo desses partidos, que não são a expressão de correntes políticas profundas e vigorosas, reflete-se também em sua instabilidade. Sua história, entre 1880 e 1905, é a sucessão de inúmeras modificações de nomes, fusões e cisões de toda espécie. Os desacordos desses partidos entre si e com os "oligarcas" incidem em questões relativamente secundárias. Socialmente, são conservadores e partidários do revigoramento da potência militar japonesa para fins de expansão. [E] Aprovam a guerra contra a China.
> (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 49)

O estágio de transição, que o período *Meiji* iniciou e manejou e que foi completado no *Taisho*, concedeu as providências para a modernização do Estado e para a adaptação da economia japonesa aos moldes do sistema capitalista, predominantemente dominado pelo Ocidente. A liderança política construiu o Estado provendo as bases para as elites (antigos samurais e *daymios*) se comporem por meio dos partidos políticos e, concomitantemente a essa transformação, operava a implantação de um liberalismo e individualismo fundidos à ética tradicional[42].

A anexação da Coreia e, anteriormente, o ataque à Rússia, que anexa Mukden e as ilhas Tsushima, juntamente com o Tratado de Portsmouth (1904-1905), que cede Porto Arthur, o sul da Sakalina e a estrada de ferro sul-manchuriana, foram a demonstração de força militar que o Japão expansionista estava por impor à Ásia. Em 1914, ocupando Shantung, isolou a Alemanha de qualquer expressão na Ásia.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, o Japão se lança na economia capitalista como um dos maiores países industrializados e se encontra, outrossim, disposto a modificações estruturais estabelecidas a fim de obter uma crescente concentração de capitais[43]. O caminho mais óbvio após a implantação do capitalismo seria que o Japão seguisse os passos dos países industrializados do Ocidente, varrendo as ineficácias deixadas pelo *Meiji* e continuadas no período *Taisho*:

---

[42] Cf. MORISHIMA, Michio. **Capitalisme et Confucianisme**. França: Flammarion, 1982.
[43] GATTI, Francesco. **Il Fascsimo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997, p. 14.

> A possibilidade de satisfazer a demanda proveniente dos países estrangeiros, não apenas na Ásia mas também da Europa, introduziu profundas modificações no comércio externo japonês. Isso não só cresceu em volume, contribuindo ao estímulo da produção, mas conquistou novos mercados, incluindo os dos países industrializados, e a vir a se tornar mais competitivo no que diz respeito à qualidade do produto. É durante esse período que se cumpre o processo de inserção e de conexão da economia japonesa com o mercado internacional, tanto que a partir deste momento a economia japonesa sentirá estreitamente os fatores de prosperidade e de depressão induzidos pelo mercado capitalista internacional.
> Primeiro, deve-se revelar que, paralelamente à penetração sobre o mercado de todos os produtos japoneses, foi ampliado o intercâmbio […] com a Coreia e Taiwan, no âmbito interno do maior peso dado, desde os anos antes do conflito, da Ásia oriental. Além disso, o comércio externo japonês estava evoluindo tanto que começou a aumentar apesar da redução das exportações de máquinas e materiais em metal, de produtos químicos e farmacêuticos, o setor têxtil foi a quota preponderante da exportação; mesmo o setor de sericicultura e o algodoeiro, num total dos anos 1914 a 1919, aumentaram sua participação relativa de 51,9 a 26,2 por cento de todos os bens japoneses vendidos no mercado externo, tal que, após o maior índice de aumento da produção mundial, de 1918 o Japão exportou mais manufaturados de algodão do que os EUA.
> (GATTI, Francesco. **Il Fascsimo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997, pp. 15-16)

A expansão comercial e de produção se refletiu favoravelmente sobre a balança de pagamento do Império, que acumulou um crédito externo de 3,035 bilhões de ienes em 1919, contra um débito de 549 milhões em 1913. Em parte, tal soma viabilizou a abertura de crédito de guerra, em breves termos, à Grã-Bretanha, à França e à Rússia, por cerca de meio milhão de ienes[44].

As conquistas dos territórios alemães em 1914 e a expansão sobre territórios chineses foram fatores determinantes para definir a projeção da economia no mercado mundial e, internamente, para a concentração e centralização de capitais. Os *zaibatsus* foram os maiores beneficiários da expansão econômica de guerra e, nos anos 1920, souberam tirar vantagem da fase recessiva da economia. Eles atuaram em vários ramos da economia e eram controlados por uma dinâmica familiar, na qual os cargos eram hierarquizados de acordo com o posicionamento ocupado no seio dela. É nessa conjuntura que o conglomerado, oportunamente, promove uma progressiva concentração do poder econômico e, consequentemente, enseja o setor bancário, que,

[44] KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

por sua vez, promove a formação de cartéis. As condições de exploração das áreas chinesas ocupadas dão o terreno fértil para a economia japonesa se desenvolver e os conglomerados *zaibatsus* adquirem legitimidade para intervir na malha ferroviária dessas áreas.

A política de dependência econômica dirigida pelo Estado nipônico, em face de suas áreas de influência e ocupação, atendeu à formação da burguesia nacional e apontou para um plano de liberalização das estruturas.

O período *Taisho* terminou com relações abaladas entre os EUA e os japoneses; mesmo imigrações entre os países estavam interrompidas até que um novo acordo fosse firmado. Este, entre outros motivos, era um dos sintomas de questões mal resolvidas, como a da Conferência de Washington (1921-1922), que rebaixava o Japão a uma proporção de armamentos menor que a da Inglaterra e a dos EUA.

O imperialismo japonês, que surgiu em condições atávicas aos seus pares ocidentais – considerando que o país entrara tardiamente nos ditames do capitalismo –, logo se adapta e acrescenta novas regras ao tabuleiro da economia mundial. Em fins do século XIX, o Japão ainda é enquadrado entre os países "semicoloniais"; após os eventos da Revolução de 1868 até início do século XX, construiu uma nação forte.

O feudalismo foi desmantelado numa geração, substituindo o sistema pelo Estado burocrático centralizado no Imperador, criando Exército e Marinha modernos, instituindo códigos legais e a educação de tipo ocidental. Construíram um império: Taiwan, anexada da China em 1895; metade do sul da ilha Sakalina (Karafuto) e uma esfera de influência no sul da Manchúria, anexada da Rússia em 1905; a Coreia, um protetorado desde 1905 e colônia em 1910.

O imperialismo japonês teve características específicas dentro do conjunto que qualificou a "era de fascismos", dadas as suas condições de implantação e geografia social. Hobsbawm avalia que o regime se caracterizava por um liberalismo moderado, que daria lugar, a partir de 1930-1931, a um regime nacionalista-militarista[45].

Até a Guerra Russo-Japonesa, as ações japonesas não foram produto somente do capitalismo financeiro, mas uma tentativa oportunista de aumentar a acumulação primitiva do capital para que pudesse fortalecer o país. Mesmo em 1905, quando o imperialismo no Japão se tornou mais obviamente capitalista em suas motivações, sua base social ainda era uma aliança entre militares e a emergência da burguesia sob a

[45] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115.

égide da monarquia. Essa coreografia entre forças políticas levaram à conclusão de que a revolução burguesa tinha sido completada. Na realidade, em fins do século XIX, a modernização tinha sido politicamente aceitável no Japão somente pelo compromisso entre os burocratas e a antiga camada dominante feudal. Por causa disso, foi impossível, para a burguesia, dispensar toda a estrutura medieval de agricultura, com o resultado de que o crescimento da economia doméstica japonesa foi descompassado com a falta de poder de compra, então forçando a indústria a procurar novos mercados. O imperialismo japonês foi "imaturo", considerado mais como comércio e fontes de matérias-primas do que como exportador de capitais, segundo Tanin e Yohan[46].

O alvo inicial para o remate do movimento em geração foi, antes de tudo, relegar a revolução esquerdista a um descrédito. 1929 (ou 1927 no caso japonês) demoliu qualquer estabilidade criada nos anos *Taisho*; a industrialização e o governo não tinham como sustentar a tensão criada pelos cortes orçamentários. O acordo tácito entre o mundo do trabalho e a esfera governamental se tornou cada vez mais precário. Foi nas relações do mundo do trabalho que a efervescência se deu: na recusa dos trabalhadores em se dobrar às baixas condições de vida a que foram submetidos. A negação ao comunismo vem para esgotar – como uma força de mudança profunda, contudo apenas superficial – toda e qualquer dificuldade colocada pela democracia liberal.

Portanto, segundo Beasley, ao invés da burguesia tomar o palco da modernização, a burocracia militar – até como herança do sistema de xogunato – foi a protagonista, trabalhando sob as regras do capital que urgia por transpor as fronteiras nacionais, fossem elas no Ocidente, fossem elas no Oriente. Essa estrutura imperialista operada pelas potências mundiais, guardadas as condições específicas de cada condição nacional, atendia, ao mesmo tempo, às necessidades do Japão pela hegemonia local: "Então o imperialismo japonês se tornou o filho ilegítimo do *capitalismo ocidental*, com a rivalidade internacional como sua meia esposa". (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 9)

[46] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 7.

2. PROLONGAMENTO DO PROCESSO *MEIJI* E O TRIUNFO DO MILITARISMO

> 1. A penetração do comunismo nos últimos anos atingiu dimensões sérias e se nada for feito há o risco de o Estado cair nas mãos dos comunistas.
> 2. Nenhum movimento pode ser bem sucedido no Japão se não puser de alguma forma o poder imperial como dianteira.
> 3. Por essa razão, a preocupação deve ser o estabelecimento de um nacional socialismo sob a égide do Imperador e, então, destruir os partidos políticos existentes e instituir uma ditadura.
> 4. O Exército, em consonância com estas ideias, juntaria forças com o grupo de Okawa para atingir uma estrutura política na linha do modelo fascista italiano.
>
> (Diário de Kido. In: MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 168)

Kido Koichi era descendente direto de Kido Takayoshi, um dos líderes da Restauração *Meiji*; além de fazer parte dos oficiais da corte imperial, participou do planejamento expansionista na China. A elite cultivada na modernização *Meiji* foi fluentemente amoldada ao sistema imperial. Muitas das atividades para a construção da nação moderna foram ditadas pelo pragmatismo e pelo expediente em curto prazo. A inflexão para a absorção do ex-samurai e, ao mesmo tempo, a substituição de importações e o incentivo à construção de linhas férreas estavam entre as prioridades nacionais. E, portanto, a concentração de capitais e a formação da classe dos capitalistas foram essenciais para esse estágio do capitalismo.

O *fukuoku kyohei*, inspirado num nacionalismo xenofóbico, foi o aparelho ideal para ditar a rápida industrialização com o mínimo de preocupação com o bem-estar social. O capitalismo no Japão se formou sob essa base contrária aos elementos externos para a acumulação primitiva do novo Estado e seu sistema.

Com o passar do tempo, o tema se desvendou para o expansionismo imperialista, em parte dada a natureza dos líderes e, em parte, como uma reação a eventos políticos e econômicos[47]. Matsuzawa foi categórico ao afirmar que essa extensão dos projetos da Era *Meiji* fortaleceu, qualitativamente, um conjunto de

[47] MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan**, 1868-1941. Londres: Cambridge University Press, 1995, p. 25.

políticas de tipo colonizadoras[48]. De resignada e cautelosa a política internacional japonesa passa a ser combativa e exige autonomia.

2.1 A Paz Iluminada

O início da Era *Showa* – literalmente, "Paz Iluminada" – foi marcado por mais uma Restauração que se deu no calor de seguidos golpes de Estado, a cargo de jovens oficiais de direita e nacionalistas, que tinham a intenção de estabelecer a aproximação entre Imperador e seu povo, sem a interferência de partidos políticos e instituições democráticas. O começo do século XX nipônico foi cerceado por convulsões e conflitos sociais, acompanhando as tendências mundiais ditadas pelas potências imperialistas ocidentais. Sob o cenário da crise bancária de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o Japão desejava uma projeção na economia mundial que lhe desse a hegemonia, ao menos local, culminando, assim, na instalação japonesa na China, em 1937.

A crise já se alastrava pelo Extremo Oriente, arrastando até mesmo economias emergentes, como a japonesa. Marius B. Jansen descreve esse período do fim da Guerra Russo-Japonesa a 1931 como um período de paradoxos e ironias,[49] referindo-se, por exemplo, à integração do Japão às Potências e ao *status* de sistema imperial.

Outro paradoxo estridente é o progresso do Exército e da Marinha aos padrões mundiais logo após o fim do primeiro conflito mundial, em contraposição à limitação dos armamentos de todas as Potências.

Particularmente nesse período, o cargo de Primeiro-Ministro tinha pouca ação política se comparado ao jogo político entre os Ministérios da Casa Civil e da Justiça – ambos tinham responsabilidades locais e de segurança nacional. E as forças armadas comandadas diretamente pelo Imperador. A Casa dos Representantes tinha pouco poder sobre as decisões políticas, que eram relegadas ao Conselho Privado, ligado diretamente ao Imperador. A Casa dos Nobres, uma amálgama de aristocratas hereditários e nobres, ficava à mercê de figuras do cenário político ligadas

---

[48] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 1.
[49] JANSEN, M. B. **The making of modern Japan**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2000, p. 495.

ao sistema imperial. Nos últimos anos da década de 1920, o crescimento do empresariado industrial forçou uma maior representação da Casa dos Representantes.

Episódio ilustrativo de como o cargo de Primeiro-Ministro deveria estar sempre associado a alguma outra instância foi o de Tanaka Giichi, de 1927. Ao assumir seu cargo de Primeiro-Ministro e acumulando o Ministério das Relações Internacionais, teve de enviar tropas japonesas como medida de segurança à Marcha para o norte de Chiang-Kai-Shek. Para os chineses, a ação se demonstrava ofensiva quanto aos movimentos nacionais e muito mais contundente do que o posicionamento de Kijuro Shidehara, que pretendia a expansão da China como principal forma de desenvolvimento do empresariado nacional. Seria prioritário, na visão de Tanaka, que se fizesse uma estrutura política clonada do modelo japonês, fosse para atender aos interesses de expansionismo voltado ao comércio exterior com parceria ocidental, fosse para atender à burguesia nacional[50]. Este sustentáculo planejado teria uma durabilidade que seria suficiente para manter qualquer categoria de expansionismo.

A flexibilidade foi garantida ao tomar como ponto de partida a instabilidade do governo chinês e a condução pelas mãos dos japoneses:

> Houve alguns desacordos [...] Mori Kaku apoiou um memorandum do comando do exército de Kwantung, que dizia que a China deveria reconhecer a Manchúria como "autônoma", isto é, o reconhecimento do status de uma entidade política separada. Isto era muito mais do que o Ministro das Relações Exteriores poderia querer. Diplomatas também tiveram reservas sobre o papel de Chang Tso-lin. O ministro japonês em Beijing necessitava de apoio para um senhor da guerra independente na Manchúria, para a retirada do norte da Muralha da China. Tanaka acompanhou a empreitada. Por outro lado, Yoshida Shigeru, cônsul-geral em Mukden, que estava para assumir o cargo de vice-ministro em Tóquio, defendeu que o Japão não devesse se envolver politicamente com os títeres políticos chineses de qualquer natureza, levando-se em conta que as relações eram em graus insatisfatórios. Ele preferiu agir diretamente através de seus representantes.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 185)

[50] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 185.

2.2 POR UMA MANCHÚRIA (IN)DEPENDENTE E A CONSTRUÇÃO DA GRANDE ÁSIA

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, tendo conquistado posicionamento no mercado internacional, o país passa por mudanças consonantes com a movimentação econômica mundial do pós-guerra. Um ponto relevante para pensar nos efeitos da crise em relação ao Estado foi a inexperiência da classe dirigente em manipular o sistema que estava sendo implantado sob o novo câmbio, e a conjuntura desfavorável colaborou para a turbulenta agitação econômica em que o Japão se encontrava:

> A falta ou erros de intervenções não permitiram a manutenção da balança de pagamentos, pois, durante os primeiros anos da década de 1920, provavelmente o iene estava supervalorizado frente a outras moedas. O resultado foi o enorme déficit cambial recaindo na balança que tem ativos de 3,035 bilhões de ienes em 1914-1919 caíndo para 79,3 milhões em 1920, 246,2 milhões em 1921, 181,5 milhões em 1923. O aumento acentuado do saldo negativo nas contas com o exterior em 1923, bem como a conjutura econômica desfavorável foram determinados pelos efeitos adversos do grande terremoto que atingiu a região de Tóquio naquele ano.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, pp. 23-24)

É com o advento da guerra que o Japão tem a oportunidade e os recursos financeiros da imposição de relações desiguais com a China, esquivando-se das normas multilaterais do imperialismo cooperativo e estabelecendo uma extensão no continente. Estava-se novamente deparando-se com as velhas questões – de como seria essa entrada no jogo geopolítico mundial, de como se daria a estratégia na Manchúria sem que os interesses econômicos fossem arriscados e de como seria esse novo posicionamento japonês em face da China e de outras potências.

O contexto mundial de redistribuição dos poderes e de influência política decidido pela Primeira Guerra Mundial forçou uma decisão sólida por parte dos nipônicos sobre os Tratados Desiguais, que submetiam países do Extremo Oriente a um *status* de protetorado. Os tratados forçaram um aumento tarifário a partir de 1899. Segundo Yasuba, as taxas de crescimento sobre importações aumentaram de 3,7%, em 1898, para 15,5%, em 1910, e para 21%, em 1933. E os produtos de luxo e da

indústria pesada em 100%; sobre transportes, 37,5%; sobre o ferro e aço (ligas, barras e chapas), 24,1%; e sobre os automóveis, 24,5%[51].

O sistema de tratados acaba se deflagrando insuficiente para o cenário japonês sob a perspectiva de rearranjo dos padrões estruturais e sob o estímulo dado à formação de blocos econômicos. O que antes parecia medida protecionista começa, a partir deste ponto, a indicar restrição de mercados. Apontava-se para um projeto mais atraente, que significava, além de exclusividade, "parceria" econômica entre China e Japão, uma coprosperidade.

A indústria pesada, de acordo com os dados do perito, teria causado a falta de recursos minerais. No entanto, para ele, a adequação aos tratados tem pouco a ver com o ímpeto de industrialização em que o Japão se empenhava; o protecionismo recauchutado nessas transações impulsionou a economia japonesa até a década de 1920, sendo que, entre o período da Primeira Guerra e a Grande Depressão, as altas tarifas de commodities teriam criado excessiva demanda por capitais e recursos naturais, agravando o quadro da comercialização e freando o desenvolvimento econômico. E, por consequência, as condições da vida pública também seriam afetadas.

Ainda segundo o economista japonês Yasuba, as tarifas sobre o transporte de mercadorias estariam descomunais e a solução no campo militar era a única capaz de dar vazão a negociações. Por outro lado, as tarifas estavam, internacionalmente, conforme padrões regulares. O movimento pela autosuficiência na produção de metal bruto encorajou o militarismo e a Guerra do Pacífico.

A partir de 1930, a estrutura da produção japonesa se converte para a exportação de commodities – fios de seda, tecidos de algodão e seda, açúcar e cerâmicas – e traz consigo certo conforto econômico. Importações eram, grosso modo, alimentação, matérias-primas para a indústria leve e combustível[52]. Sustenta-se a tese de que o militarismo teria criado a demanda por matérias-primas à industria pesada. A falta de suprimentos domésticos de matéria-prima e combustível, consequente do crescimento vegetativo, um protecionismo por parte dos estrangeiros cada vez mais

[51] YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), p. 551.
[52] YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), pp. 552-555.

forte e a recessão de 1929 foram as justificativas para a expansão militarizada japonesa. Ishihara Kanji, general das tropas em 1930, afirma ser imperativa a colonização da Manchúria: "Nossa nação parece estar num beco-sem-saída e nele parece não haver soluções para os problemas importantes de população e suprimentos. A única saída, de acordo com a opinião pública, é o desenvolvimento da Manchúria e Mongólia". (YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), p. 553).

Se, antes de 1930, a economia japonesa conseguia autosuficiência, as deficiências em matérias-primas, após os projetos imperialistas, tornaram-se reais. A indústria da guerra realizou essa necessidade. Uma lógica de prevenção justificaria a construção do arcabouço do imperialismo voltado ao continente.

Um dos pontos nevrálgicos que colocavam em cheque os domínios japoneses, principalmente a Manchúria, era a Revolução de 1917, que expressava uma tensão no que diz respeito à noção de esferas de influência. A vitória bolchevique era a representação real da ameaça ao avanço do imperialismo japonês e, ao mesmo tempo, a conveniência dos territórios chineses pela corrida aos recursos naturais para fomentar o crescimento econômico nipônico:

> Ishihara e Itagaki desejavam a Manchúria sob o controle japonês não apenas por motivos econômicos, mas também porque acreditavam que a anexação daquela região chinesa seria estrategicamente essencial contra as ambições soviéticas. Reforçando isso um ideia de conquista estava atrelada aos benefícios do Japão ao povo da Manchúria, nos quais poderia se perceber a manutenção da segurança pública e do desenvolvimento da economia. Para conceber o plano, Ishihara e Itagaki simularam um incidente que daria a justificativa para o exército de Kwantung tomar o controle de toda Manchúria. O desejo deles de dominar a região era, obviamente, compartilhado com outros oficiais, tais quais Araki Sadao e Hata Shunroku do comando geral do exército. O apoio para as ambições do exército de Kwantung também veio de oficiais do ministério da guerra, tal qual Nagata Tetsuzan, que acreditava no conceito de guerra total e almejava os vastos recursos da Manchúria.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 271)

O imperialismo japonês, diante da conjuntura internacional, tomou uma forma necessariamente contrarevolucionária; foi uma resposta ao comunismo, principal

inimigo, como alvo de ataque direto do movimento autoritário que se formava[53]. Os impulsos revolucionários precisavam ser refreados; para tanto, um sistema de vigilância interna e externa foi ativado para assegurar a ordem nacional.

2.3 Japão em segurança

Um agente integrante da revisão dos tratados desiguais foram as fronteiras entre China e União Soviética – sabendo-se que a China seria um solo apropriado para intervenção da política e manobra russa. Era, naquele momento, um campo movediço para as disputas que se travavam e era imperativo que se fizesse impor econômica e ideologicamente.

O outro lado do mesmo problema, ou seja, em âmbito doméstico, foi o clima de florescimento das indústrias que impulsionou uma onda de greves e sindicalização extensiva. A intervenção mais certeira no nordeste da Ásia parecia, aos olhos do governo, prevenir que o comunismo se espalhasse: fosse pela ideologia, fosse por ações. Portanto, a condição para a defesa nacional passou a ser a extirpação de qualquer inimigo que se aproximasse das ideologias de esquerda[54]. Nesse ínterim, o número de associações patrióticas e anticomunistas estava em crescimento:

> [...] o fascismo recrutava adeptos sobretudo entre civis, e só mais tarde ele começaria a difundir-se entre os oficiais do exército e da marinha. Os porta-vozes da extrema-direita radical propunham uma política externa que conjugasse o expansionismo territorial com o ataque ao colonialismo europeu e norte-americano na Ásia, e defendiam uma política interna que eliminasse a grande propriedade privada, garantisse o direito ao trabalho e ao cultivo da terra, abolisse o parlamento, onde tinham assento os partidos ligados aos maiores grupos empresariais, e instaurasse um capitalismo de Estado, administrado por uma ditadura militar. Tratava-se, em suma, de um programa nacional e socialista.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 126)

Efetivamente, as associações serviam de modelo aos sindicatos patronais em gestação. Segundo Beasley[55], as associações e sociedades formavam-se em torno de uma personalidade carismática, embora entre si os agrupamentos não

[53] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1969, p. 160.
[54] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 157.

[55] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 177.

tivessem identidade. Para ele, nunca foi como a mobilização de massa efetuada na Alemanha ou na Itália, porém, mais que isso, foi meta geral não a tomada do poder e sim a sua destruição irracional. O projeto para posteridade era inexistente e ludibriava-se que, misteriosamente, se reconstruiria algo melhor, como um campo de manobra em que as classes dirigentes pudessem se acomodar a cada circunstância.

Vários programas nacionalistas foram apresentados nesse período do imediato pós-guerra com a finalidade de dar sentido operacional às teses da militarização e abolição do parlamento e de partidos em nome de uma aproximação mais efetiva ao Imperador, entendendo como soberanos o povo e seu monarca[56].

Matsuzawa afirma que a população civil teve seu papel dentro de uma lógica de alienação em que a participação era direta e total, seu engajamento apaixonado e cego por um ideal político que apenas diferisse do anterior[57]. A identidade nacional foi fundada sob o mito do *Shinto*, que remontava ao passado sagrado. A tradição do passado sagrado teria sido inventada na Era *Meiji* para legitimar a autoridade em nome da unidade nacional[58]. O sentimento do nacional surge apoiado nesses valores patrióticos e acomodado sob o manto do imperador. O nacionalismo no Japão, diferentemente das experiências ocidentais, nasce como crítica à submissão nipônica aos ocidentais:

> Após 1918 [...] Ainda havia acordo de que o Japão deveria ser o Grande Japão. Ainda havia o mesmo vocabulário: "a política nacional", "a essência nacional", "a família nacional". Embora, conforme a sociedade japonesa se tornava mais burguesa, o nacionalismo se tornou em uma de suas faces uma crítica e noutra um lamento: em que os senhores de terra se abstiveram, explorando os camponeses; em que os empresários viraram os novos ricos; em que políticos viraram homens de partido, procurando apenas o poder; em que em nenhum deles colocavam o nacional como prioridade. Nas escolas e universidades, costumava-se dizer que os jovens eram ensinados a estimar o individualismo, o qual era a palavra ocidental para egoísmo.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 177)

---

[56] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 28.

[57] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 7.

[58] Como já referido anteriormente, as virtudes a serem preservadas desde o *Meiji* giravam em torno de alguns pontos: preservação da tradição e do comportamento, obrigações com a família e com a comunidade e respeito por uma cultura inerente ao ser japonês.

Para atomização total do indivíduo, advogavam-se ferramentas propagandísticas sobre certo "grupismo", que aplicaria a lealdade à sociedade ou empresa tratando estes como uma casa (*ie*) ou uma extensão da família. Havia o ideal de submissão dos trabalhadores a uma empresa paternalista em que o indivíduo poderia ter total confiança e respeito. Então, a condição de trabalhador ficaria mascarada sob uma condição de hierarquia familiar: "Entre os recursos mais comentados da sociedade está a disciplina, um conceito claro de aceitação da autoridade, lealdade, autoridade e deferência aos superiores, e uma ênfase no nascimento e senilidade, em vez do mérito". (MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. London: University of Cambridge Press, 1995, p. 5)

Outros atributos do movimento crescente eram o elemento ruralista arraigado, que refletia hostilidade ao mundo urbano em resposta às condições sociais conferidas à modernização desenfreada. E mesmo certo sentimento de pan-asiatismo já estava presente nesse período, como reflexo das tentativas de resistência ao Ocidente.

Um estado de exceção parecia ser uma saída razoável à elite e à massa manipulada, que via o país em condições sociais de privação: seria uma mudança controlada, dentro da ordem. Matsuzawa esclarece que um *modus operandi* já vinha sendo elaborado desde o *Meiji*, a exemplo da discriminação dentro da própria classe por gênero e por origem étnica (ainus, burakumin, coreanos)[59]. As atitudes de intensa discriminação e opressão e a hostilidade e agressão contra "estrangeiros" garantiriam a coesão e integração do grupo, trariam uma justificação para a alta exploração a que eram submetidos os elementos segregados. Nada era mais conveniente para os capitalistas em fase inicial do que a submissão dos trabalhadores aceita no próprio corpo social e a implantação de uma ideia em que todos teriam uma função orgânica. Apesar de os elos sociais estarem confusamente reorganizados, a relação de exploração permanecia incólume[60].

---

[59] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 2; SAITO, N. **Buraku(ju)min**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNESP, 2002.

[60] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 198.

As presenças, ainda que enfraquecidas, da Alemanha e da França na China teriam que ser ainda mais suprimidas, assim como os interesses da Inglaterra e dos EUA:

> À Inglaterra, um oponente de longa data na corrida de monopólios, esperava-se que tentasse ganhar o terreno perdido na China e já que este tinha sido perdido anteriormente pelo Japão, os prospectos para as relações anglo-japonesas estavam incertos. Ainda restavam os EUA, que desde o início foram o porta-voz das doutrinas de abertura das portas.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 157)

Os EUA estavam fortalecidos econômica e militarmente após a Primeira Guerra Mundial e pouco se dispunham a ajustes com o Japão nos Tratados Desiguais:

> Além do mais, sob a liderança de Woodrow Wilson era desejável que houvesse a necessidade de que Tóquio reconhecesse o princípio da soberania chinesa. Então o Japão não poderia mais contar com a colaboração internacional para divisão dos direitos dos tratados como um apoio para suas ambições. Por outro lado, os estadistas da Inglaterra e EUA viram no sistema de tratados desiguais uma ferramenta para conter o Japão.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 157)

Um terceiro fator era o crescente nacionalismo chinês. Estimulado, primeiro, pelas “21 Demandas” (1915) e pela tentativa japonesa de incorporar provisões em Shantung contidas no Tratado de Paz de Versalhes, a hostilidade ao imperialismo japonês se tornou de primeira ordem na política chinesa. As tentativas japonesas em transformar a China em nação autônoma após a Primeira Guerra Mundial levou as concessões alemãs à permuta de subordinação. As intenções essenciais das “21 Demandas” eram um novo protetorado sujeito ao Estado japonês, tal que um plano de implantação da nova moeda (Yuan) foi apresentado e vincularia a China à economia hegemônica local. O Japão, no contexto dos anos 1920, tinha apenas uma saída: agir para prevenir e se erigir no quadro político e econômico mundial ou sua posição na China se enfraqueceria e ele estaria submetido aos ditames do agressivo jogo ocidental.

É também nesse contexto que o setor bancário japonês, estabelecido em suas bases capitalistas, amplia ainda mais a produção interna e o comércio internacional durante a Primeira Guerra Mundial, que resultaria, nessa fase recessiva, na projeção dos *zaibatsus*[61]. Para Gatti:

> [...] graças, nomeadamente, ao controle de crédito [eles] foram capazes de aparelhar os pequenos produtores (concorrentes ou indústrias), as dificuldades e os custos da crise. Em particular, a Mitsui Bussan, após ter dado vida em 1918 a uma companhia de seguros marítimos, em 1920 fundou a Tóquio Menka Shogyo Kaisha e em 1925 a Sanki Koyo Kaisha. Ainda dentro do mesmo zaibatsu, a Mitsui Gomei criou a Mitsui Shutaku Kaisha, criada em 1924, e, no ano seguinte, uma companhia de seguros, bem como diversas empresas dirigidas para a exploração imperialista de Taiwan e da Coreia. Portanto, se o estímulo dado à economia pela Primeira Guerra Mundial contribuiu em inegáveis benefícios produtivos para o Japão, é claro que tal estímulo fez exacerbar a contradição de alguns aspectos estruturais, influenciando o crescimento econômico e social do país. Além das condições de exploração da classe trabalhadora (nacional e colonial) e os pontos fracos da agricultura, o desenvolvimento da produção e do comércio internacional favoreceram, em realidade, a estabilização de distorções estruturais, tais como a interligação entre o capital financeiro e o capital industrial, a acentuação da concentração oligopolista e a distribuição desigual de renda dentro da própria burguesia.
> (GATTI, Framcesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, pp. 24-25)

Alguns setores revisionistas trabalham com a tese de que a expansão na Ásia foi derivada, não por uma megalomania de seus líderes militares, mas, ao menos em parte, de uma longa série de avaliações das necessidades de defesa e de recursos

---

[61] Em Lenin, pode-se encontrar uma definição paritária sobre conglomerados: "Nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada *combinação*, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção das embalagens etc.). 'A combinação – diz Hilferding – nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas *simples* (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à *simples*, reforça-a na luta da concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufaturados [...] Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc". (LENIN, V. I. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp. 588-591)

pelos representantes da cultura que acreditavam numa grandiosa tradição. Ben-Ami Shillony[62], por exemplo, admite a posição de adversidade quanto a ter decisões sobre o curso da história, em contraposição aos mitos que foram cultivados em torno desse debate, afirmando, também, certo descaso em face de outros "mitos", como a articulação dos partidos com os altos comandos militares e o governo. Visões como a de Shillony desconsideram o foco político, a dinâmica e a participação popular, como dados inválidos para análises em eleições regionais, como forma de representação política local. Para ele, como no período *Meiji* ainda restava a sensação de inexatidão, uma reação tradicionalista manifestada de tempos em tempos por histeria nacionalista não se provou forte o suficiente para sustentar o desenvolvimento burguês da sociedade.

A intervenção do Exército parecia iminente a restabelecer a ordem entre governo e empresariado, varrendo as relações incompletas remanescentes do *Meiji*. Em outras palavras, o legado do *Meiji* – de fortalecimento ao elemento nacional – foi evocado às expensas de outra razão, o crescimento econômico[63]. Antes de 1868, a identificação social girava em torno dos domínios feudais, a ideia de um Japão como nação ainda estava para ser construída. A educação em massa e o recrutamento militar aparelharam e doutrinaram as gerações mais novas com a ideia de Grande Japão (*Dai Nippon*), ao invés de uma ideia concebida da série de feudos dirigidos por *daimyos*. Nesse sentido, a lealdade aos senhores feudais foi substituída pela lealdade ao Estado.

O nacionalismo, apesar de ter uma conotação que pouco tinha como objetivo o nacional, teve de se remeter novamente às políticas imperialistas desenvolvidas no *Meiji*. Sua outra face, a revolucionária, também estava presente, isto é, na medida em que invalidava os fins em nome da modernização de 1868 ou quando lutava por uma nova ordem da sociedade, que era resultado da força da instituição imperial. Ou mesmo quando, simplesmente, condenava a injustiça social no mundo. Todos os discursos se espelhavam na experiência *Meiji*, que derrubou a dinastia *Tokugawa*. A forma que tomava esse nacionalismo, do terrorismo ao golpe de Estado, foi legitimada pela tradição funcional dos heróis de 1860[64].

---

[62] SHILLONY, Ben-Ami. Myth and reality in Japan of the 1930. In: BEASLEY, W. G. **Modern Japan**: aspects of history, literature and society. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1975, p. 81.
[63] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 19.
[64] Referência àqueles que fizeram a unificação do país no período *Meiji*.

A industrialização e a centralização deram aos japoneses um forte senso de que o país poderia rivalizar com as potências ocidentais tanto em termos tecnológicos, como em termos de nação. Além disso, as vitórias nas guerras externas deram à população a sensação de projeção militar para a nação, dando à nova potência do Extremo Oriente um crescente sentimento do nacional.

O empresariado, que praticamente financiou a modernização, aceitou a *raison d'état* para manter as liberdades econômicas; o *status quo* político estabeleceu novos pesos e contrapesos em nome da manutenção desses poderes e a construção de uma *Nova Ordem;* a correspondência com a tradição serviu de esteio aos movimentos radicais de direita. Era imprescindível a perseguição aos revolucionários de esquerda, representantes da ameaça comunista à ordem do capital[65]. Chamados de "ideólogos" (*shugisha*) ou "vermelhos", foram jogados ao ostracismo, chegando a ser perseguidos e eliminados com grande eficácia pela polícia. Somam-se a isso as consequências agravantes da crise doméstica, que derrubava toda e qualquer tentativa de resistência socialista:

> Logicamente nem todos os japoneses concordaram com a política expansionista da liderança militar. Muitos intelectuais liberais ou socialistas eram contrários. Mas as manifestações antimilitares ou as expressões antiexpansionistas foram reprimidas [...] O comunismo foi proscrito como uma ideologia destrutiva, nociva e prejudicial para o "ser japonês". No entanto, os políticos e conciliadores pró-Ocidente fizeram esforços desesperados para impedir o fim inevitável e trágico com os anglo-saxões.
> (KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993, p. 90)

A tendência ao aumento da vigilância era geral, a coerção física foi o instrumento ideal para conter a subversão que afogava a velha ordem social. Hobsbawm trata esse período como tendo grande propensão ao nacionalismo, devido ao contexto de ressentimentos a Estados estrangeiros, guerras ou impérios insuficientes e, para os governos, havia a vantagem da legitimidade e da popularidade[66]. A direita não possuía um projeto unificado e, claro, ela se nutria pela negação, isto é, pelo anticomunismo como principal alvo. Para a proteção da classe,

---

[65] NISH, Ian. An Overview of Relations between China and Japan, 1895-1945. In: **The China Quarterly**, No. 124, China and Japan: History, Trends and Prospects (Dec., 1990), p. 622.
[66] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 117.

era preciso que se exaltasse certo tipo de pureza comum ou tradição coagulante que fosse contrária a qualquer tipo de revolução social. Para Matsuzawa[67], a coesão do grupo (*kyodotai-teki*) tinha como central os objetivos de discriminar e eliminar elementos perigosos à ordem, ressaltando que a classe dominante reproduzia, promovia e encorajava tais práticas, direta e indiretamente.

Como componentes do sistema, os meios de comunicação e de massa se voltavam para a finalidade da unidade orgânica social. Marco Del Bene afirma que o regime fascista japonês, desde os anos 1920, conferia grande importância a esse instrumento[68]. A cultura popular e as atividades sociais tinham de estar alinhadas com as finalidades do sistema e atenderiam ao consenso a ser modulado "por cima"[69]. É a partir dos anos de 1920 que a modernização da sociedade esculpe a sociedade de massa japonesa e seu modo de fazer política. Os grandes jornais, agora, tinham o espaço para difusão e já atendiam aos interesses dos agrupamentos industriais[70]. A imprensa estava comprometida com os agrupamentos industriais e tinham interesses comuns. Desde que a imprensa era uma interessante ferramenta para o controle da economia, ao mesmo tempo que poderia dominar socialmente as massas, ela passou a ser outra célula a ser cultivada para a manutenção da dinâmica:

---

[67] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 6.
[68] DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004, p. 9.
[69] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963.
[70] DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004, p. 9.

> Entre os anos de 1924 e 1931 se completou a massificação da sociedade japonesa, mesmo que a maior parte da população vivesse da agricultura, os grandes centros urbanos como Tóquio e Osaka, para citar somente os maiores, ostentavam um proletariado e uma burguesia urbana ávida pelo consumo de informação e entretenimento. O processo de simplificação, no setor da imprensa periódica e cotidiana, foi alimentado pelo crescimento de dois gigantes jornalísticos de Osaka, o *Asahi* e o *Mainichi*, que naturalmente para o período se afirmaram com os dois jornais de grande circulação no Japão, com tiragem superior a um milhão de cópias. O rádio, um novo concorrente temido pela imprensa escrita [...] também estava sujeito a um grau significativo de controle do governo. Foi no início do *Showa* que o cinema japonês atingiu uma maturidade expressiva e produtiva, e isto coincidiu com a explosão de outro fenômeno de massa, da música popular ao boom dos livros em edições econômicas.
> (DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004, p. 9)

Segundo o historiador italiano[71], o controle dos meios de comunicação pelo Estado japonês tinha a finalidade de fazer com que a propaganda fosse a voz do regime. Portanto, a mídia deveria servir como adestradora das massas com ostensivo domínio estatal. A formação do consenso no Japão por meio da mídia, na avaliação de Del Bene, foi extremamente eficiente no âmbito social e cultural, demonstrando-se uma força autêntica e fiel ao regime.

O Estado imperial gerava o inimigo para poder manter sua unidade interna. Essa dinâmica acabou se expressando em outras formas: capitalismo industrial, um sistema monárquico constitucional de tipo partidário e um sistema de opressão e controle (por parte dos burocratas), articulados com agressões intermitentes ou guerra[72].

A garantia de que projetos sociais revolucionários não vingassem era o plano geral do estrato no poder. Até meados de 1920, a movimentação anticomunista e os partidos (como já afirmado anteriormente, conectados aos *zaibatsus*), comprometidos com uma política conciliadora, manteriam a Manchúria como Estado semi-independente e consentiriam uma dupla solicitação do grande capital: um sistema de exploração dos trabalhadores, internamente abotoado aos negócios com as nações

[71] DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004, p. 12.
[72] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 6.

vizinhas[73]. No entanto, a facção dos nacionalistas radicais previa que o expansionismo continental fosse urgente e defendia a economia totalmente controlada pelo Estado e a militarização:

> E como o liberalismo econômico dos grupos empresariais se conjugava com uma política fortemente repressiva do operariado, a oposição à estratégia defendida e aplicada pelos governos do grande patronato contribuiu para interessar os fascistas por uma outra forma de abordagem dos problemas laborais.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 128)

A ascensão da direita foi em resposta à realidade da revolução de esquerda que se tinha formado na Ásia continental e se difundia internacionalmente. No entanto, é ilegítimo, nas palavras de Hobsbawm, que se relacione a ascensão do fascismo a práticas plagiadas da esquerda[74].

Há de se considerar que a direita conquistou a camada de militares de baixa patente e jovens nacionalistas, que viram uma oportunidade dentro de sua condição de classe ou mesmo em sua nação, que parecia não ter saídas contra a economia ocidental. Esses soldados iriam desempenhar um papel protagonista no folclore dos movimentos da direita radical e fariam parte de seu braço armado.

Além do mais, todas as organizações que representassem ameaças à ordem existente da sociedade eram tidas como culpadas pelo colapso da economia, apontando o bolchevismo como o responsável pela desordem que esses movimentos reivindicavam. A classe operária ganhava corpo em face da realidade concreta das proporções tomadas pelo direcionamento leninista. Não foram despropositadas as regulamentações sobre as jornadas de trabalho como forma de calar as reivindicações dos mais envolvidos desse estrato social.

A força com que os movimentos fascistas surgem são, em grande medida, saídas para exaurir a velha ordem e as classes dominantes que se pretendiam eternas do enredamento em que se encontrava toda a sociedade, em termos de poder. No caso nipônico, o funcionamento precário expressou-se na tentativa do governo *Taisho*. A virada antidemocrática se deu por meio da própria classe no poder; como um golpe de alegoria, ela se beneficiou da convulsão popular, apropriou-se de todos os

---

[73] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 128.
[74] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 128.

slogans da direita, desenvolveu a economia para a projeção internacional e se manteve no poder com outra fisionomia – demonizando a radicalização com que se consagrou.

O triunfo dos militares pôde ter espaço nas condições de um Estado falido, no qual a massa se encontrava alheia a sua cidadania, em que uma revolução social temida por nacionalistas e um projeto expansionista forte estavam emergindo. O fascismo chega ao poder convenientemente pela iniciativa do próprio velho regime, de forma constitucional. Estando no poder, o fascismo se recusava a jogar politicamente pelas regras antigas. Eliminou seus rivais e criou uma ditadura desenfreada em torno de um supremo líder populista[75], assim como ocorreu nos casos ocidentais considerados clássicos para a análise da categoria de fascismo e movimentos autoritários.

Na ocorrência do Japão, a figura do chefe, que não precisava ser criada, já estava confusamente contemplada no Imperador. O movimento fascista, ao tentar erradicar a elite que representava a dinâmica dessa antiga ordem, deu um novo semblante a ela. Utilizou como ferramenta a ambiguidade do imperador, submetendo as massas para atender aos interesses da elite e tornando o imperador um coadjuvante, com pequenas participações reais na peça política.

De forma geral, historiadores tendem a julgar o papel do imperador como elemento definidor ou como marionete. A perspectiva de que o imperador fosse apenas um títere camufla a responsabilidade de Estado que o imperador tem em assegurar a soberania e a responsabilidade que tem sobre o Exército e a Marinha, a par de seu poder de veto. Ou seja, todo o *staff* político reportava-se ao imperador e estava sujeito a sanções. Por exemplo: em 1928, Hiroito demitiu o Primeiro-Ministro Tanaka Giichi[76] na ocasião em que um atentado à bomba assassinou Chang Tso-lin[77] e, em

---

[75] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 130.

[76] Primeiro-Ministro e ministro das relações internacionais, no ano de 1927; segundo Beasley, de soldado se tornou político. Ele foi treinado para suprimir a presença comunista na China, ao contrário de seu antecessor Shidehara. Especializado em exterminar o terrorismo comunista, ele reconhecia a importância do comércio e do investimento continental com mais clareza do que outros militares. No entanto, tendia a dar mais peso aos tratados dos portos do que ao empresariado nacional *zaibatsu*: "Em julho de 1927, quando da inauguração de um estudo no qual se pretendia um direcionamento ao Plano de Mobilização Nacional, ele expressou sua visão de que 'controle e desenvolvimento de recursos' para propósitos de segurança nacional poderia significar o estabelecimento de uma estrutura de guerra mais ordenada para atender a todas as demandas dessa nação militarizada" (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 184).

[77] Senhor da guerra na Manchúria desde 1921, Chang foi nomeado na gestão de Hara e manteve vários conselheiros japoneses em seu grupo. Ele mantinha ligações entre a Coreia e o Exército de Kwantung, além de relacionar diplomaticamente os exércitos japoneses e chineses em caso de emergência. As

1936, quando os movimentos fascistas eliminavam todos os conservadores do sistema imperial, a intervenção do imperador foi imprescindível para que se interrompesse o banho de sangue que seguia[78]. Em resumo, o Imperador tinha a função de regular a sociedade e de integração[79]. O papel simbólico do imperador era a materialização da instituição familiar.

A utopia de retorno a um passado lendário não era passível de realização nos Estados que estavam empenhados em sua modernização e avanço tecnológico. Estratégias militares e indústrias japonesas foram construídas numa fusão de políticas de segurança nacional, industriais e tecnológicas. Um tipo de tecnologia que se adaptou totalmente ao ideal da modernização, utilizando o militarismo com propósitos nacionalistas[80].

2.4 *Zaibatsu*, Crise e Manchúria

A crise financeira que acometeu o Japão prematuramente, em 1927, liquidou empresas de pequeno e médio porte, que foram compradas pelos conglomerados a preços desprezíveis, estimulando uma indignação aos grandes grupos financeiros e enfraquecendo a exigência maior, que era contra o sistema de exploração. Segundo Gatti, a entrada da economia japonesa no mercado mundial favoreceu e maturou sob o balanço produtivo e comercial dos anos da guerra e foi caracterizada por uma limitada demanda interna, o que ocorreu devido a um descompasso do câmbio do iene e das exportações, em decorrência do que:

---

instalações e organização dos exércitos eram feitas a partir do modelo japonês, assegurando assim o poderio de Chang na Manchúria, avalizado por Kwantung. Chang foi o mediador da expansão japonesa na Manchúria. Chang tomava posicionamentos ambíguos por vezes, apoiando o empreendedorismo dos comerciantes e industriais chineses e tratando de reorganizar um sistema de educação autônomo dos moldes japoneses, mas não fomentava os movimentos nacionalistas chineses, num antiniponismo (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 184).

[78] Ver capítulo *Concentração para destruição*.

[79] BIX, Herbert. **Hiroito and the making of modern Japan**. New York: Harper Collins, 2000.

[80] SAMUELS, R. J. Reinventing Security: Japan since Meiji. In: **Daedalus**, Vol. 120, No. 4, Searching for Security in a Global Economy (Fall, 1991), p. 49.

> Com o câmbio, em 1925, a 40,93 dólares por 100 ienes, a exportação crescera 23% (de 703 a 902 milhões de dólares para países estrangeiros e de 157 a 191 milhões de dólares para suas colônias) enquanto, igualmente com o aumento do câmbio da moeda japonesa à paridade de 50 dólares por 100 ienes, registraram-se flexões.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 110)

Seguindo o raciocínio do autor, os *zaibatsus* foram estimulados a trocar seus investimentos da indústria química e pesada para a indústria leve, já que a indústria bélica era dominada principalmente pelo capital estatal, estendendo, assim, o processo de concentração e centralização do capital. O capital monopolista da indústria têxtil foi a fonte de acumulação desse período, expandindo a produção na China. A base industrial do imperialismo japonês foi construída por essa maturidade do setor têxtil, que se transformou em capital financeiro.

A crise de 1927 teve como principal agravante precedente o terremoto de Kanto de 1923:

> [...] o que interessa destacar é a repercussão que tal evento teve sobre a economia japonesa, não tanto no período imediatamente sucessivo – a causa da relevância do dano, avaliado em 450 milhões de ienes, e da incidência negativa sobre a balança de pagamentos com o exterior – mas, antes, no período 1926-1927, quando o governo decide encaminhar a solução ao problema do título perdido durante o terremoto e que já somava agora, em 1926, 207 milhões de ienes.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983 p. 111)

Para que a economia japonesa pudesse ter o espaço devido na corrida mundial, era preciso desenvolver o sistema bancário, que ainda era primitivo para os moldes imperialistas ocidentais:

> A economia japonesa nos anos de 1920 foi caracterizada por uma sucessão de quase que ininterrupta crise de várias dimensões e natureza, de um lado, detectáveis na persistente fraqueza dos setores químico e pesado, nos quais não foi permitido – sob a pressão da concorrência internacional – o equilíbrio da balança de pagamentos com o exterior e, de outro lado, na ausência da adoção de uma política deflacionária, contrária aos *zaibatsus* como contrastantes com seus interesses econômico-financeiros.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 109)

Com a deficiência de investimento dos *zaibatsus* na indústria pesada e química[81], o capital estatal encapsula o processo, dissimulando o capital privado no capital estatal[82].

Um teatro a serviço do ultranacionalismo foi montado sob a carcaça de um socialismo revisto. A instalação de um fascismo inspirado nos modelos europeus passa a ser realidade. A crise mundial somente intercepta um anseio de golpe de Estado já fomentado pela situação de penúria no campo e nos setores capitalistas invalidados:

> Em 1927 duas centenas de jovens oficiais fundaram uma sociedade secreta, dedicada a preparar um golpe de Estado militar, e é sugestivo que alguns deles pertencessem ao estado-maior general. Calcula-se que nessa data cerca de um terço da oficialidade de baixa patente fosse oriunda de famílias de pequenos camponeses ou de pequenos comerciantes, o que a tornava especialmente sensível aos problemas e às dificuldades da gente humilde.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 130)

Internamente, no ano de 1929, o presidente do Partido Liberal (*Seiyukai*), Osachi Hamaguchi, que foi contrário ao expansionismo, foi nomeado ao cargo de Primeiro-Ministro pelo Imperador, e o diplomático Kijuro Shidehara[83] é nomeado chanceler. Juntos, aplicaram uma "diplomacia conciliadora" para tentar conter a marcha do expansionismo, mantendo passos graduais e lentos, a partir da expansão do sistema de Washington (1921-1922).

O desarmamento universal proposto, tendo como norte a concepção wilsoniana, foi entendido, por um lado, como transigente com as potências mundiais e, por outro, ou seja, na concepção dos ultranacionalistas, como submissão aos interesses ocidentais e imposição desvantajosa de armamento naval. Não agradando ao empresariado e aos militares de alto escalão e influenciando a população embriagada pelo ultranacionalismo, Hamaguchi é atacado e falece no início de 1931. O Exército,

---

[81] Processo que Gatti avalia como prolongador da concentração e centralizador de capitais (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 110).

[82] "Não se pode subestimar a importância do capital monopolista na indústria cotoneira, que, graças ao grau consistente de acumulação no período bélico, pôde manter um 'alto nível de subsistência' sobre o qual fundou seja sua expansão produtiva na China, seja o desenvolvimento da fabricação de rayon, ainda, uma 'acumulação especulativa no processo de circulação'. Em resumo, o capital monopolista na indústria cotoneira mostrou um tal grau de maturidade como capital financeiro na indústria leve como não se verificava na história e em tal modo construiu a base industrial que sustentou o imperialismo japonês" (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 110).

[83] (1872-1954)

agindo de forma independente do próprio governo do Japão e percebendo o contexto favorável da ocasião, invadiu a Manchúria no verão de 1931:

> Em 18 de setembro de 1931, o Comandante-em-Chefe do exército japonês apresentado em Dairen, península Liandong, ordenou o ataque contra o exército chinês na Manchúria, responsável por um ato de terrorismo contra a empresa de transporte ferroviário pertencente à Manchúria do Sul, que era de responsabilidade japonesa. Esse ato de terrorismo foi, na verdade, provocado pelos próprios funcionários oficiais dos Serviços Especiais do Exército em Dairen para justificar a intervenção militar japonesa na Manchúria frente a opinião pública internacional. O exército japonês na Coreia imediatamente atravessou a fronteira com a China sob o pretexto de "defender a segurança da rede ferroviária na Manchúria e proteger a vida dos japoneses". Assim, começou a guerra com a China, uma guerra que duraria mais de 14 anos.
> (KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993, pp. 90-91)

Para o fascismo japonês, o ano de 1931 foi a primeira ação política vitoriosa[84]. Jovens oficiais do exército de Kwantung levaram a cabo toda a ação, explodindo parte da linha férrea fora de Mukden em setembro e, acusando tropas chinesas auxiliares, ocuparam Mukden; em cinco meses, com a ajuda de tropas japonesas na Coreia, que se juntaram sem a permissão do governo japonês, invadiram a Manchúria. O governo japonês estava atônito, em face do *fait compli*[85], particularmente porque o exército de Kwantung teve o apoio do Ministro da Guerra e do Estado Maior em Tóquio[86]. A invasão do nordeste chinês colocava um ponto final no problema proposto por Ishihara

---

[84] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 10.

[85] Os proponentes de uma via mais pacífica para os conflitos instaurados na Manchúria se viram frente a uma indignação pública e a um chauvinismo, atmosfera que fermentou a cultura militarista em apoio ao exército de Kwantung, ganhando, assim, o apoio da maior parte da população japonesa (cf. MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 275).

[86] Logo após a invasão, Wakatsuki, no cargo de Primeiro-Ministro, escreve para Harada Kumao, secretário do *genro* (ancião do Estado) Saionji: "Não estou sendo informado nem pelo Ministro das Relações Exteriores ou pelo Ministro do Exército [...] Apenas alertei-os através do secretário do chefe do gabinete Kawasaki [...] As forças chinesas na Manchúria e Mongólia em número são mais de 200 mil [*sic*] enquanto somamos somente 10 mil. Perguntei ao Ministro do Exército, 'O que faria se, por acaso, sua ousadia resultasse em algo que não foi previsto – algo que estivesse em tanta desvantagem que não pudesse ser interrompido?' O Ministro do Exército me respondeu, 'Enviaremos mais tropas da Coreia [...] No entanto, eles podem já ter se movido para lá'. Repliquei: 'Como pôde permitir o despacho de soldados da Coreia sem uma sanção imperial'. Percebi que ele não via problema algum [...] Sob estas circunstâncias estou bastante impotente ao restringir os militares. Como os militares da majestade poderiam agir sem sua sanção? O que posso fazer? Talvez eu não devesse falar disso, mas você pode fazer algo? [...] Estou em sérios problemas" (*Harada Nikki* (Diário de Harada), *dai nikan*, p. 64; Fujiwara, *Showa Tenno no jugonen senso*, p. 68. In: BIX, H. **Hiroito and the making of modern Japan**. Nova Iorque: Harper Collins Publishers, 2000, p. 236).

Kanji (de que seria urgente a tomada da Manchúria e Mongólia desde os anos de 1920) e se apresentava como solução final:

> Tanaka resumiu o teor geral em telegrama suficientemente inócuo para o chargé d'affaires em Beijing. O Japão, segundo ele, procurava a "manutenção da paz no Extremo Oriente e a realização da coprosperidade sino-japonesa[87]". Dentro deste objetivo geral, a China e a Manchúria-Mongólia deveriam ser consideradas separadamente. Primeiro, o Japão desejava dar contenção ao regime chinês que era moderado, amistoso e disposto a preservar a estabilidade. Em segundo, por causa da importância da estratégia japonesa e direitos econômicos, foi necessária uma ação direta no caso de desordem. Em resumo, o Japão apoiaria qualquer líder que estivesse disposto a aceitar esses posicionamentos especiais.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 186)

Chang Tso-lin era perfeito para a função[88]. Antes da marcha para o norte, Chiang Kai-shek havia se reunido com os representantes do governo japonês a fim de estabelecer um reconhecimento formal da Manchúria, caso houvesse um recuo de Chiang. O Primeiro-Ministro Tanaka, sem o auxílio de Chang Tso-lin, tentou deter a marcha. No entanto, era evidente que, já em 1927, as tropas japonesas e chinesas estavam prontas para o embate:

---

[87] Telegrama de 7 de julho de 1927, em NGNB, II, documentos 101-2. In: STEPHAN apud BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987.

[88] Em diário de Nara Takeji (chefe ajudante-de-campo durante a invasão da Manchúria): "Antes do vice-chefe do Staff Geral Ninomiya [Harushige] chegar do Palácio Imperial, eu disse a ele que Sua Majestade queria saber se uma expansão do incidente poderia se tornar inevitável se Chang Tso-lin pudesse organizar seu exército nos arredores de Chinchow. Se tal expansão se tornasse necessária, sua majestade provavelmente consentiria. [General Ninomyia] disse que poderia falar com o chefe do staff e em pouco tempo poderia se reportar ao trono" (*Nara Takeji jijubukancho nikki (sho)* (Diário de Nara), p. 345. In: BIX, H. **Hiroito and the making of modern Japan**. Nova Iorque: Harper Collins Publishers, 2000, p. 240).

> Quando Chiang moveu suas tropas para o norte na primavera seguinte, Tanaka mais uma vez mandou suas tropas a Shantung. O passo levou a combates com as forças de Chiang em Tsian e à ocupação japonesa da estrada de ferro de Kiaochow-Tsian. Enquanto isso, durante o inverno de 1927-1928 Yamamoto Jotaro de Mantetsu, agindo para Tanaka, conseguiu um acordo com Chang Tso-lin, dando ao Japão novos direitos sobre a estrada de ferro da Manchúria e uma promessa de cooperação econômica mais próxima. Yamamoto acreditava que os planos de concretizar poderiam ser "como se o Japão tivesse comprado toda Manchúria[89]". Mesmo que o acordo não estivesse assinado por vários meses por motivos de objeções do ministro das relações exteriores quanto à diplomacia privada. Foi eventualmente renegociado numa forma mais restrita pelo ministro em Beijing e assinado em maio de 1928.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 186)

Enquanto o avanço de Chiang a Beijing se desenvolvia, Tanaka anunciava intervenções para prevenção das hostilidades na Manchúria. Chang deixou a capital antes que o conflito a atingisse. A manobra foi planejada para que pudesse haver a retirada das tropas chinesas da Manchúria; caso contrário, não seria possível qualquer movimento posterior. Chang não poderia mais cruzar a fronteira de Mukden para o norte. Tanaka pretendia a titerização da Manchúria, onde a China teria ligações estreitas como forma de aproximação entre Japão e China.

Em 1928, a assinatura do acordo materializou o aforismo da invasão da Manchúria para mantê-la como protetorado. Duas prioridades estavam em jogo: a primeira delas era a prevenção contra movimentos de esquerda, que poderiam causar desordem; e a segunda, a autoridade de Kuomintang no norte da China deveria ser suprimida por haver atividades antijaponesas.

O assassinato de Chang Tso-lin foi o pretexto para a intervenção mais radical na Manchúria. Apesar da oportunidade a Tanaka para a tomada da Manchúria sob o controle japonês, não houve reação para o objetivo final. Nem mesmo Kwantung se movimentou para uma ordenação da instabilidade da Manchúria. Chang foi substituído por seu filho Hsueh-liang, que não era tão afável a negociações com japoneses como seu pai e declarou claramente tomar o lado de Kuomintang. O assassinato provocou reações de Hsueh, como boicotes ao comércio japonês:

---

[89] BAMBA apud BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987.

> O resultado foi uma mudança gradual na política: um acordo tarifário com Nanquim (fevereiro de 1929), retirada de Shantung (março), reconhecimento do Kuomintang como governo central da China (junho). Em julho de 1929, quando o gabinete de Tanaka foi dissolvido, ele deixou impressões de estar mais apreensivo a alcançar um ajuste com a Inglaterra e EUA na China do que possuir ambições separatistas na Manchúria. O Ministro das Relações Exteriores teve boas razões para ter satisfação com as mudanças. Suas advertências anteriores sobre as desvantagens econômicas das ações militares no continente foram consubstanciadas. A disciplina foi restaurada com respeito a políticas exteriores.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 188)

Durante o período de litígio na Manchúria, a queda das exportações caracterizou uma quebra na onda favorável chinesa. Uma das consequências políticas desse pauperismo brusco na economia japonesa foi a perda de popularidade (por parte do empresariado) de Shidehara, enquanto os movimentos nacionalistas de natureza ruralista ganhavam a simpatia:

> Houve muita pressão pública por todos os lados por uma diferente abordagem nas relações internacionais. Consequentemente, Shigemitsu Mamoru – cônsul-geral em Xangai – manteve a decisão de que a cooperação entre as potências havia quebrado a China, não deixando ao Japão escolhas além de "lidar com as questões asiáticas por sua responsabilidade e por si mesmo".
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 189)

Ou seja, a economia de guerra estava levando à formação de blocos econômicos. O Japão tinha de criar e liderar o seu como forma de sobrevivência no mundo do capital para se impor em face dos seus pares e garantir sua existência.

A conclusão de que o Japão estava chegando a uma saída para a depressão por meio da exploração de territórios onde exercia autoridade política não era novidade. O traço a ser ressaltado é de que a dependência da Manchúria acabou criando laços umbilicais. O largo uso da expressão "sobrevivência nacional" foi explorado ao seu limite, forjando uma ligação entre a expansão e a precaução contra algum desastre[90]. Um tipo de paranoia em nome da segurança nacional começa a ser exaltado para que pudesse haver a perseguição do inimigo vermelho. Como já citado, o uso sistemático

[90] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 190.

da comunicação de massa tomou o palco do cenário social japonês como principal ator para a implantação de um pensamento voltado ao extermínio de qualquer corpo estranho que se aproximasse da esquerda[91]. Mais tarde, em 1936, esse inimigo se expressaria em qualquer elemento que fosse contrário ao militarismo, à burguesia e ao Imperador.

Outra agravante às tensões instaladas no início dos anos 1930 foram os tratados navais de Londres, nos quais se limitavam os armamentos de guerra no Japão. Hamaguchi preservou o acordo em nome da cooperação entre as potências. Os militares desaprovaram, freneticamente, a iniciativa e reclamavam a questão como sendo de defesa nacional. O assunto deveria ser diretamente reportado ao imperador, sem a mediação da instituição do Primeiro-Ministro. O argumento pareceu não ter tido muita valia e parecia indispensável suplantar a política civil para o fim maior dos interesses nacionais.

O comportamento japonês de colonialismo no setor militar e certo internacionalismo no que diz respeito a sua diplomacia, para Beasley[92], eram fruto de uma vasta experiência institucional. Os intercâmbios de conhecimento para o Ocidente, desde a Era *Meiji*, renderiam o material necessário ao exercício político na arena mundial das potências. A China, para o Japão, era uma peça importante para esse jogo geopolítico. O reforço para o pensamento militarista-expansionista era fomentado por civis que possuíam os interesses na difusão: diretores da Companhia Férrea do Sul da Manchúria, bancos instalados nas colônias e, de forma geral, empresas que se beneficiavam da economia colonial. O militarismo teve solo fértil para sua intensificação.

O Alto Comando japonês percebeu a guerra com a URSS como inevitável e, portanto, foi favorável à anexação japonesa da Manchúria, mesmo o governo de Tóquio não sendo complacente com a sentença:

---

[91] DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004.
[92] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 190.

> Em resposta aos rumores [de que haveria planos militares para a tomada da Manchúria], a corte imperial e o conselheiro sobrevivente, Saionji Kimmochi, recomendaram precauções no governo. Isto levou a oficiais seniores do Alto Comando, em 14 de setembro, a decidir que seria mais sensato estabelecer um campo político de trabalho, em ambos no Japão e no exterior, antes de qualquer coisa.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 192)

Chang Hsueh-liang, continuando o trabalho de seu pai, consentiu com a propaganda nacionalista de Chiang Kai-shek no norte da China e apoiou iniciativas das empresas chinesas na construção de vias férreas que pudessem competir com as japonesas. A recessão provocou uma agressiva competição entre empresas chinesas e japonesas. Apesar de o Japão possuir o monopólio comercial e ser dominante no mercado chinês, o empresariado chinês esquivou-se dele, brevemente, no período da crise mundial, em parte porque seu lastro era ligado à prata e, por outro lado, porque as empresas japonesas não suportaram a demanda mundial pela soja, que registrou queda de 11% a 3,3%. Kijuro Shidehara pretendia sempre uma solução conciliadora, as intenções atenuantes com o Kuomintang. E, por outro lado, estavam os militares do exército de Kwantung, representados principalmente por Itagaki Seishiro e Ishihara Kanji, que apostavam no conflito como saída para o afastamento das potências ocidentais, já que as condições econômicas estavam fornecendo as melhores bases. Para isso seria preciso que se cercassem as fronteiras com a Coreia e se compusesse o domínio total dos recursos para alimentação e indústria nesse embate contra o Ocidente.

As tensões locais foram ainda reforçadas por conflitos colaterais. Exemplo disso foram motins em relação a direitos sobre a água nas fronteiras da Coreia e China, resultando na intervenção japonesa[93]. Outros impactos sociais de ordem mais direta foram os maus tratos dos coreanos na Manchúria: em retaliação, um grupo de chineses na Coreia é atacado, deixando 109 mortos. No mesmo ano, 1931, o exército chinês elimina japoneses que invadiam áreas restritas na Manchúria, o que culmina num sentimento antichinês no Japão, tencionando, assim, uma postura mais rígida das políticas de Shidehara quanto aos problemas sino-japoneses.

[93] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 272.

Com o plano de invasão da Manchúria completo, um problema ainda sondava o espectro das conspirações militares: a autoridade japonesa na Manchúria. Era imprescindível que ela não envolvesse planos com os distritos do norte, pois havia o risco da intervenção russa. O exército de Kwantung tinha conquistado sua autonomia na Manchúria a partir de 1931. Na competição pelo espaço geopolítico em que se encontrava, a Manchúria estava dividida entre potências ocidentais, Japão e China. As pretensões do governo japonês eram apenas pelo restabelecimento da ordem, respeitando a integridade da China e seus tratados com as potências.

Em fins de 1931, Inukai Tsuyohi assume o cargo de Primeiro-Ministro e nomeia Araki Sadao como Ministro da Guerra, sucedendo Shidehara. Inukai, no ano seguinte, declara a independência da Manchúria, fundando o Estado fantoche de Manchukuo, e é nomeado chefe de Estado; depois, tem-se o imperador, Puyi[94], o último da dinastia Qyng. A fundação laureou a crescente influência japonesa na Ásia sob os auspícios do militarismo, ao mesmo tempo que viu a ascensão policial ditar a política externa japonesa:

> Entre os oficiais a insatisfação era crescente e, como nos anos finais da década de 1920 a aversão pelo parlamentarismo se instalara também entre as camadas mais jovens da burocracia civil, o ambiente propiciava a maquinação de intentonas e desenvolviam-se as condições favoráveis à implantação de um regime de extrema-direita.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 130)

O funcionamento de Manchukuo pôde ser garantido por esse complexo formado por Ishihara e Itagaki. Era evidente que, após a fundação, a administração japonesa tomaria frente e a economia seria complementar e subserviente à japonesa. No entanto, os militares de Kwantung desejavam a "independência" dos chineses. A nomeação do imperador Puyi foi o caminho para burlar a extensão dos tratados e reforçar o sistema de conselho japonês. Seus representantes seriam responsáveis pela administração; a defesa e a política externa, juntamente aos transportes e

[94] Hsuan-tong (Puyi, 1906-1967) foi complacente com as políticas japonesas de colonização velada. Colaborou e organizou o Conselho Administrativo do Nordeste, que declarou a independência e estabeleceu um novo estado (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 275).

comunicações, seriam controlados pelos japoneses[95]; em resumo, sob a administração chinesa e sob o controle japonês de Kwantung. O Exército estava quase se caracterizando como corpo autônomo ao governo de Tóquio:

> O corpo central do governo de Manchukuo foi um conselho executivo, chefiado por um Primeiro Ministro que seria chinês. Abaixo dele estaria a Mesa de Negócios Gerais, responsável pelas finanças, planejamento e reuniões. Seus diretores gerais e seus chefes das seis secretarias seriam todos japoneses. Assim como os cargos de vice-ministro dos departamentos de ordem pública, economia, assuntos domésticos e relações exteriores. Os japoneses também mantinham posições-chave nas províncias e em algumas prefeituras mais importantes. Tal qual as mudanças apropriadas foram autorizadas, estes homens receberam apoio de um sistema de código de leis e cortes baseados nos japoneses, além de força policial [...]
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 195)

Até mesmo o exército de Manchukuo, antes liderado por Chang Hsueh-liang, agora estava formatado, desde seus materiais até os oficiais, para os japoneses e foram reduzidos a forças de paz.

As repercussões internacionais aumentaram ainda mais a ressonância nacionalista. A China apelou para a Liga das Nações no episódio de 1931. Relatórios encomendados pela Liga condenavam o Japão como agressor; entretanto, em 1932, o Japão já havia estabelecido o Estado de Manchukuo antes de qualquer aviso prévio. Em resposta, a Liga nega o reconhecimento da Manchúria como nação independente e o Japão se retira em protesto, no ano seguinte[96].

A invasão da Manchúria descarrilou uma série de eventos, que levaram ao triunfo do militarismo no Japão, e também demonstrou a ineficácia da Liga das Nações e seu desempenho falido desde seu substrato[97]. Ao mesmo tempo, mina o

---

[95] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 194.

[96] A Liga das Nações, a partir da doutrina de não-reconhecimento, aumenta, progressivamente, as hostilidades contra o Japão, desde a invasão de Xangai, que culmina neste limite da retirada japonesa da Liga. Hane Mikiso afirma que o posicionamento da Liga no episódio dos relatórios emitidos pela Comissão Lytton demonstrou a "impotência fundamental na organização" da agência, fato que depois seria vitrine para as futuras agressões dos pares ocidentais (Alemanha e Itália) (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 275).

[97] TOWNSON, Duncan. **The New Dictionary of Modern History**: 1789-1945. Londres: Penguin

internacionalismo a que a política externa japonesa estava atada. O episódio da Manchúria em 1931/1932 finaliza a primeira etapa do processo de militarização japonesa que se expandia pelo Oriente. Pelo Tratado de Portsmouth, que finalizou a Guerra Russo-japonesa (1904-5), o Japão ganhou o arrendamento de Porto Arthur (Lushun) e parte da estrada férrea do sul da Manchúria, fonte capital de minérios (carvão e minério de ferro) necessários para o desenvolvimento da indústria japonesa. Com a Depressão de 1929 e a catastrófica queda das exportações japonesas, a Manchúria se tornou ainda mais importante para o Japão e a migração japonesa foi incentivada para que a ocupação japonesa fosse rematada, liberando o modelo imperialista de dominação na fórmula do exército de Kwantung: iniciativa de comandantes do baixo escalão, endossada pelo alto comando e aceita pelo gabinete. Manchukuo deu a fórmula de como os territórios dominados deveriam funcionar.

Apesar de ser, aparentemente, uma ofensiva que mudaria os rumos do capitalismo de Estado:

> O que essa facção de extrema-direita pretendia era inverter o sentido predominante em que funcionavam os canais existentes. No Japão, como nos outros países, os fascistas desejavam uma sublevação no interior da ordem, que lhes conferisse a oportunidade de ocuparem lugares nas instituições vigentes. Em vez de os patrões dos maiores grupos empresariais enviarem para os ministérios pessoas da sua confiança, seriam as forças armadas, cujo sistema de promoções as imunizava em boa medida da interferência direta do capital privado, a colocar os seus agentes à frente do governo e da economia. Aliás, mesmo no sistema parlamentar as forças armadas exerciam na prática um veto sobre muitos aspectos da orientação política, porque em 1900, onze anos depois de conceder a constituição, o imperador estabelecera a regra de que os ministros da Guerra e da Marinha deviam ser generais e almirantes em serviço ativo, designados pelos seus colegas de armas. Na prática, tanto o exército como a marinha de guerra tinham o privilégio do acesso direto ao imperador e podiam violar as decisões do primeiro-ministro.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 130)

O governo de Hamaguchi, anterior ao de Wakatsuki, que ficou poucos meses no cargo e foi seguido por Inukai, não foi capaz de conter a ofensiva militar de suas próprias tropas e foi a partir da autoridade armada implantada que o Japão passou a ser liderado de 1932 ao fim da Segunda Guerra Mundial. Wakatsuki, no momento do

---

Books, 1994, pp. 511-512.

episódio da explosão em Mukden, teve uma reação branda, desaprovando as ações militares[98]. Os militares envolvidos, por sua vez, não legitimaram sua decisão sob o argumento da autonomia do supremo comando, devendo justificativas apenas junto à instituição imperial. Uma segunda argumentação complementar utilizada foi o princípio de que as áreas entendidas como campos militares eram espaços de responsabilidade do planejamento operacional militar. Portanto, a reação de avanço sobre o território recém-ocupado era mais do que certa.

No quadro doméstico, as tensões políticas se estendiam às impotentes ações do Primeiro-Ministro. Wakatsuki não pôde conter a onda militarista. À cada marcha rumo a um estado de exceção, mais apoio das massas recebiam os militares. A reação da esfera pública foi descrita por Mikiso:

> No Japão, o exército recebeu apoio público entusiasmado por suas ações contundentes, e [por outro lado] um criticismo aos esforços de Shidehara em alcançar um acordo pacífico. Sentimentos militaristas catalisados pelo país por milhões de membros do *Zaigo Gunjinkai* (Associação dos Militares Reservistas). As críticas a Shidehara se estendiam até mesmo por membros do Seiyukai; e mesmo membros de seu próprio gabinete compartilhavam delas, a exemplo do ministro dos assuntos domésticos Adachi, que iniciou uma série de boicotes de reuniões em protesto às políticas governamentais que defendiam medidas pacificadoras. Shidehara se viu num dilema impossível pois os exércitos japoneses não tinham absoluta intenção de retirada em 16 de novembro, e o governo chinês se recusava a participar de negociações antes de tal retirada. Shidehara agora não tinha nenhum apoio e mesmo Saionji, que o havia apoiado até então, concluiu que ele deveria reconsiderar seus posicionamentos "do ponto de vista da diplomacia ativa quando a opinião nacional como um todo criticava os erros". Shidehara finalmente desistiu do embate e em 12 de dezembro o gabinete de Wakatsuki caiu.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 273)

Não havia consenso no processo de modernização. Se, por um lado, os liberais estavam à frente, procurando o modelo conciliatório ocidental, os conservadores, por outro, traçavam estratégias para, no momento seguinte, trazer de volta os valores tradicionais, os quais se contrapunham à corrupção que a vida urbana e os partidos políticos haviam implantado na sociedade.

Inukai Tsuyoshi, sucessor do breve gabinete de Wakatsuki, tinha, como braço direito, o general Araki como seu Ministro da Guerra. Na prática, cumulou o cargo de

[98] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 272.

Ministro das Relações Exteriores com o de Primeiro-Ministro. Nomeou como secretário do governo Mori Kaku, que seria responsável por instaurar a ditadura baseada na aliança entre o partido liberal e os militares. A política de Inukai foi totalmente combinada às ações militares[99]. No entanto, havia o desejo imperial de que os militares tivessem menos peso político nos assuntos políticos domésticos e nas relações exteriores. O plano do novo Primeiro-Ministro era persuadir a retirada do Exército de Kwantung do sul da Manchúria para que houvesse a negociação com o governo chinês, ação nunca contemplada. É provável que houvesse certo temor à desobediência ao trono e que isso abalasse a coluna vertebral do movimento militarista que se amparava nos mitos sagrados acoplados a Hiroito. Ademais, não seria interessante que essa situação fosse levada com afinco por ambos os lados, tendo em conta que a própria instituição imperial seria posta à prova. Para Mikiso, foi esse temor que levou a timidez dos líderes civis a utilizar a autoridade imperial para conter as ações dos militares em 1930[100]. Inukai foi cúmplice do exército de Kwantung: "Manchukuo era chamado 'um paraíso onde a lei do rei prevalece', no entanto não foi mais do que um estado-marionete controlado pelo exército de Kwantung, oficiais japoneses e a Companhia do Sul da Manchúria". (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 275).

A expansão do militarismo em 1930 criou uma redução dos recursos militares, um êxodo generalizado da população e um rebaixamento do padrão de vida do povo. Desde o fim do século XIX, o Japão aumentou seus impostos por meio de exportação de commodities primárias e importação de produtos manufaturados. Na viragem do século, o quadro se transforma e ele passa a fazer parte de uma rede de importação de recursos naturais. Yasukichi Yasuba defende, em seu artigo sobre a falta dos recursos naturais no Japão, que o êxodo populacional, em certa medida, foi compelido por políticas de colonização dos anos de 1930 no continente[101]. Conforme o expansionismo avançava, o Japão penetrava com todos os tipos de profissionais, principalmente de cargos burocráticos e civis, para concretizar o empreendimento da incursão. Para o estudioso, as provas são insuficientes para sustentar que o crescimento da população e a corrida por recursos naturais foram justamente gerados

[99] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 274.
[100] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 274.
[101] YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), pp. 543-560.

pela demanda da indústria bélica. O avesso disso pode ser encontrado nos números de emigrantes mais assinalados entre 1935 e 1940, quando 310 mil pessoas emigraram para o continente a fim de colonizar os territórios[102].

O crescimento vegetativo foi representado por aumento de 1% no ano de 1900 e atingiu 1,7% em 1925. Ainda assim, não haveria justificativa cabal para que o expansionismo ou militarismo progredisse.

São notórias, no surgimento do movimento fascista japonês, inúmeras tentativas de golpes de Estado, associadas diretamente com a crise mundial e com a situação econômica nacional. Uma delas, que foi seguida da invasão da Manchúria, processou-se em outubro de 1931. O Incidente de Outubro do mesmo ano foi resultado de uma aliança entre duas facções fascistas (Via Imperial e Controle) e fracassou, pois seus participantes foram denunciados anonimamente, e o próprio imperador ordenou a prisão e o aniquilamento deles.

A política japonesa era de caráter emergencial, como ocorria em todo o globo, uma política voltada a um modelo que superasse aquele estado de calamidade econômica, mesmo que, para tanto, fosse necessário um estágio autoritário que mantivesse a velha ordem social. A ideia liberal era a de que não era necessário governar, e sim controlar o poder. O quadro de prioridades começa a mudar com o novo contexto: se antes era necessário manter relações amistosas com o Ocidente, agora se tornava prioritário que o Japão fosse centro do Oriente. O nacionalismo surge antes como uma reação às políticas que submetiam o país ao mercado ocidental do que como política nacional[103]. Pela esquerda, o nacionalismo era lido como forma de afastar o grande capital internacional da China[104].

Em Matsuzawa[105], encontra-se uma caracterização do movimento fascista como sendo um crente que ignora o sistema presente, suas estruturas e procedimentos, desconsidera as representações, líderes políticos e julgamentos e tenta realizar seu idealismo acreditando em suas metas subjetivas tão fortemente que não aceita a existência de outras visões.

---

[102] YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), p. 555.
[103] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 177.
[104] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 179.
[105] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 7.

Na análise de Hobsbawm, o mundo vivia um momento em que era essencial que os governos governassem:

> O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o "Estado-guarda-noturno" das piadas políticas tornou-se tão obsoleto quanto o "guarda-noturno" que inspirou a metáfora [...] As democracias da década de 1920 desmoronaram sob a tensão da revolução e contrarrevolução (Hungria, Itália, Portugal) ou do conflito nacional (Polônia, Iugoslávia); as da década de 1930, sob as tensões da Depressão [...] Nessas circunstâncias, a democracia tornava-se mais um mecanismo para formalizar divisões entre grupos inconciliáveis que qualquer outra coisa. Muitas vezes, mesmo nas melhores circunstâncias, não produzia nenhuma base estável para um governo democrático, sobretudo quando a teoria de representação se aplicava em rigorosas versões de representação proporcional [...] Mesmo em democracias estáveis, as divisões políticas que o sistema implica são vistas por muitos cidadãos mais como custos do que como benefícios do sistema. A própria retórica da política anuncia candidatos e partidos mais como representativos do nacional do que do estreito interesse partidário. Em tempos de crise, os custos do sistema pareciam insustentáveis, e seus benefícios incertos.
> (HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 142-143)

Matsuzawa afirma que os principais beneficiários da lógica capitalista foram partidos políticos e burocratas que se formaram nos anos *Meiji* e que vinham se dissimulando pelas décadas[106]. De fato, ele afirma que a elaboração da constituição não foi consensual; contudo, a última palavra era ditada pelo imperador e, portanto, Ito Hirobumi, Inoue Kaoru e outros se acomodavam à retórica e tentavam se aproximar da instância imperial a fim de manter o *status quo*. Uma combinação entre uma economia capitalista, um sistema de opressão e guerra interna e externa permeou a ascensão dos movimentos fascistas no Japão *Showa* no início dos anos de 1930.

[106] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 4.

3. FASCISMO COMO MILITARISMO E NACIONALISMO

> Nosso país é estabelecido por um imperador, o qual é descendente direto de Amaterasu Ohmikami, seu centro e nossa antecessora; nós constantemente estivemos ligados ao imperador por um fio condutor à vida de Amaterasu e a suas atividades. Por essa razão, para servir ao imperador e para receber as grandes dádivas do imperador como seu súdito há de se fazer o racional de nossa *vida* histórica viva no presente; e, a partir disso, será baseada a moralidade do povo.
> (Discurso do Ministro da Educação em 1937, de *Kokutai no Hongi*. In: MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 280)

Os anos de 1931 a 1936 se destacaram, após o assassinato do Primeiro-Ministro do Partido Liberal, Inukai Tsuyoshi[107], por algumas séries de atentados golpistas. A morte de Inukai foi seguida de vários outros homicídios justiceiros pela nação (membros do gabinete de governo, alvos civis, figuras políticas e ideólogos subversivos). O golpe foi uma tentativa deficiente. Demonstrou que os jovens radicais nacionalistas não tinham o apoio generalizado dos outros movimentos de contestação da ordem. Nem mesmo a própria classe militar se movimentou incisivamente após o episódio. Ao contrário, os outros militares se resignaram perante o imperador e procuraram solucionar a situação, prendendo e eliminando os responsáveis pelo caos.

O processo foi sendo comprimido a reformas fascistas de Estado[108]. O Partido Liberal, que havia ganhado as eleições de 1931 após perder seu Primeiro-Ministro eleito, decide nomear o presidente do partido, Suzuki Kisaburo. Suzuki, devido a sua reputação de extremista, não era popular entre os anciãos do Estado,

---

[107] Assassinatos ocorridos no período: Primeiro-Ministro Hamaguchi em 1931; Dan Takuma, Inoue Junnosuke e o Primeiro-Ministro Inukai em 1932; General Nagata em 1935; e em 26 de fevereiro de 1936 o Lorde Saito, o Ministro das Finanças Takahashi e o General Watanabe. Houve outras tentativas, que não se completaram, como com o Primeiro-Ministro Okada (SHILLONY, Ben-Ami. Myth and reality in Japan of the 1930. In: BEASLEY, W. G. **Modern Japan**: aspects of history, literature and society. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1975, pp. 82-83).

[108] É necessário ressaltar que um dos líderes desse processo foi Ishiwara Kanji, que se envolvia desde a década de 1920 nos movimentos pela militarização do governo e pela invasão da Manchúria e Mongólia. Ele foi o principal arquiteto do projeto político que culminou na fundação do Estado de Manchukuo em 1932. Na atmosfera doméstica, após o atentado de Inukai, os partidos políticos foram fechados e, no governo, 11 eram os integrantes do gabinete, entre os quais 4 eram almirantes, 4 generais e 3 civis. Segundo Hane Mikiso (2001, p. 276), os almirantes tendiam a ser moderados; os generais, inclinados ao chauvinismo; e os civis, conservadores que apoiavam os militares.

responsáveis pela aprovação do cargo de Primeiro-Ministro. O Partido Conservador (*Minseito*) indica a Saionji Kinmochi (o mais importante dos anciãos[109]) o nome de um general aposentado, que participou da formação do gabinete da unidade nacional: Saito Makoto. O militar contemplava os anseios de ambos partidos e parecia ser a decisão mais coerente para as condições de crise econômica, gestão da Manchúria, Xangai e o contexto de assassinatos de vários políticos da vida nacional. Saito foi orientado a formar um governo de "unidade nacional":

> O gabinete de Saito incluía representantes dos dois maiores partidos [antes do fechamento geral] tal qual da burocracia, do empresariado e das forças armadas. Takashi Korekiyo novamente se tornou ministro das finanças e apoiou os militares, os quais estavam representados por Araki.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 276)

Saito foi conhecido por fazer uma política em *slow-motion*; ele restaurou um cenário conservador no Japão, produzindo um espaço ideal na política para os militares se lançarem, segundo Mikiso[110], de forma enraizada e mais segura. Os nacionalistas de todas as categorias esperavam que pudessem chegar ao poder enquanto a onda dos imperialismos estivesse a seu favor. Para fragmentar ainda mais os partidos – seu significado, função e natureza para um sistema democrático –, Saito estabelece uma Conferência de Cinco Ministérios[111], que acabou por deflagrar outros Ministérios. Fica claro o peso maior dado aos militares na política interna e externa.

O país do sol nascente, com o sucesso do empreendimento colonial no continente, criou o ambiente propício à ascensão e ao estabelecimento do ultranacionalismo e do militarismo. Com uma campanha contra os "pensamentos perigosos[112]", os nacionalistas puderam empregá-la para seu ganho massivo, num momento em que todas as condições lhe eram favoráveis. A caça aos comunistas inicialmente se dirigia aos militantes de esquerda, perseguição que carregava uma

---

[109] O imperador adverte a Saionji que a escolha fosse ponderada pela negação aos nacionalistas radicais, que poderiam suspender a constituição caso chegassem ao poder.
[110] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 276.
[111] Um gabinete interno que continha o Primeiro-Ministro e os Ministérios da Guerra, Marinha, Finanças e Relações Exteriores.
[112] Campanha não institucionalizada pelo governo, mas de movimentação real desde a gestão de Tanaka.

pesada carga de japonismo[113] e lealdade ao Imperador. No entanto, a campanha alarga-se para setores que ameaçam a força dos militares e nacionalistas: socialistas, liberais, pacifistas e qualquer braço internacionalista[114]. Além da extensão aos intelectuais:

> A primeira vítima desse empenho renovado para purgar o mundo intelectual dos "pensamentos perigosos" foi Takigawa Yukitoki, um professor de direito da Universidade de Quioto. Antes disso, professores foram expulsos das universidades e as razões pelas quais eles foram dispensados foram ligadas às suas filiações ao comunismo. No caso de Takigawa, sua expulsão foi encaminhada em 1933 pelo Ministro da Educação, Hatoyama Ichiro, porque os livros de direito que escreveu eram críticos às práticas legais e sociais. Essa campanha de depuração dos "professores vermelhos" teve o apoio de membros da direita das duas casas da Dieta. Apesar dos protestos do presidente, do colegiado e dos estudantes da Universidade de Quioto, Takigawa foi dispensado e alertado sobre a publicação de seus trabalhos até mesmo depois da guerra.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 277)

O discurso do "pensamento perigoso" foi lançado concomitante à propaganda dos "jovens patriotas" que participaram do assassinato de Inukai. A promoção do slogan militarista conquistava cada vez mais contingente. Segundo

---

[113] Leitura sobre as influências do japonismo nas artes foram feitas por KUNYOSHI, C. **Imagens do Japão**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

[114] A perseguição aos intelectuais foi iniciada com o episódio de Takigawa Yukitoki, continuando, entretanto, mesmo depois da saída de Saito. Nas gestões seguintes, o controle sobre os acadêmicos torna-se ainda mais acirrado e acabam-se eliminando todos os críticos às ações dos ultranacionalistas e militares, além de contar com oportunistas políticos, que cevavam o movimento de eliminação, expiação e violência. Outro exemplo foi o caso de Minobe Tatsukichi: "Uma autoridade proeminente em direito constitucional, Minobe Tatsukichi (1873-1948) se tornou foco primário da crítica [dos fascistas]. Ele apoiou a teoria de Estado corporativo com um caráter jurista e sua teoria corolária de que o imperador, porque era – na verdade – um órgão do Estado, estava contido no Estado ao invés de acima ou de forma idêntica a ele como era aceito entre intelectuais que acreditavam numa noção mística de política nacional. Inicialmente, argumentos que consideravam a teoria de Minobe eram compartilhados largamente por intelectuais no mundo e sua interpretação era geralmente aceita por estudantes de direito e administração pública. Em meados de 1930, entretanto, com o fortalecimento das forças autoritárias e ultranacionalistas, a teoria que Minobe apresentou 27 anos antes se tornou uma questão política de grande importância por pessoas que rejeitavam interpretações racionais e liberais da constituição. Os militares radicais rejeitavam a teoria de Minobe pois eles eram favoráveis a uma interpretação absolutista, que lhes permitiria exercer o poder em nome do imperador, ao qual eles reclamavam uma representação diretamente sob a provisão do 'comando supremo independente'. Minobe havia irritado o exército em várias ocasiões, por consistentemente casar uma interpretação afinada com esse conceito e criticar o exército por advogar planos de uma guerra total. O exército, por conseguinte, foi mais do que depressa compartilhar com aqueles que desacreditavam Minobe". A caça às bruxas começou a se estender por essas vias, e Minobe foi o primeiro caso de um intelectual liberal a ser perseguido (TATSUKICHI apud MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 279).

Mikiso[115], mais de 1 milhão de assinaturas foram recolhidas pela absolvição dos responsáveis pelo assassinato.

O papel da imprensa para a construção desse consenso, que apontava para um modelo de Estado autoritário, mostrando-se como única saída para o período de 1932 a 1936, foi o elo resiliente do regime fascista, em que os espaços concedidos à liberdade de expressão eram cada vez mais restritos. Segundo Del Bene[116], com a progressiva retórica do nacionalismo, a censura à informação internacional forçou a imprensa geral a uma restrição às notícias locais.

Em 1933, Saito e sua cúpula sofreram novamente ataques, que foram logo encobertos; desta vez a organização se autoproclamava "Relação dos Soldados Divinos" (*Shimpeitai Jiken*), sob a liderança de Inoue Nissho, fato que expôs a frágil navalha em que o Primeiro-Ministro estava caminhando ao lado dos militares, principalmente por causa do controle sob o qual o Ministério das Finanças mantinha a economia.

Outro motivo adverso aos militares era o Ministério das Relações Exteriores, sob Hirota Koki, que mantinha uma política de ajuste entre Japão e China. As relações exteriores, nesse período e na maior parte dos anos de 1930, resumiam-se a solucionar tensões fronteiriças com a Rússia soviética, não somente questões ideológicas como as da ordem da propriedade. Exemplo disso era a negociação de venda da Ferrovia do Leste Chinês para o Japão, que foi concluída em 1935.

Outra tentativa de golpe de Estado deu-se entre fevereiro e maio de 1932, quando os acontecimentos internos (de jovens marinheiros e o fechamento de alguns partidos políticos), somados à ação militar continental, promoveram uma aproximação clara ao fascismo e declararam a eliminação de indivíduos contra o regime militar, que se estabelecia[117]. O movimento, que foi orientado por ideais do *kodo* e reforçado pelo *fukoku kiohei*, deitava suas raízes no confucionismo.

---

[115] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 277.
[116] DEL BENE, M. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**, n.4, 2004, p. 10.
[117] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 10.

Essa direita nacionalista ganhava corpo e peso no panorama doméstico. A progressão dos atentados apresentava indicações da intolerância ao Primeiro-Ministro Saito e ao crescimento dos movimentos. O gabinete é desmantelado em 1934 sob acusações de envolvimento de oficiais do governo junto a grandes empresas de *rayon*[118].

A exaltação ao Imperador promovia o vínculo para a união de todos os matizes do fascismo por meio de uma propaganda a favor de uma segunda restauração voltada à família *Dai Nippon* e a seu povo. Os movimentos fascistas se tornaram palpáveis após essa preparação prévia de construção de um Estado corporativo capaz de suprir as necessidades econômicas trazidas pela crise mundial de 1929.

O sucessor de Saito, Okada Keisuke, que também passou pelo crivo de Saionji, teve sua seleção por meio de uma conferência de anciãos do Estado, juntamente com todos os ex-Primeiros-Ministros e a antiga nobreza, que praticamente estava localizada na Casa dos Lordes (ou Câmara Alta). O Primeiro-Ministro Saito indica, durante a reunião, outro almirante moderado, Okada, e a escolha é acolhida.

O gabinete de Okada foi, como esperado, uma continuação do anterior, porém sem a cooperação do partido liberal. O partido, que não estava mais nos salões do poder, estava agora demagogicamente contribuindo à direita radical e aos ultranacionalistas, que escalonavam, por meio dos militares, o domínio total da sociedade[119]. O Primeiro-Ministro, que traria algum concerto às relações sino-japonesas, recuou nas relações internacionais ao aceder à expansão naval, rompendo com os tratados navais de Washington e Londres. A decisão foi resultado da recusa dos EUA e da Inglaterra em atender às demandas de paridade no armistício.

Nagata Tetsuzan foi um influente teórico no mandato de Okada. Nagata já previa e apontava para a guerra total: "Para este fim, Nagata dizia que havia a necessidade de um programa autônomo de defesa nacional no qual todas as fases do sistema, particularmente o militar e a economia planejada, estivessem coordenadas"

---

[118] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 278.
[119] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 278.

(MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 278[120]).

Okada estabeleceu uma Secretaria de Pesquisa do Gabinete, que ficaria encarregada de confeccionar propostas legislativas e relatórios com problemas econômicos relevantes com o escopo de atender às demandas de uma guerra total. Subsequentemente, essa secretaria seria a responsável por formular as leis de restrição das liberdades e direitos civis.

Os intelectuais sempre foram alvos prediletos da censura. Durante o mandato de Okada, um caso a ser destacado é o da teoria de Minobe Tatsukichi. Sua teoria foi condenada por intelectuais ultranacionalistas e políticos contrários a uma visão de Estado corporativista e preconizava o imperador como um órgão do Estado e não uma instância com áurea sagrada ou de igual importância executiva, como o Primeiro-Ministro.

Em 1935, a teoria organicista de Minobe foi condenada por "traição, rebeldia e banditismo acadêmico" e acusada de contrariar as diretrizes da nação. Os responsáveis por acossar e exterminar os partidários da teoria foram: um membro reacionário da Kokuhonsha, Kikuchi Takeo e vários nacionalistas da direita, liderados por Toyama Mitsuru. Mais tarde, a ação tornou-se ainda mais eficaz, contando com membros da Associação dos Reservistas Militares.

A oportunidade de impugnação a Okada estava se insinuando ao partido liberal. A "caça às bruxas" estava anunciada e contava ainda com o contingente oportunista. A perseguição teve como ponto alto a acusação de que Minobe estava lesando a imagem do imperador, o que levou à tentativa de assassinato, em 1936, do professor da Universidade de Tóquio e deputado da câmara alta.

Mais do que atentados violentos e perseguição terrorista, essas evidências demonstram a eficácia da irracionalidade e a noção deturpada de uma diretriz nacional, com bases no misticismo, que penetrou até nos meandros do mundo acadêmico. Os esforços dos nacionalistas e do Exército, nessa fase, praticamente

[120] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 278.

erradicaram vestígios de teorias contrárias ao autoritarismo, que se instalara após a vitória dos militares em 1932[121].

Outro acusado de sobrepor interesses corporativos acima dos nacionalistas foi o diretor-geral da Mitsui, que, em 1932, foi assassinado por ultranacionalistas, os quais presumiam a proteção dos interesses econômicos do país:

> A ousadia dos planos terroristas da extrema-direita militar aumentou e era cada dia mais frágil a segurança dos governos civis, sem que os conspiradores ou mesmo os assassinos fossem punidos a não ser com penas ligeiras. E a convicção pública de que a ala radical do fascismo iria encetar reformas econômicas e sociais foi decerto reforçada [...] quando os próprios partidos socialistas, onde se reunia o proletariado esclarecido, geraram facções internas que evoluíram em direção ao fascismo e passaram a apoiar as posições nacionalistas da ala militar mais extrema.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 131)

As forças armadas faziam o possível para manter uma integração, embora estivessem divididas em duas facções: a Via Imperial (*Kodo-ha*) e o Controle (*Tosei-ha*). Em sua genealogia, ambas nasceram de um mesmo ramo, que exaltava um "retorno às origens", no qual a principal reivindicação era um ideal bucólico de vida. Elas nasceram, sobretudo, sob o temor da dissolução do Estado imperial japonês dos anos de 1920, no que tange ao expansionismo continental. A militarização era inegável fator de primeira ordem. O desenvolvimento de facções não era surpresa[122].

Ugaki Kazushige, Ministro da Guerra em 1924-1927 e em 1929-1930, construiu uma base de oficiais que queriam, acima de tudo, dar poder ao Exército japonês por meio da modernização. Seu sucessor, Minami Jiro, que foi Ministro da Guerra em 1931, continuou o projeto e foi o responsável pela invasão à Manchúria. A velha guarda insatisfeita com o posicionamento de Minami – de reformas militares mais flexíveis e planejadas quanto ao preparo militar (e, portanto, mais lentas) e menos radicais para o avanço no continente – deu origem ao grupo de oposição, a Via Imperial, liderado por Araki Sadao, que assumiu o posto de Ministro da Guerra ao fim

---

[121] Vitória atrelada à invasão da Manchúria e à fundação do Estado de Manchukuo.
[122] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 181.

de 1931. Os seguidores de Minami, entre os quais os mais proeminentes foram Nagata Tetsuzan (assassinado em 1935) e Tojo Hideki (Primeiro-Ministro de 1941 a 1944), tornaram-se parte do que se chamou de "a Facção Controle".

3.1 Formações de *Kodo-ha* e *Tosei-ha*

A Via Imperial tinha como premissa uma nova restauração que continuasse os projetos centralizadores iniciados no *Meiji*, reforçando a instituição imperial em contraposição ao parlamentarismo e ao partidarismo. Além disso, seus membros deram margem de movimentação ao Controle, pois não eram oposição absoluta[123]. Seus princípios giravam em torno, como já dito acima, de uma política mais centralizada na instituição imperial, num anticomunismo, numa cooperação entre os países asiáticos (em que o Japão fosse hegemônico) e queriam a guerra contra os russos por territórios e influência.

A facção Controle continha elementos mais de oposição a Via Imperial. Seu foco principal era um Japão bem preparado para o conflito moderno. Consequentemente, seriam necessárias algumas reformas militares, bem como o controle sobre o capital/trabalho e sobre a alocação das matérias-primas, além da prestação de contas das indústrias, de uma população disciplinada e da expansão territorial. Para João Bernardo, era uma "rede de grupos de pressão" e constituía-se, em sua maioria, de oficiais de estatuto superior:

[123] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 131.

> Os membros da facção Controle estavam de acordo com os radicais quanto ao caráter expansionista que se devia imprimir à política externa, mas achavam que a necessária instauração de uma economia de guerra ficaria prejudicada se o funcionamento do sistema existente fosse perturbado por grandes mudanças, e defendiam a continuidade da aliança social em que se fundava a série de medidas que dessem ao Estado a possibilidade de orientar de perto a atividade econômica e de intervir na vida das empresas industriais e financeiras, com a condição de ser mantida a cooperação com os grandes empresários e com os ditadores do aparelho burocrático. O objetivo dos militares da Controle não era transformar a estrutura econômica existente, mas controlá-la.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 131)

Em última análise, a facção Controle deu nova cara ao imperialismo japonês[124].

A institucionalização e a integração do novo sistema/Estado, para estes últimos, eram uma missão histórica moralizante e de justiça. Matsuzawa cita três aspectos dessa corrente como seus valores superiores[125]: a dialética das oposições (i.e Takabatake Motoyuki[126]), a realização da ordem compreensiva (i.e Kanokogi Kazunobu) e a missão de salvar a raça humana. Segundo tal autor, se, por um lado, se estabelecia um corpo político forte, apoiado por aprovação espontânea da população, com o plano de eliminar qualquer barreira entre imperador e povo (fosse ela intermediária, fosse ela a própria nobreza), por outro, a regulação econômica para o bem-estar social era prioridade. Propunha-se um sistema econômico combinando o governo com a classe dos proprietários, e seria consolidada uma economia de mercado ligada a uma economia planejada. Há de se ressaltar que a Via Imperial tinha como prioridade o expansionismo radicalizado. Para tanto, Matsuzawa descreve os pensadores:

---

[124] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 181.
[125] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 9.
[126] HOSTON, Germaine A. Marxism and National Socialism. Taishō Japan: The Thought of Takabatake Motoyuki. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 44, No. 1 (Nov., 1984), pp. 43-64.

> Okawa Shumei elaborou um manifesto ligando a "revolução na Europa" e o "renascimento da Ásia", que viu o destino de um novo Japão como um "começo de um novo mundo", juntando o Oriente e o Ocidente. Kita Ikki apelou para a transformação revolucionária na China e Japão e o custo da guerra para o bem da raça humana. Ishiwara Kanji chamou para a construção de um mundo pacífico no qual a guerra teria finalmente desaparecido, no entanto podendo resultar numa guerra entre uma Liga do Extremo Oriente – uma cultura amarela do Oriente centrada no Japão – e um Bloco Ocidental centrado nos EUA, contra a cultura branca.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 9)

Exemplos de pensadores do período foram Kita Ikki e Gondo Seikyo. Kita Ikki foi o principal pensador do nacional-socialismo japonês, reivindicava uma alta centralização do poder na forma de um Estado socialista por meio de uma ditadura da sociedade, sob todos os aspectos. O movimento almejava uma meta holística para a sociedade, sendo ela submetida apenas ao Imperador e livre de classes sociais:

> As ideias de Kita ganharam popularidade entre os oficiais do exército descontentes, convencidos da necessidade da preparação para a "guerra total", tal qual entre os ativistas civis reformadores que rejeitavam as ideias de esquerda. Muitos acordos de direita abarcavam ambos grupos em sua retórica.
> (DUUS, Peter. **Modern Japan**. Boston: Houghton, 1998, p. 217)

Kita desenvolveu ideias cada vez mais radicais a fim de tomar como destino o espírito do povo, embora estivesse atendendo aos anseios dos militares e ao lucro dos capitalistas. Participante da Sociedade Amur (*Kokuryukai*)[127], Kita mantinha como prioridade a defesa do imperialismo japonês e estava em concordância com o projeto de emancipação do "povo asiático" e com o de uma reforma política do país, conforme o crescente movimento nacionalista previa: "[...] através de uma luta contra a

[127] "Na busca de fáceis efeitos de exotismo, os autores ocidentais quase sempre a denominam 'Sociedade do Dragão Negro'. Ela é, de fato, designada por dois ideogramas que, separadamente, significariam 'dragão' e 'negro', porém em geografia significam apenas o Rio Amur (em chinês, *Hei-long-jiang*, cujo significado literal seria "Rio do Dragão Negro"). Como em todos os nomes geográficos da China e do Japão, o sentido próprio dos ideogramas empregados ficou completamente obliterado. A escolha do nome Amur por essa sociedade secreta revelava suas preocupações expansionistas em direção ao continente" (CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 52).

penetração das potências ocidentais na Ásia, conjugava-se com um plano de reformas não-violentas, assente numa campanha de esclarecimento que levasse à nacionalização da propriedade fundiária e do capital" (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 126[128]).

Pode-se afirmar que o insurgente pretendia um alinhamento com um regime antiliberal, no qual era reforçada a resistência ao estrangeirismo. Embora aparentemente fosse contra um fascismo nos moldes italianos ou europeus, Kita produziu as bases ideológicas para a transposição da face violenta do capital. O resultado de suas experiências foi uma teoria de inspiração social darwinista, que previa uma reforma política na qual o Japão seria a liderança na nova Ásia[129]. A obra seria iniciada a partir de um golpe de Estado que declararia a suspensão do parlamento, e decretar-se-ía a lei marcial. Resultante disso seria a diluição dos *zaibatsus*, que se contrapunham à relação direta entre Imperador e seu povo, desconstruindo as relações de poder que mantinham as classes mais abastadas. A guerra seria inevitável. Para tanto, era preciso que toda a economia e o controle do Estado fossem preparados para o fim do Plano de Reorganização do Japão (*Nihon kaizo hoan taiko*). O plano de Kita ainda previa a reforma agrária e, para os trabalhadores da indústria, a divisão dos lucros e a jornada de 8 horas. E, por fim, as liberdades civis seriam implementadas. Somente após 1938, seu plano seria tentado.

As relações internacionais estariam paralelamente comprometidas com a oposição aos grandes inimigos: Inglaterra – responsável pela "escravização de todos os povos" – e Rússia – "a grande proprietária do hemisfério norte". Na visão de Kita, os países asiáticos estariam submetidos entre esses dois grandes impérios e, apenas por intermédio da assistência japonesa, poderiam atingir o caminho para a independência, tanto no caso da China, quanto no caso da Índia. E o Japão, como líder dessa liga asiática, pretenderia ser o líder virtuoso de um movimento mundial.

Já Gondo Seikyo, que foi representante do movimento ruralista (*nohonshugi*), propugnava por um romantismo agrário, contrário ao estadismo "prussiano", adotado durante o *Meiji*. O modelo ideal era a vida das comunidades tradicionais de vilarejos,

---

[128] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 126.
[129] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 178.

desejando a descentralização do poder, a autosuficiência da economia local e a reparação do equilíbrio entre cidade e campo[130]. Tal raciocínio era também devido à oposição de classe que se formava concomitante à modernização do Estado. Para tanto, ideólogos do ruralismo previam a eliminação do conflito. O pânico da crise econômica indicava a destruição do capitalismo e dos centros urbanos, sustentando, pois, um ideal de antiurbanismo (ideal camponês, *riso buraku*) e anticapitalismo (comunidades autosuficientes, *shashoku jichi*). A ideologia agrária presente nestes termos agregava contingentes de grande parte da população jovem, que já se encontrava castigada pelos altos impostos sobre a terra que a nova economia pós-*Meiji* havia instituído, contas que, em nome de uma indústria armamentista, a esfera rural havia bancado para manter o expansionismo desenfreado. Por outro lado, a facção submergia em seus ideais e escapava à análise real das condições:

> Tachibana [um dos representantes do movimento ruralista] e outros estabeleceram o *aikyo kai* (sociedade da comunidade do amor) com filiais locais e o *aikyo juku* para treinamento dos líderes. O *aikyo kai* foi um tipo de associação cooperativa em que "comunidades autônomas" (*sha-shoku jichi*) tinham de ser precedentes. Também, em 1932, o grupo de Gondo (acompanhado de alguns integrantes do grupo de Tachibana e de Wago Tsuneo e Nagano Ro) organizou uma ação de massa contra a Dieta, na forma de petição, demandando o cancelamento do débito rural. Contudo, por volta deste período, nos bastidores, entre fevereiro e maio de 1932, Tachibana e Gondo se associaram ao grupo de Inoue Nissho[131], num laço de sangue (*ketsumeidan*) que se envolveu no incidente de 15 de Maio. Em todo caso, a falta de metodologia e o reconhecimento da tensão na situação e da ação de massa sem saídas separaram os grupos novamente.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 8)

Esses pensadores, entre outros, sustentavam que as classes já estavam se fundindo e a unidade era imperativa:

---

[130] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 217.

[131] Inoue era contra o mundo urbano, anticapitalista e desejava promover o valor do ruralismo; sua teoria fenomenológica monista era baseada na unidade de todas as criações e na tentativa de separá-las em grupos por irmandades de tipo sanguíneo. Sua teoria se aproximava e parecia ser a conclusão lógica do movimento pelo "retorno às origens" (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 8).

> [...] o quadro do Estado ampliara à globalidade da população a soberania tutelar do imperador. O socialismo confundia-se com a autoridade imperial [...] Tratava-se de afastar as elites que se tinham introduzido entre o imperador e o povo e que impediam a união de ambos. Numa perspectiva idêntica, Takabatake Motoyuki, um antigo socialista e tradutor de *O Capital* que se transferira para o extremismo de direita, entendia que nacionalizar os grandes bancos e a grande indústria era entregá-los ao imperador, enquanto personificação do Estado. Desse modo, afirmava ele, os antagonismos sociais do capitalismo seriam superados pela unidade espiritual e econômica do império.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 132)

Ideólogos e militantes de extrema-direita desejavam a atuação mais radical dentro da tradição, repelindo, todavia, o eixo conservador como sendo a representação do Exército e Igreja, personificados na imagem do Imperador enquanto o afastavam do povo[132].

O imperador estava intimamente ligado ao Exército, potências que se reforçavam. Da mesma forma, exercia um poder soteriológico na sociedade por meio do xintoísmo de Estado[133]. Esses mesmos preceitos religiosos foram utilizados como disciplinadores para organizações fascistas radicais, materializadas nas várias associações patrióticas do período. A religiosidade, nesse sentido, funcionava mais como espetáculo, uma experiência estética, mais do que moral[134]. Um acordo é compassado nesse quadro conjuntural. Era impossível qualquer movimento autônomo a esse "sistema do imperador", assim como a desvinculação com os movimentos conservadores estava cercada:

---

[132] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 132.
[133] BEASLEY, W. G. **The Modern History of Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989, p. 151.
[134] BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 133.

> As associações patrióticas dedicadas à promoção do expansionismo e à preparação de golpes de Estado acabaram por se reduzir a grupos de pressão no interior do exército e da marinha, atrelando os membros civis à condução dos oficiais e ficando dependentes das forças armadas para conquistar uma audiência de massas e para atingir os centros de decisão política. Desprovidas de uma capacidade aglutinadora própria, essas associações foram incapazes de se unificar, e os repetidos ensaios de convergência organizacional e ideológica esboçados nos primeiros anos da década de 1930 não tiveram qualquer resultado durável. Precários, com margens mal definidas, os grupos fascistas radicais proliferaram a um ponto tal que, em 1936, se contavam sete centenas e meia.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 133)

Há, nesse período em que as associações estavam articuladas com as premissas da extrema-direita, um vácuo nas questões laborais do operariado. O movimento ruralista toma o espaço que seria atribuível ao mundo urbano, justamente pela ascensão do militarismo – meta maior dos radicais: "Os chefes fascistas japoneses mantiveram sempre um profundo pessimismo quanto ao valor dos trabalhadores da indústria e quanto à possibilidade de os aperfeiçoar espiritual e fisicamente" (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 49[135]).

A solução dos conflitos laborais e discussões do operariado é reservada, por esses ideólogos, aos sindicatos, os quais estariam, por sua vez, subordinados às milícias. Era necessário que esses sindicatos fossem incubadoras de um exército reserva de mão-de-obra para indústria. Um sindicalismo patronal já estava maduro nos primeiros anos da década de 1930 – processo que se iniciou já nos primeiros anos de 1920 – e obedeceu a uma disciplina e ordem militares. Apesar de terem o formato de um sindicato, possuíam o funcionamento de uma milícia. Esses grupos tinham como principal objetivo a perseguição e a eliminação de elementos sindicais subversivos, tais quais esquerdistas, grevistas e socialistas[136]:

---

[135] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 49.
[136] SINIAWER, Eiko Maruko. **Ruffians, yakuza, nationalists**: the violent politics of modern Japan, 1860-1960. Nova Iorque: Cornell University, 2008, p. 9.

> [...] a hierarquia capitalista deu lugar neste caso a uma autoridade de tipo militar, e na sua atividade prática a *Kokusuikai*[137] procedeu exclusivamente como uma milícia e a sua intervenção nas questões laborais resumiu-se a furar greves e atacar operários e trabalhadores rurais de esquerda, sem possuir qualquer outro programa social nem alcançar horizontes políticos mais vastos. O mesmo fenômeno se verificou na *Dai Nippon Seigidon*[138], fundada em meados da década de 1920 por um magnata dos caminhos-de-ferro e da construção, admirador de Mussolini, que a manteve sob o seu exclusivo controle financeiro e a chefiou ditatorialmente. Na medida em que este homem de negócios obrigava a todos os seus empregados a inscreverem-se, a organização poderia ter constituído um sindicato patronal de grande amplitude, até porque no começo da década de 1930 o número de filiados em todo o país excedia os cem mil. Na prática, porém, não passou de um exército privado ao serviço do patrão.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 134)

Os setores médios foram sustentáculo para o desenvolvimento do movimento fascista e ainda cooptavam setores dos trabalhadores por meio dessa propaganda desleal. Adeptos do fascismo, esses setores sociais eram, em sua maioria, os que mais se beneficiaram com as políticas encaminhadas, assim como ex-oficiais militares se sentiam contemplados e receptivos aos apelos do ativismo.

Eric Hobsbawm[139], fazendo uma leitura do fascismo na Europa, entende que a força com que o ativismo e o apelo da direita radical cresciam era proporcional ao alerta ameaçador, não importando se real ou inventado, da classe média na ordem social. E continua sua análise de que as classes médias não eram os fascistas, mas representavam a massa de apoio ou que dava movimento por convenção e proteção contra a sua extinção. Isso somente seria possível, para o historiador inglês, especificamente no cenário do entre-guerras, sendo que a ameaça à sociedade liberal e a todos os seus valores parecia vir exclusivamente da direita (nacionalista e radical); a ameaça à ordem social, da esquerda.

No caso japonês, as campanhas foram sendo estendidas gradualmente: primeiro, partindo do inimigo comum, fronteiriçamente contíguo, e, em seguida, para todas as instâncias sociais que representavam instabilidade ao Estado *Tenno*[140]. A

---

[137] *Dai Nihon Kokusuikai* quer dizer, literalmente, Associação da Essência Nacional do Grande Japão.
[138] Em tradução livre: "Grupo da Justiça do Grande Japão".
[139] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 126.
[140] Sistema Imperial em que o movimento fascista se concretiza no Estado após 1936. Foi o período

título de comparação, pode-se pegar emprestado o exemplo de Hobsbawm, que ressalta que, no geral, os conservadores simpatizavam com os demagogos do fascismo e havia a disposição a alianças de combate a um inimigo maior. Em Hitler, é possível observar que a coalizão da direita tradicional, que o levou ao poder, foi logo eliminada após a chegada[141].

Hasteando a bandeira do pan-asiatismo (*Dai Ajiashugi*), líderes de governo citavam o Japão como o representante do "Ásia para os asiáticos", comprometido em defender a região contra infiltrações políticas e militares do exterior, nomeadamente as potências ocidentais e o bolchevismo[142].

> A característica peculiar do "pan-asiatismo" presente na ideologia do fascismo japonês […] tem origem no "ideal de emancipação do povo asiático do colonialismo europeu", do início do período Meiji, mas se transformou com o tempo, com a teorização do "movimento" fascista e com a sucessiva elaboração do bloco de poder, tornou-se indissociavelmente ligada à ideia de que o Japão deveria conquistar a hegemonia da Ásia em vez de dar lugar ao imperialismo europeu.
> (GATTI, Francesco. **Il Fascsimo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997, p. 258)

Segundo Maruyama, analogamente à análise de Hobsbawm, quanto mais as massas, por razões históricas e sociais, conseguem preservar a homogeneidade cultural e ideológica, tanto mais sensivelmente elas reagem aos perigos de infecção ou de infiltração dos elementos heterogêneos[143]. Logo, qualquer que fosse a forma constitucional que o obstáculo ao desenvolvimento do movimento fascista tomasse, ele teria que ser destruído. O maior entrave ao sistema em expansão, governado pelo capital, era o bolchevismo, que se diferia ontologicamente.

---

marcado pela prevalência no poder da facção Controle, em contraposição à facção Via Imperial, mais radical, que havia se mantido como movimento e que foi depois eliminada.

[141] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 126.

[142] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 221.

[143] MARUYAMA, Masao. **Thought and behaviour in modern Japanese politics**. London: Oxford University Press, 1969, p. 161.

3.2 Kwantung e seu império Manchukuo

Uma imagem construída abrigava o imperialismo como forma de proteção aos povos asiáticos contra o colonialismo do Ocidente, advindo de um quadro da formação da nação japonesa desde o *Meiji*. O que se passava era um embate entre imperialismos ocidental e oriental pela hegemonia. O caminho mais evidente foi a construção de uma economia e de uma política especulares ao Ocidente.

A ideia complementar de que uma "Esfera de Coprosperidade" na Ásia devesse vingar como extensão dessa suspeição geral e colaboração entre as nações "amigas" começou a ser fomentada. O modelo japonês de modernização era aquele a ser seguido, com a justificativa de que era o único exemplo do leste asiático capaz de rivalizar como competidor na corrida imperialista. Assim, a principal meta da Esfera era a unificação das nações em torno do Japão, sempre guiadas por um ideal de glorificação do imperador, contra as potências ocidentais, discurso que tendia mais ao idealismo do que à materialidade, até 1941, com a irrupção da guerra na Ásia:

> Discursos públicos sobre a natureza da Esfera de Coprosperidade, feitos antes da irrupção da guerra, tendiam a ser mais idealistas do que práticos. Mesmo Hideki Tojo, discursando como Primeiro-Ministro à Casa dos nobres em 1942, utilizou linguagem vaga sobre o futuro no longo prazo. O objetivo da guerra, segundo ele, era estabelecer "uma ordem de coexistência e coprosperidade baseada em princípios éticos com o Japão em seu núcleo". Burma e Filipinas deveriam, em última instância, ter sua independência, porém áreas que fossem "absolutamente essencial para a defesa do Grande Leste Asiático" – Hong Kong e Malásia, ambos encaixados nesta categoria – deveriam permanecer sob o domínio japonês, enquanto as Índias holandesas deveriam ser tratadas "com completo entendimento para seu bem-estar e progresso".
> (LEBRA apud BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1990, p. 204)

Apesar da resposta internacional intransigente, dúvidas ainda pairavam quanto a seus objetivos domésticos, mascarados sob a retórica de como tais políticas seriam conduzidas em face da hostilidade ao Ocidente. Exemplo clássico foi o enfrentamento em Xangai de 1932[144], no qual militares comandaram as operações e, contudo,

[144] Com a saída de Shidehara do poder, o exército de Kwantung avançou para o norte da Manchúria e Xangai com intenções de instigar o conflito com a Rússia soviética. A China protagonizou um boicote

novamente não receberam um posicionamento claro do governo de Tóquio. A contenda estava em como tornar economicamente viáveis tais ações de estabelecimento sendo que:

> [...] o alto comando da marinha, tal qual o ministro das relações exteriores, temia que isto provocasse uma indisposição com a Inglaterra e EUA; e os generais da Via Imperial pensaram que poderia causar um desgaste de energias para a preparação de guerra com a União Soviética. Esta falta de consenso, agravada pelos conflitos internos de facções do exército e uma rápida mudança de gabinetes, deteve o governo de tomar qualquer medida ousada quanto à política internacional.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 221)

O Exército de Kwantung subordinou a Manchúria ao estatuto de colônia japonesa a partir do "Princípio de Autodeterminação Nacional". Quando Matsuoka Yosuke – delegado japonês em fevereiro de 1933 – se retirou da Liga em protesto às decisões quanto à Manchúria, indicou também uma condenação ocidental das ações expansionistas nipônicas no Extremo Oriente. Internamente, a decisão, compartilhada pela maior parte da população, embriagada no ultranacionalismo, foi recebida como representação forte e de autonomia:

---

aos manufaturados japoneses e ataques a civis. Para que houvesse a proteção destes, os japoneses reforçaram sua guarda no país. O resultado foi o embate entre os dois lados em janeiro de 1932. As tropas japonesas bombardearam populações civis em Xangai, fato que intensificou a resistência chinesa e tornou o Japão alerta palpável a novas agressões. Hane Mikiso acredita que o incidente Mukden foi só o aviso inicial para esse evento mais contundente e, portanto, esse seria o estopim para a opinião americana considerá-lo como ameaça real. Mikiso ressalta que, durante a expansão, diferentemente da visão de que houve consensos entre os militares e governo: "O gabinete de Inukai, após grande resistência, aceitou a proposta de Araki para mandar duas divisões do exército para Xangai em inícios de março, o Exército da Rota 19 [exército chinês que havia combatido desde a batalha de Mukden os japoneses após a expansão que seguiu com a queda de Shidehara] recuou da cidade [...] O Incidente de Xangai disseminou um sentimento jingoísta no Japão. Consequentemente, Inukai percebeu que seria progressivamente difícil continuar seus esforços para chegar num acordo com o governo de Nanquim sobre a Manchúria" (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 274).

> A vasta maioria do público geral participou direta e completamente nessa guerra. Com uma certeza subjetiva na propriedade e na moral de suas ações, eles se viam com fervor intenso para alcançar, *junto* ao inimigo, um estado de felicidade. Para esse fim, assassinar e outros atos extremos de agressão xenofóbica seriam necessários. (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 14)

Críticas advindas de todos os países do *establishment* apenas fortaleceram a decisão do expansionismo continental e o sentimento antiocidental.

Por outro lado, o Exército de Kwantung voltou-se para simpatizantes no alto comando do exército e prosseguiu com o plano de expansão no território chinês. Ishiwara Kanji[145] foi um dos mentores e reunia simpatizantes, como os comandantes dos Serviços Especiais em Mukden, Doihara Kenji, e do Regimento da 10ª Infantaria, Tomiya Tetsuo.

Outros nomes que colaboraram para o movimento foram: Itagaki Seishiro (no período, estava preenchendo o cargo de chefe das tropas do Exército de Kwantung), Imada Shintaro (general das tropas do Exército de Kwantung), Mitani Kiyoshi (líder do esquadrão da polícia militar de Mukden), Okada Kikusaburo (chefe das tropas da 16ª divisão do Exército), Kanda Masatane (secretário das tropas do Exército coreano), Amakasu Masahiko (participante do massacre de Osugi Sakae e seus companheiros), Nakano Koitsu (membro importante do grupo dos civis de direita – *daisho kai*)[146]. Seus seguidores também incluíam burocratas da Companhia Férrea do Sul da Manchúria e da Liga Jovem da Manchúria, deixando uma evidência forte de que o ataque inicial à ferrovia tenha sido propositado pelos próprios japoneses militantes da causa direitista de Ishiwara. O apoio da população civil japonesa (na Manchúria e no Japão) foi quase instantâneo:

---

[145] Ishiwara serviu na China em 1920 e 1921 e se convenceu de que o Japão não poderia sustentar uma boa aliança. Nos anos de 1922 e 1923, seus estudos na Alemanha lhe renderam um bom conhecimento sobre a máquina moderna de guerra e as deficiências do aparato militar japonês. Voltou ao Japão como professor na escola de guerra em 1926. Em pouco tempo, conseguiu o reconhecimento como principal teórico do exército em estratégia e história militar. Logo, fez parte do exército de Kwantung, no qual se planejavam as operações para a tomada da Manchúria em 1931. No ano de 1935, ele se tornou liderança na seção tática de Comando Geral (BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Londres: Charles E. Tuttle Company, 1990, p. 182).

[146] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 11.

> Conforme foi se dando o estabelecimento do Estado fantoche sorrateiramente diferente das políticas de Estado japonesas, ou seja, conforme as políticas para a revolução fascista japonesa avançavam, a espontaneidade e cooperação de simpatizantes foram necessárias para instituir o estado-nação – ao menos até 1932. Nesta situação de concepção ou de ideologia da "Utopia" (*odo rakudo*), que tinha como bandeira a "harmonia interracial" [*minzoku kyowa*], teve papel absolutamente crucial.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 11)

A "harmonia interracial", que se completava com as políticas de colonização continental, pretendia minar o movimento nacionalista chinês. Enquanto as bases de massa estavam sendo manipuladas pelos planos de Ishiwara, outros fatores, como os efeitos da crise de 1929, colaboraram para a concentração do fascismo. Manchukuo é a expressão da conquista fascista, pois materializou a discriminação e a xenofobia na realização desses princípios como sistema social:

> O centro disso era uma crença de que o Japão, por meio do exército, estava destinado a salvar o mundo do marxismo e de outras ideologias que pudessem se infiltrar. Isto poderia demandar uma série de guerras, primeiro com a Rússia, então de novo com a Inglaterra, e finalmente com os EUA, nas quais o Japão teria que ser vencedor da Ásia e o representante dos ensinamentos confucionistas. O conflito final teria que resultar num holocausto no qual seria dada uma dimensão totalmente nova – embora eclipsada no Ocidente de 1914-1918 – impulsionando populações inteiras para a ação e a totalidade de seus recursos. Preparando o Japão para sê-lo internamente e externamente. Na esfera doméstica, seria necessário que houvesse não somente a estabilidade e a unidade, mas também a instituição de controles sobre a sociedade e economia tais que pudessem garantir a aplicação mais efetiva da força disponível. Externamente, a Ásia teria que se subordinar ao domínio japonês, começando pela Manchúria. Tal qual Ishiwara observara, "guerra mantém a guerra". Cada ganho para as forças japonesas faria possíveis os próximos; e o processo, quando completo, disponibilizaria os recursos dos quais dependeria a vitória final.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 182)

Em 1933, as fronteiras de Manchukuo necessitavam de reforços, fato que moveu as forças japonesas para Jehol. No mesmo ano, o governo chinês assinou acordo com os nipônicos a fim de ceder a Tangku, estendendo as áreas de ocupação para as proximidades da Muralha da China e estabelecendo uma zona desmilitarizada no norte da China, em limites próximos a Beijing. Embora a expansão a Tangku tenha sido vantajosa, a atenção maior se voltava às forças comunistas. A região somente foi negociada pela preocupação maior por parte das autoridades chinesas de que era a infecção ideológica de esquerda. Era ainda maior do que o imperialismo japonês no continente. Portanto, a partir desse acordo, a Manchúria se estenderia para Jehol, Tangku, a passagem de Shanhaiguan e a zona desmilitarizada de Beijing e Tianjin.

Em 1935, Kwantung utilizou-se de negociações e pressões militares para fragmentar tropas do Kuomintang de Hopei. Seus avanços deslumbraram comandantes locais, que esperavam instituir zonas de segurança entre Manchukuo e o resto da China. Paralelamente, alentou "movimentos de independência" com fins de estilhaçar qualquer unidade nacional chinesa e manteve a alimentação dos recursos advindos do norte da China para economia de Manchukuo[147].

O plano militar foi bem sucedido, houve pouca resistência chinesa, consequência da divergência na organização nacional. A cisão basicamente dividia comunistas e nacionalistas, estes últimos liderados pelo Kuomintang de Chiang Kai-Shek, tentando soluções com uma frente única de resistência ao imperialismo japonês desde 1923. O líder Chiang utilizou-se, convenientemente, dos desacordos entre comunistas e a esfera do empresariado chinês para captar mais recursos e eliminar seu oponente ideológico, aumentando assim sua influência entre os nacionalistas. Chiang Kai-Shek, consciente da superioridade militar japonesa, tinha planos concentrados na construção de um regime estável em torno de Nanquim. A principal preocupação de Kuomintang, no início da década de 1930, era erradicar as bases do comunismo, que se espalhavam pelo sul da China. Houve muitas críticas a Chiang por ele perseguir uma ameaça interna em forma de campanhas de extermínio aos comunistas, colaborando para o enfraquecimento da unidade nacional e abrindo campo para o inimigo estrangeiro, que praticamente se instalou sem oposição sólida na Manchúria, em 1931.

[147] O exército de Kwantung agia como se fosse órgão autônomo do governo japonês.

Manchukuo desdobrava uma controvérsia sobre o controle japonês. O chefe do Exército de Kwantung era também o embaixador japonês de Manchukuo, completando o duplo papel de autoridade e força[148]. No entanto, as forças militares de Manchukuo eram alimentadas pela China, apenas confirmando os tratados já existentes entre China e Japão. Para o governo japonês, o controle sobre o chefe do exército estava em xeque, isto é, ele era responsável, tecnicamente, pelo Ministério das Relações Exteriores como civil e, como Ministro da Guerra, ele cumulava o cargo de militar.

Várias disputas burocráticas se deram para definir quais as relações políticas que a figura deveria cumprir: se mais próximas do empresariado (a exemplo da Companhia do Sul da Manchúria, ligada ao Ministério das Finanças) ou mais ligadas às funções militares. Até 1934, a disputa se mantinha em aberto nas mãos da figura imprecisa do militar-civil.

Os militares achavam que o controle deveria estar sob a guarda do Ministério da Guerra e nas mãos do chefe de Kwantung, unificando assim as agências. O gabinete de Okada propôs a formação de uma Mesa de Relações da Manchúria de tal modo que o chefe de Kwantung seria responsável por assuntos políticos gerais, e a Mesa supervisionaria o Executivo, considerando os outros ministérios, e o Ministro da Guerra seria o presidente[149].

A medida de Okada representou um enfraquecimento do Ministério das Relações Exteriores. Os militares teriam ganhado mais poder nesse embate, pois seu âmbito de ação foi ampliado para questões mais políticas e executivas. Fato é que apesar de haver uma predominância militar nos assuntos políticos, o fundamental seria lidar com um território que não era nem independente, nem colonial. O esqueleto internacional que o Japão tentava construir estava relacionado ao problema de Manchukuo. Enquanto a diplomacia tinha interesses nas extensões do sistema de tratados portuários, os militares desejavam algo que fosse diretamente ligado ao sistema imperial. O posicionamento desenhado ali também definiria as relações internacionais com as outras nações asiáticas.

---

[148] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 196.
[149] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 197.

Em 1934 e 1935, quando houve a marcha para Yan'an, no norte, contra a agressão japonesa, novamente o movimento foi dividido, excluiu-se os comunistas e estabeleceram-se em Yan'an, acompanhado de pressões de seus generais. Foi somente em 1936, que fez-se novos acordos com os comunistas, numa frente antijaponesa única. Essa nova aliança de política e a intensificação do movimento antinipônico aumentaram, substancialmente, a resistência chinesa e o confronto sino-japonês pode ser minimamente equiparado:

> Os líderes do exército japonês, que estavam ansiosos por consolidar um posicionamento no norte da China, enquanto isso, pressionavam por mais recursos e verba; burocratas civis, líderes de partidos e o empresariado tentaram frear a dominação militar no aparato estatal, ressentidos da influência que era crescente neste.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 222)

Qualquer chance de criar um Estado chinês forte e centralizado desapareceu quando a Guerra Sino-japonesa (1937-45) começou. Dentro de um ano, os japoneses tinham invadido o leste da China, tomando todo o centro do complexo industrial e suas terras mais férteis[150].

O Japão, com seus dirigentes de direita e afinidades com os modelos alemães e italianos, poderia ser classificado como fascista por sua lógica contrarevolucionária, conquanto não precisasse acender uma chama alemã ou italiana para fazê-lo. Seu modo era próprio: havia a convicção de superioridade racial advinda de seus antepassados divinos; a militarização foi fixada no ser do cidadão japonês, como se pode observar no autosacrifício como honra ao Estado e ao chefe de Estado; a própria obediência cega à autoridade máxima criada pela ética samurai; rígida hierarquia, abnegação e estoicismo:

[150] TOWNSON. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, p. 411.

> [...] os fascistas eram inevitavelmente atraídos pelo imperador, o qual era o símbolo e personificação da contradição básica no Estado imperial *Tenno*, por causa da similaridade com sua própria contradição lógica e porque era uma existência familiar suprametafísica. Então, eles acreditaram e foram absorvidos pela figura do imperador. A importância do "imperador" em suas razões lógicas quase inevitavelmente constituiu uma marca para a afirmação da realidade do Estado imperial *Tenno*. A tendência, consciente ou inconscientemente, de ignorar a diferença entre realidade e ideal ou metas foi um eixo do "pensamento" fascista japonês.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 10)

Grupos terroristas ultranacionalistas obtinham legitimidade da sociedade na eliminação de elementos que traíssem a ordem nacional em seu entendimento radical. No próprio Exército de Kwantung, que dominava a China e a Manchúria, vários combatentes observavam a proximidade com o modelo europeu e faziam campanhas a favor de um estreitamento com as potências fascistas:

> Criando a necessidade de integrar as esferas econômicas, militares e políticas para os fins de "defesa", deixemos desta maneira, Ishiwara estava fazendo algo mais do que juntando elementos que já existiam separadamente. Ele estava identificando o exército como o principal ator no cenário nacional. Tais quais suas ideias determinaram as ações japonesas nas décadas seguintes – se considerarmos cada uma nunca houve unanimidade – ele era o profeta do que apropriadamente pode ser descrito como um imperialismo militarista. Que começou na Manchúria.
> (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 182)

4. CONCENTRAÇÃO PARA A DESTRUIÇÃO

> Com o controle restrito imposto com o início da guerra com a China, as potências econômicas foram mobilizadas para a execução da Guerra. Para este fim, a estrutura industrial foi distorcida num inflado setor de produção militar e o setor de commodities, comprimido ao máximo. A melhor força de trabalho foi recrutada para o serviço militar apenas para se tornar linha de frente, enquanto que os cidadãos mal conseguiam sobreviver ao nível mais baixo para poder fugir dos ataques aéreos.
> (NAKAMURA, Kikuo. **Tennou-sei Fascism-ron [Teoria do Culto ao Imperador Fascista]**. Tokyo: Hara Shobou, 1967, p. 3)

Após seis anos de conspirações militares na Manchúria e Xangai, nenhum poder político no governo foi forte o suficiente para questionar ou opor-se ao Exército, que passou a ter implementado seu "Plano de Cinco Anos" para indústrias-chave, dando prioridade a indústrias básicas, como aço, carvão e petróleo sintético. O Plano foi baseado nas ideias de Ishiwara Kanji – Chefe de Operações do Escritório-Geral de Pessoal do Exército e um dos líderes do Incidente da Manchúria em 1931 – e foi concebido como preparativo para a guerra esperada contra a União Soviética.

Ishiwara mostrou esboços desse plano para tais importantes líderes políticos, como o futuro Primeiro-Ministro de Guerra, Konoe Fuminaro[151], e personalidades de grande importância na esfera financeira, como Ikeda Shigeaki do *zaibatsu* Mitsui e Toyotaro Yuki de Yasuda, construindo um consenso sobre seus contornos gerais.

A aliança entre militares e *zaibatsus* se compassou nesse período. É importante destacar que houve grupos de militares mais radicais que rechaçavam a parceria com o grande capital. Estes também eram contrários ao plano do Exército para regular a economia para seus fins estratégicos. O plano, que foi gerado logo após a invasão da Manchúria e que, como previsto, estaria sob o controle militar, apontava para um

[151] Konoe Fuminaro foi da linhagem de Fujiwara, família pertencente à corte imperial. Foi Primeiro-Ministro em 1938 com a proclamação da Nova Ordem. Era um crítico ácido do *narcisismo* e da desonestidade do Ocidente. As políticas advindas principalmente dos EUA e Inglaterra, para ele, eram maneiras de manter as esferas de influência no continente asiático, excluindo aqueles que vislumbrassem estas. Ou seja, a política *ocidental* para a Ásia era de que se mantivesse o sistema de poder. Para Konoe estas Potências não estariam interessadas em negociar suas áreas subordinando o Japão para sempre a elas. Seria preciso que uma atitude por parte do Estado japonês fosse tomada para que houvesse, ao menos, o acesso igualitário aos mercados e recursos naturais das áreas coloniais. Caso contrário, o Japão teria que tomar medidas mais agressivas (BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 179).

Estado livre do capital *zaibatsu*. Ishiwara logo percebeu que o plano para desenvolver a economia manchuriana, a partir de pequenas e médias empresas, por meio de um tipo de capitalismo de Estado, seria inviável. A Manchúria necessitava de capital japonês.

Em 1931, o capital japonês foi injetado através da Companhia [Férrea] do Sul da Manchúria e foi quase impossível frear a participação de outras empresas japonesas nesse contexto. A indústria pesada foi a precursora em desbravar o novo território, em seguida:

> Produtos derivados da soja constituíam 50% da produção industrial da Manchúria antes da ocupação japonesa, no entanto, por volta de 1940, 31% da produção industrial consistia em metais e maquinaria e 15% em produtos químicos. A economia foi dominada por interesses japoneses e detinha 84,1% do investimento de capital. Alguns empreendedores planejaram desenvolver *novos zaibatsus* utilizando a Manchúria como base de operações e participando da produção de defesa. Tudo isso foi alcançado por uma exploração implacável de trabalhadores chineses na Manchúria, que foram pagos com o equivalente a um terço do salário de um trabalhador japonês.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 288)

O estabelecimento das empresas amparava os planos militares de colonização e ainda era uma estratégia de obter os suprimentos de guerra rapidamente. Para os novos *zaibatsus* que se instalavam no continente, parecia uma oportunidade de projeção no mercado nacional, mesmo que fosse fora da ilha. Em 1935, a economia japonesa já se via recuperada do choque de 1929, a exportação já havia ultrapassado a importação. A indústria da guerra e a desvalorização do iene permitiram que o Japão pudesse competir com mais paridade. A indústria cotoneira ultrapassou a indústria da seda, projetando o Japão como maior exportador de commodities[152]. No ano seguinte, o Japão já era o maior exportador de manufaturados de algodão.

A comunidade agrária foi afetada por essa brusca mudança do mercado (da seda bruta para os manufaturados de algodão). Os camponeses se mantinham em

[152] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 289.

péssimas condições de vida no período de guerra. Acompanhando o desenvolvimento da indústria voltada à guerra, os camponeses perderam seu legado de trabalho para o recrutamento obrigatório e para as fábricas no mundo urbano. Mesmo com a crescente demanda por arroz, o governo japonês estabeleceu o racionamento (distribuição e venda) e preços regulados para não haver o desgaste da produção para a guerra.

A entrada enérgica no mercado mundial aguçou os ânimos de seus concorrentes, que impuseram uma barreira velada contra os produtos japoneses nos mercados asiáticos e africanos. Já em 1932, as potências ocidentais, que eram detentoras de territórios nesses continentes, puderam detectar o prodigioso crescimento nipônico. Em resposta aos cercos econômicos, os japoneses, além de tentar desenvolver uma economia que fosse autosuficiente, tiveram que expandir seu mercado para escoar sua produção de manufaturados e importar matéria-prima.

O crescimento da indústria bélica, estimulada pelo contexto mundial e pela política militarista que foi adotada desde a invasão da Manchúria, marcou a mudança dos antigos *zaibatsus*. De uma indústria leve eles passaram a compartilhar o mercado com os novos *zaibatsus*, produzindo um aumento de 26% para 34% entre os anos de 1931 e 1936. A produção têxtil, em contraposição, caiu de 37% para 26% no mesmo período[153]. A indústria da guerra incentivou a produção dos novos e velhos *zaibatsus* nos setores metalúrgico e siderúrgico.

O pequeno e médio empresariado declinou nesse processo de concentração de capitais. Na visão de Mikiso[154], a causa foi o seu não engajamento na produção de primeiras necessidades, razão pela qual foram fagocitados pelos gigantes *zaibatsus*. Somente o comércio e o empresariado ligados, direta ou indiretamente, à circulação de capitais para a produção bélica sobreviveram.

Internamente, no cenário político, 1936 representou o triunfo do movimento ultranacionalista. Soldados diligentes marcharam a Tóquio no episódio conhecido como "Incidente de 26 de fevereiro", com a missão de eliminar o Primeiro-Ministro Okada e de encaminhar uma Restauração *Showa*. O pretenso golpe foi abortado após ordens expressas do Imperador Hiroito:

---

[153] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 289.
[154] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 290.

> Os grupos fascistas favoráveis a uma abordagem radical dos problemas econômicos e sociais impuseram no terreno a escalada das operações militares contra o exército chinês, executaram com êxito ações terroristas que vitimaram diversos chefes de empresas e várias figuras políticas de primeiro plano e conseguiram perturbar toda a direita conservadora, mas apesar disso ficaram marginalizadas depois de ter frustrado a tentativa de insurreição militar, de que Kita Ikki foi um dos mentores. Durante quase quatro dias, de 26 a 19 de fevereiro de 1936, alguns regimentos pertencentes à facção Via Imperial ocuparam uma parte da capital e organizaram o assassinato de políticos e chefes militares que lhes eram adversos. Sem iniciativa para mais e, acima de tudo, faltando-lhes apoio exterior, os amotinados acabaram por se render e os responsáveis sofreram, pela primeira vez, castigos rigorosos, sendo dezoito condenados à morte, Kita entre eles. Mas não foram os civis e os parlamentares que suscitaram uma tal severidade nem dela se aproveitaram.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, pp. 134-135)

O direcionamento dado a partir desse episódio, de repúdio dos radicais por parte dos conservadores – mesmo que de acordo com a finalidade da operação –, deu novo impulso aos conservadores da vertente Controle, mantendo uma aliança estreita com a burocracia imperial e o empresariado. Os oficiais que lideraram e planejaram o golpe tinham uma falta de senso prático e acreditavam que, se houvesse a rebelião, logo ela seria secundada por todas as outras patentes militares. Aquilo de que esses insurretos se esquivaram foi o fato de que os movimentos eram mais de caráter militar do que de caráter revolucionário, o que significava que a força militar era anterior a qualquer mudança social. Portanto, a guerra moderna e sua preparação ainda eram as prioridades. A realização política completa deu-se em 1940 com a inauguração de um partido único em absoluta sujeição ao governo, conjugado às forças armadas:

> Os partidos com assento parlamentar dissolveram-se, ou aceitaram a dissolução, preparando assim o caminho para a criação do partido único, e fizeram-no tanto mais facilmente quanto haviam sempre sido profundamente oligárquicos, alheios a quaisquer formalismos democráticos.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 135)

Em março de 1936, a Dieta – agora dirigida pelo gabinete de Hirota[155] – fez a imposição de cortes nos gastos militares. Ondas de questionamentos por parte dos militares, quanto ao patriotismo, foram lançadas aos partidos políticos. Hayashi Shinjuro assume o cargo na forma de títere, selando compromisso com o setor financeiro e militar:

> [...] Yuki Toyotaro, em acordo com Ikeda Shigeaki – ex-presidente da Mitsui e nomeado governador do Banco do Japão, que em 1938 se tornou Ministro das Finanças e da Indústria e Comércio – começaram um *Programa de Expansão da Capacidade Produtiva* compatível com o aumento das expensas militares que teve aplicação sistemática com o primeiro governo de Konoe Fuminaro. O novo ministro das Finanças, Kaya Okinori, de fato, pediu a elaboração de planos concretos para assegurar: 1) a expansão da capacidade produtiva do país, 2) o esboço da balança de pagamentos, 3) o equilíbrio entre a demanda e oferta dos bens.
> (GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 210)

O gabinete recalcado de Hayashi, que derrubou o governo de Hirota, deu a oportunidade do Exército implementar o Plano de Cinco Anos, situação que Yuki Yasuda sustentava como o consórcio entre militares e o mundo financeiro. Logo o governo de Hayashi foi retirado por medida imperial e o Príncipe Konoe Fuminaro foi nomeado para o cargo de Primeiro-Ministro a fim de restituir o cargo:

---

[155] O mandato de Hirota já vinha sendo ensaiado desde o gabinete de Okada. Em 1935, Hirota apresenta a Okada seus *Três Princípios* para a China, que consistiam em: "1) a supressão das atividades antijaponesas e o fim da política de dependência das potências ocidentais; 2) o reconhecimento *de facto* de Manchukuo e a imposição das relações econômicas e culturais entre Manchúria e norte da China; 3) o estabelecimento de equipamentos para combater o perigo comunista, que ameaçava China, Japão e Manchúria do exterior da Mongólia" (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, pp. 292-293). O exército de Kwantung manifestou insatisfação quanto às medidas amenas aos olhos dos militares radicais japoneses. A principal queixa era de que houvesse a inserção de um ponto indispensável, que era o repúdio à unificação chinesa pelo partido nacionalista, *desnecessária e indesejável*. Os militares de Manchukuo visualizavam a unidade da região como um ponto de ameaça ao imperialismo japonês.

> Pessoalmente aquém à situação, mas bem relacionado com os campos políticos em questão, foi conhecido como crítico do "imperialismo anglo-americano", ele parecia a única figura política capaz de contemplar a liderança nacional. Em junho de 1937, sob a bandeira de um gabinete da "unidade nacional", Konoe tinha intenções de construir um "Estado de defesa nacional" em preparação para um conflito maior voltado ao continente.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 222)

Quando Konoe Fuminaro formou seu *staff* em julho de 1937, a primeira medida tomada foi pelo cumprimento do Plano de Expansão da Capacidade de Produção do Exército.

No dia 7 de julho de 1937, um conflito entre tropas japonesas – estabelecidas desde 1900 – e tropas chinesas na Ponte Marco Polo (Luguoqiao) descortina o primeiro dos embates a ser travados entre as duas nações. A entrada do Japão num conflito contra a China já demonstrava a disponibilidade japonesa ao conflito mundial. Sua modernização, que se voltava, desde a Era *Meiji*, ao setor primário, impulsionada pelas crises econômicas do próprio capital, aponta para o expansionismo e para a concentração de agrupamentos que servissem à finalidade de reprodução do capital, que já não conseguia equilibrar a balança da economia mundial. Os comandantes locais tentaram acordos, o governo de Nanquim enviou novas tropas em demonstração de força contra os japoneses. Em resposta, o governo de Konoe – que não esperava pelo conflito, embora estivesse incubando todos os agentes – retrucou, então, aos ataques de Nanquim.

4.1 Doutrina Monroe para os asiáticos

Em agosto de 1937, uma guerra velada e plena se deflagrava no norte da China quando o episódio de bombardeios aos acampamentos japoneses de Xangai veio à tona. As tropas de elite japonesas foram rapidamente mobilizadas para o sul (vale do Yangzi) através das linhas férreas ferroviárias (Peiping-Suiyan, Peiping-Hankow e Tientsin-Pukow). A superioridade do exército japonês colocou a resistência chinesa em total desigualdade:

> Comandantes de campo japoneses, encontrando pouca resistência efetiva, reportaram vitória após vitória e confiantes de que Chiang [Chiang Kai-Shek] poderia ser derrotado em seis meses. Em meados de dezembro [do mesmo ano], forças japonesas entraram em Nanquim, capital do Kuomintang, onde embarcaram numa selvageria envolvendo matança, estupro e pilhagem por várias semanas.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 222)

Embora o Alto Comando do Exército não tivesse planos específicos – ou no longo prazo – para operações na China, todos os recursos para o massacre da resistência chinesa foram enviados quando o conflito se instaurou. Toda assistência e todo incentivo às tropas japonesas para novas operações foram despachados:

> Alguns oficiais do *staff* geral, incluindo Ishiwara Kanji, um dos mentores do Incidente da Manchúria, opuseram-se a esta expansão irracional ao sul da China [...] eles temiam que o Japão não estivesse econômica e industrialmente preparado para uma guerra total e que as forças japonesas poderiam sucumbir no vasto território chinês. Se as operações na China não fossem rapidamente liquidadas, seria difícil se preparar para um combate com a União Soviética, que era vista como o principal inimigo. Ao invés de continuar a lutar contra as tropas de Chiang, Ishiwara defendia que nenhum outro avanço militar fosse mantido, que a ordem estabelecida se mantivesse no norte da China e que as negociações de paz fossem abertas com o Kuomintang.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 223)

Os japoneses capturaram Wuhan em outubro de 1938 e alcançaram Cantão. Chiang tinha agora perdido todo o leste da China desde a Manchúria até o sul semitropical, com toda as cidades de riqueza industrial e a terra mais fértil da China. O outono de Wuhan marcou o fim do avanço japonês. A principal motivação eram os recursos chineses para o desenvolvimento de sua indústria e os japoneses não queriam comprometer a maioria de seu exército para ocupar toda a China. Um esforço para o estabelecimento de um Estado fantoche na Manchúria era suficiente, na visão do governo japonês. O controle japonês no norte da China e no baixo vale Yangzi nunca

foi completo. Chiang, após o Incidente de Sian[156], em 1936, quando preso por suas próprias tropas, juntou-se a Mao Tsé Tung (1893-1976)[157] e a comunistas numa Frente Única contra o Japão. Foram os comunistas que aplicaram a tática da guerrilha contra o Japão, frequentemente atrás das linhas inimigas, e gradualmente subtraíam o território sob o controle japonês no norte da China. Os japoneses responderam brutalmente em suas campanhas "três-tudo", "mate tudo, queime tudo, destrua tudo", numa tentativa terrorista de prevenir a ajuda dos camponeses aos comunistas. Como

---

[156] Na década de 1930, Chiang Kai-shek, líder do Kuomintang, instituíu como meta a total destruição do PCC, ignorando a invasão japonesa. Falhando em suas ações, Chiang foi a Sian, em dezembro de 1936, apenas para ser preso pelo comandante nacionalista Zhang Xueliang, que ressentiu pela captura da Manchúria pelos japoneses. Zhang exigiu que a campanha contra os comunistas terminasse e que todos os chineses deviam se unir contra o Japão. Se Chiang não concordasse, ele ameaçaria sua execução como traidor. Stálin estava convencido de que somente Chiang teria o poder para unificar todos os chineses contra o Japão, então pediu ao PCC para que houvesse a adesão de Chiang. Zhou Enlai, todavia, negociou com Chiang para uma segunda Frente Unida. O PCC concordou em reconhecer Chiang como cabeça do Estado e prometeu modificar sua política de confisco de terras dos camponeses ricos e proprietários de terras. Quando Chiang aceitou, foi liberado mas o PCC estava em posição muito mais forte do que quando houve a primeira Frente Única, em 1923. Tinha seu próprio exército e território diretamente sob seu controle (TOWNSON. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, p. 924).

[157] Líder comunista chinês e primeiro presidente da República Popular da China. Era filho de camponeses, envolveu-se na manifestação do "Movimento 4 de maio", em Beijing. Rejeitou o respeito pela autoridade e seu comportamento advindos do confucionismo, voltou-se para as ideias ocidentais e se tornou um marxista quando trabalhava numa livraria da Universidade de Beijing. Ele foi membro-fundador do PCC em 1921. Quando no PCC, sob as ordens do Comintern, fez uma aliança com Sun Yixian (Sun Yat-sen) e o Kuomintang, em 1923. Mao trabalhou entusiasticamente na Frente Única em várias organizações do Kuomintang. Após visitar Hunan, em 1926, escreveu um relatório sobre a revolução camponesa, o que marcou seu primeiro distanciamento de um marxismo ortodoxo e a favor de adaptações às circunstâncias chinesas. O marxismo ortodoxo considerava camponeses como conservadores e a pequena burguesia e pensou que a revolução não poderia se originar por eles mas no proletariado urbano. Mao sustentava que a revolução real na China, onde havia poucos trabalhadores na indústria, estava tomando lugar no campo e que o PCC poderia se envolver. "A Revolução Chinesa tem apenas esta forma [uma revolução camponesa] e não outra". Quando Chiang perseguiu os comunistas no urbano, no Golpe de Xangai de 1927, estes foram obrigados a se refugiar no campo. Mao e Zhu De ajudaram a formar o Chiangxi Soviet e viram se expandir a uma área de 9 milhões de população. Chiang se sentiu ameaçado por esta força nacionalista pelo controle da China, então galgou 5 campanhas de extermínio (1930-4) contra o Soviet Chiangxi, forçando Mao e seus 30 mil seguidores à Longa Marcha em 1934, que terminou um ano depois, com apenas 8 mil, que chegaram a salvo em Yan'an no norte. Yan'an era a capital comunista da China (1937-47). Mao estabeleceu sua ascendência no PCC como líder político e ideólogo. Nesse período, o PCC aumentou em vastas proporções seus membros e popularidade, como pode ser visto com o oponente chefe do Japão na Guerra Sino-japonesa (1937-45). Nesta guerra Mao e Zhu De utilizaram táticas desenvolvidas durante as campanhas de extermínio de Chiang, evitando conflitos diretos mas amarrando vasto número de tropas japonesas pelo método da guerrilha atrás de suas linhas. O PCC fez uma segunda Frente Unida com o Kuomintang para lutar contra os japoneses, mas havia desconfiança de ambos os lados e o PCC continuou estendendo sua influência no norte da China. Quando a guerra contra o Japão terminou, havia aproximadamente 96 milhões de pessoas em áreas sob o controle comunista. Em 1945, Chiang, reconhecido como líder da China pelas Grandes Potências, não desejava comprometimento com Mao e o PCC e se recusou a formar uma coalizão de governo. O resultado foi uma guerra civil (1945-9), a qual terminou com a vitória avassaladora dos comunistas e a proclamação da República Popular da China em outubro de 1949 (TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994).

não havia estradas férreas em Chongqing, Chiang dependia da Rodovia de Burma, que abriu em dezembro de 1938, para suprimentos. Chiang foi, entretanto, relutante ao lançar uma ofensiva maior contra o Japão, particularmente quando temia a vitória dos comunistas no norte. Ao invés de lutar contra a invasão do Japão, ele usou meio milhão de tropas para bloquear a base comunista em Yan'an[158].

Desde que a defesa de Manchukuo se tornou um axioma básico da política nacional após 1931, a vitória do Japão sobre a China se tornou uma meta inquestionável após 1938. A partir da conquista da Manchúria, o governo de Saito aplicou um tipo de "doutrina Monroe asiática"[159]. A preservação da paz e a cooperação na Ásia, sob a liderança do império japonês, eram metas primordiais do mandato de Saito a Hirota em 1933. Hirota expressava essa ambição com o lema de uma Ásia de "harmonia e cooperação" para o restabelecimento das relações sino-japonesas[160].

A guerra no continente tinha gerado compromissos políticos de que não poderia facilmente desvencilhar-se. As vitórias em campo de batalha modelaram os planejamentos estratégicos; os planos estratégicos modelaram as políticas externas; e as políticas externas modelaram as reformas domésticas. Longe de contemplar uma retirada ou uma negociação de paz com a China, mentores do Exército e da Marinha estavam propondo uma expansão da guerra no sudeste da Ásia para abater a resistência chinesa de forma total[161].

Em janeiro de 1938, após tentativas diplomáticas fracassadas quanto ao reconhecimento de Manchukuo e à desmilitarização do norte da China, o Primeiro-Ministro Konoe anunciou o fim das negociações com Chiang Kai-Shek. Em resposta, o governo de Kuomintang adotou a "tática de terra queimada", devastando vilas e cidades e destruindo diques de alimentação aquífera – o que inundaria o caminho do

---

[158] TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994, p. 784.
[159] MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 292.
[160] Relações já abaladas pela fundação do Estado de Machukuo pelos japoneses. Apesar de o Kuomintang não reconhecer a legitimidade da autoridade japonesa, a partir de 1934, várias concessões foram feitas. Para citar alguns exemplos: em 1934, a passagem entre Manchúria e China, seguida da imposição de secretarias japonesas e serviços postais; e, em 1935, Japão e China entram em acordo pelas trocas de embaixadores.
[161] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 231.

Rio Amarelo – para impedir o avanço das tropas japonesas (tática que o Japão utilizaria em 1940):

> Chiang Kai-Shek, esperando derrotar os japoneses por uma guerra de atrito, se refugiou no interior, Chongqing (Chungking), longe das forças japonesas. Enquanto os japoneses triunfavam, capturando o maior complexo industrial-comercial em Wuhan, em outubro de 1938, faltavam a eles a mão-de-obra, material e recursos financeiros para defender os chineses. Ao fim de 1938, o Japão tinha despachado três divisões (700 mil homens) para o front na China. Outras nove divisões foram reservadas para a ocupação de Manchukuo e Coreia, restando apenas uma divisão-reserva no Japão. (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 224)

Em 1939, após dois anos de guerra, o Japão dominava as principais cidades da costa chinesa, o raio no entorno de Beijing, o complexo industrial de Wuhan e a maioria das estradas férreas. Ofensivas diárias eram feitas a nova capital Kuomintang, Chongqing, enquanto as forças terrestres enfraqueciam proximamente ao Rio Yangzi. Nos territórios de ocupação japonesa, as guerrilhas civis – dirigidas ora por comunistas, ora por elementos do Kuomintang – compuseram massiva resistência contra os japoneses.

A par dessas batalhas, houve lutas entre japoneses e soviéticos nas fronteiras de Manchukuo, em 1938 e em 1939, aumentando a tensão da possibilidade do embate com o inimigo maior. Como a previsão de Ishiwara, o Japão se encontrava atado em sua própria teia. Todo o slogan de "libertar a China dos imperialistas ocidentais" caía por terra. Em novembro de 1938, o Primeiro-Ministro anunciou sua diretriz de governo, Nova Ordem no Leste Asiático, baseado na cooperação entre Japão, Manchukuo e China, que estavam excluídos de seu "lugar entre as nações" pelas potências ocidentais. Na retórica de Konoe, a guerra de sobressalto se transformou numa guerra contra a dominação do Ocidente[162]. A invasão, que aparentemente se mostrava breve, toma proporções de uma guerra total na qualidade de sagrada, segundo a própria propaganda imperial.

[162] DUUS, P. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 224.

O Japão estava já à beira da falência dos seus pagamentos internacionais, tentava suprir seus déficits, que, entre 1936 e 1937, se expandiram drasticamente. A balança de pagamentos estava totalmente descompensada. O iene japonês foi a moeda dominante dentro do bloco de ienes, e a taxa de câmbio foi fixada em paridade entre iene e yuan, empregado na Manchúria e no norte da China. Como resultado, o Japão recebeu nada mais do que ienes de seus parceiros do bloco de negociação, enquanto tinha que fazer os pagamentos em moeda estrangeira ou em ouro. Então, a situação do balanço de pagamentos real foi ainda pior do que os saldos comerciais totais indicam. O governo aumentou o poder de sua administração cambial, mas, como o déficit continuou invariável, a operação cambial foi reduzida a pagamentos em ouro no exterior após março de 1937.

O aumento das importações, que estava produzindo esses déficits, foi estimulado pela expansão do orçamento militar, em grande escala elaborado pelo Ministro das Finanças, Baba Eiichi, do gabinete de Hirota. Baba elaborou o orçamento com as ideias dos militares em mente e apelou para as despesas de 3,04 bilhões de ienes, em comparação com 2,20 bilhões do ano fiscal anterior. Nem Hirota, nem seu sucessor, Hayashi, estavam em posição de adotar políticas ortodoxas que mantivessem déficits através da contenção fiscal e monetária, porque sua missão principal era acelerar instalações e investir em equipamentos em indústrias-chave, em consonância com políticas de expansão da capacidade industrial. A intervenção direta do governo na economia era o único meio de travar as importações restantes. O agravamento da balança de pagamentos com o advento das políticas fiscais de Baba foi o ponto de viragem decisivo que marcou o início do controle direto e rígido do governo sobre a economia, sob a administração de Fuminaro Konoe.

Os “Três Princípios de Kaya-Yoshino” são um termo que foi composto a partir dos nomes do Ministro das Finanças, Kaya Okinori, e do Ministro da Indústria e Comércio, Shinji Yoshino. No primeiro Gabinete de Konoe (1937-9), eles pregavam: o “equilíbrio da balança de pagamentos, expansão da capacidade produtiva e regulação da oferta e procura de materiais”, significando que, excedendo os poderes normalmente dispostos para os governos sob um sistema econômico capitalista, como o controle das taxas de juros e a tomada de medidas fiscais, o governo poderia controlar diretamente os materiais e recursos, a amortização da dívida e as

importações de bens de consumo, aumentando a produção e a importação para os bens militares, a fim de canalizar capital em prioridade para os setores-chave – as indústrias de "expansão da capacidade de produção" –, dando preferência àquelas que atendessem à produção militar:

> O centro da produção industrial foi gradualmente sendo redirecionado, mas obtinha crescimento rápido de trabalho – em indústria leves para capital – e recursos – em indústrias pesadas. Em 1940, 38% do consumo de ferro e aço doméstico foram direcionados para fins militares e uma proporção similar para todas as outras indústrias. Consequentemente, o emprego não conseguiu acompanhar o crescimento. De 1929 a 1940, a velocidade do crescimento era de 1,08%, a qual era consideravelmente baixa para o indicador da população de 1,37%, entre 15 e 64 anos, registrado entre os anos de 1930 e 1940. Os salários nas indústrias caíram de 39,9% entre 1929 e 1940. O início da queda foi datada de 1931 [...] se tornando mais acentuada em 1937, quando as hostilidades entre China e Japão eram diretas. Foi natural que a expansão militar e a resultante ascensão da indústria pesada (acompanhada da contração da indústria leve) tivessem reduzido o número de trabalhadoras – que representavam a maioria na indústria têxtil –, porém deve-se notar que as taxas de trabalhadores homens também declinaram.
> (YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996), p. 556)

Em 1938, duas companhias – Toyota e Nissan – foram licenciadas para a construção de carros e caminhões, importados dos EUA. O Estado concedeu exonerações tributárias e forneceu metade de seu capital: em 1939, os americanos perderam seu mercado japonês. A Nissan também fundou, com ajuda estatal, a Corporação de Indústrias Pesadas da Manchúria para desenvolver Manchukuo e, em 1938, foi maior que os outros *zaibatsus*, exceto pela Mitsui e Mitsubishi. A crise diplomática com as potências ocidentais, mais especificamente como os EUA, estava em seu limite.

A guerra entre o Japão e a China, que estourou perto de Pequim, em julho de 1937, foi a oportunidade certa para a realização da antiga ambição (que tinha sido camuflada desde o Incidente da Manchúria) ao avanço para o norte da China. A guerra só cessaria em 1945.

O Exército tomou uma posição ofensiva em favor da expansão do conflito, posicionamento aprovado pelo gabinete de Konoe. Esse gabinete teve que elaborar uma dotação provisional de 500 milhões de ienes imediatamente (em julho) e 2 bilhões de ienes a mais em setembro - um montante praticamente equivalente a todo o orçamento nacional revisto, de 2,8 milhões de ienes, em 1937. Na primavera do ano seguinte, 1938, a "Lei Nacional de Mobilização Geral" foi aprovada, ordenando o recrutamento da força de trabalho, determinando salários e outras condições de trabalho e dando as diretrizes sobre a produção e a distribuição de mercadorias. A partir dessa lei, amplo controle nessas áreas, como a conduta das empresas, sua disposição de lucros e a utilização das instituições financeiras de fundos, tornou-se possível. A aplicação prática dessas leis, na maioria dos casos, estava subordinada à administração imperial ou ministerial, com o resultado prático de delegar toda a autoridade sobre o controle econômico à burocracia do governo. Ao Executivo foram dados plenos poderes no confisco de bens e na alocação de recursos e mão-de-obra, quando e onde fossem necessários[163].

A Agência de Planejamento recém-criada começou a trabalhar em um "Plano de Mobilização de Materiais", em outubro de 1937, no qual atribuía divisas (valores cambiais) a importações direcionadas, o que foi estimado pelo saldo após a dedução de consumo da produção nacional e estoques da demanda total. O último saldo foi obtido por meio da determinação das partes dos principais materiais – principalmente os bens de grande dependência para importações de aço, petróleo, cobre, alumínio, algodão, borracha etc. – a ser atribuído ao Exército, à Marinha e à demanda privada. A escala das importações foi determinada principalmente pelo ingresso de divisas provenientes das exportações, porém, além disso, os valores cambiais regulares e remessas de ouro no exterior também foram levados em consideração. Assim, a questão de quanto o câmbio poderia ser garantido tornou-se a chave que determinou a escala de produção para financiar as importações necessárias.

Uma vez que o Exército e a Marinha receberam prioridade na obtenção de materiais escassos, apesar da diminuição do valor total das importações, a demanda privada foi gradualmente suprimida.

---

[163] ALLEN, G. C. **A short economic history of modern Japan**. London: Macmillan, 1981; MACPHERSON, W. G. **The economic development of Japan**, 1868-1941. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Em 1939, com o início da guerra na Europa, havia o receio da dificuldade de aquisição de produtos de primeira necessidade, portanto a moeda estrangeira disponível foi mobilizada para comprar estoques de produtos estratégicos, como gasolina, ferro, níquel e cobalto. As reservas de ouro do Banco do Japão se encontravam cada vez menos disponíveis; o passo seguinte seria a compra de ouro dos próprios cidadãos, atraindo também ações estrangeiras e títulos e atribuindo tudo ao fundo para as importações. Como a escassez de materiais se mostrava cada vez mais severa, um controle mais atarracado era inevitável. Tal controle já tinha sido reforçado uma vez, juntamente com cortes no plano de importações, quando o "Plano de Mobilização de Materiais" foi revisto, em junho de 1938.

Em 1939, os controles em larga escala foram estendidos a toda a economia. Por exemplo, o uso de tecidos de algodão para preencher a demanda privada foi proibido, e um sistema de cupons de racionamento para aço e outros metais foi adotado. Os controles foram acompanhados pelos crescentes preços de mercado, no qual um sistema de preços oficial foi criado para contenção. Mas, desde que os preços oficiais tendiam a ser afixados em níveis abaixo do nível de equilíbrio da oferta e demanda, a acumulação tornou-se galopante, e as commodities, cujos preços foram fixados, desapareceram do mercado.

As autoridades não tinham escolha senão alargar gradualmente a lista de produtos oficialmente avaliados (preço), e isso levou a um aumento nas operações de mercado negro. Para combater o mercado negro, uma "força policial" econômica foi criada. Em 1939, a "Ordem de Stop de 18 de Setembro" estabeleceu um teto para todos os preços e salários, para, assim, trazê-los sob controle do governo[164].

Como resultado da contínua seca ao longo do oeste do Japão e da Coreia, em 1939, surgiu uma crise em relação à safra de arroz e à energia hidrelétrica. Um sistema de administração de alimentos foi inaugurado, o racionamento de arroz entrou em vigor e, depois, o sistema de cupons de racionamento foi ampliado em quase todos os aspectos da vida nacional. Os lucros das empresas e usos de fundos das firmas também se tornaram objetos de controle do governo em 1939; pessoas foram recrutadas para a produção militar e estudantes foram colocados para trabalhar nas

[164] ALLEN, G. C. **A short economic history of modern Japan**. London: Macmillan, 1981; DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998.

fábricas. No outono daquele ano, um debate desenvolvido em torno de uma "Nova Ordem Econômica" foi solicitado por Konoe Fuminaro e seus seguidores. O plano clamava para separar os donos do capital dos responsáveis pela gestão, a fim de converter empresas privadas com fins lucrativos em empresas "públicas", em que a produção seria primordial. Embora o plano amparasse a economia japonesa, o setor privado estaria totalmente atado ao nacional, notícia que causou grande divergência no empresariado nacional[165].

O direcionamento da política japonesa a favor de uma guerra fortaleceu a opressão e um sistema de controle doméstico, que exterminou com toda a oposição nacional. Colaborou para o desenvolvimento de uma economia controlada e planejada uma organização que orquestrasse a sociedade japonesa: Associação de Assistência Imperial (*Taisei Yokusan Kai*), que, pretensamente, atenderia aos desejos e interesses dos japoneses. A realização da guerra tomou o centro do cenário nacional, dando aos militares a maior parte do controle político e econômico. Aos poucos, a violência, que parecia expressão de algo extraordinário, tornava-se corriqueira: institucionalizava-se a violência. Era necessário apenas manter o sistema num *continuum mobile*:

> O regime de Tojo, que teve suas fundações nas associações de bairro (*tonari gumi*) e na Associação de Assistência Imperial, em que concentrou poder absoluto, tentou suprimir mesmo o mais limitado poder de Ishiwara e Nakano como uma força crítica. No entanto, quanto mais suas funções estivessem de acordo, ironicamente, era pela assistência de Ishiwara, Nakano e outros que o regime se estendia do Leste para o Sudeste da Ásia. Não há melhor prova do que o fato de a teoria da "Esfera de Coprosperidade do Grande Leste da Ásia", cujo objetivo era a ideologia central de agressão, na realidade uma versão distorcida, que continha a essência da teoria de Ishiwara para a "Guerra Mundial Final".
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, pp. 14-15)

[165] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998.

5. MOVIMENTO DA "NOVA ORDEM"

Para manter todo o edifício autoritário do capital, uma estrutura política precisava ser criada:

> [...] o culto público à lealdade imperial, criado pela liderança *Meiji* para construir um apoio popular ao novo Estado constitucional, contrariou a emergência de um líder popular carismático. O império de Hiroito foi embalado numa áurea soteriológica em que o próprio Imperador *Meiji*, que nunca teve a doutrinação patriótica, fez da noção de "morrer pelo imperador" lugar-comum para a população, sendo que os avôs [daquela população] mal conheciam a figura do Imperador.
> (DUUS, Peter. **Modern Japan**. Boston: Houghton, 1998, p. 228)

O monumento "Imperador" reconstruíu-se com uma significação de um nacionalismo peculiar, deixando o manto de civilização e iluminação em que antes estava envolto. A construção de um chefe de Estado não seria possível ou necessária, ponderando que o contorno da realeza poderia ser o instrumento acabado para a sua representação. Entre a implementação da Constituição *Meiji* e o fim da Segunda Guerra Mundial, a instituição imperial foi usada como forma de dispositivo conveniente para dar legitimidade e força emocional às decisões tomadas pelos líderes do governo e a toda a sua pirâmide, que se reproduzia do topo à base. O Imperador nunca foi tido como indivíduo que pudesse tomar decisões políticas[166]; uma mostra disso foi a tentativa fracassada de golpe de Estado, em fevereiro de 1936, na qual havia a possibilidade de dominar fisicamente o Imperador como forma de obter o fim da influência imperial sobre o governo. No entanto, nem se cogitou da possibilidade de mantê-lo como refém para que as reivindicações fossem atendidas. Na tese dos extremistas, o Princípe Chichibu – irmão de Hiroito e partidário da direita radical – poderia, nesse caso, assumir a sucessão na hipótese de abdicação[167].

Movimentos como o ruralismo, o familismo e as associações de jovens – em geral, redes sociais mantenedoras da coesão e unidade –, sob os lemas

[166] Exceto no Tribunal de Tóquio, no qual todos os papeis estavam em revisão e, por vago momento, pôde-se reconfigurar os coadjuvantes e protagonistas da arena da Segunda Guerra Mundial.
[167] SHILLONY, Ben-Ami. **Revolt in Japan**, the young Officers and the February 26, I936 Incident. Princeton: Princeton Press University, 1973, pp. 142-143.

ultranacionalistas, poderiam constituir uma base que estivesse disposta à atomização e à clonagem ofuscada do modelo europeu. Exigir que o protótipo do movimento de massa seja idêntico ao europeu invalida a conjuntura japonesa; há de se relevar para quais fins essa engrenagem foi criada e sua parte na máquina maior da economia capitalista. De acordo com Gatti:

> Um tipo de síntese entre "totalidade" – sob a qual se tornará outra – e a tradição japonesa do familismo, segundo o qual a sociedade japonesa não é outra senão um ramo de um tronco principal, aquele imperial, e do ramo colateral de uma única família.
> (GATTI, Francesco. **Il Fascsimo Giapponese**. Venezia: Cafoscarina, 1997, p. 187)

Tal estrutura conserva uma ideia de Estado absoluto privilegiando o *kokutai* como identidade motora do familismo. Para conseguir a agitação popular, o gabinete de Konoe assenta apoio, em 1937, aos reforços militares na China por um "Movimento de Mobilização Nacional Espiritual", campanha que propaga slogans nacionalistas e, lateralmente, pelo racionamento de gás e eletricidade[168].

O instrumento da imprensa, nesse período, complementou o plano ideológico fascista de controle das massas. Segundo Del Bene, a propaganda teve papel punitivo e de restrição, em que persuadia os japoneses a sustentar um modo de vida voltado ao esforço bélico e a "aguentar" um sacrifício necessário pela nação. Nenhuma resistência foi tolerada:

> O controle sobre a mídia, assim como nos fluxos de informação e na intervenção da censura, geralmente de caráter preventivo, foi exercido também através da alocação de recursos e de matéria-prima necessária ao funcionamento da indústria cultural japonesa. Nesta fase, a aliança política com a Itália fascista e a Alemanha nazista, havia correspondência de um nível de manipulação da mídia, não inferior àquele da ditadura europeia.
> (DEL BENE, Marcos. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**: rivista de storia e storiografia, 2004, p. 10)

[168] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 228.

De 1937 a 1940, houve quatro Primeiros-Ministros e cinco gabinetes. Na tentativa de estabilizar a situação, o Príncipe declara, em 1938, a "Nova Ordem Política" como forma de atender às demandas do Exército, da burocracia e dos partidos políticos, acomodando a liderança nacional e mobilizando a massa:

> Líderes do *Seiyukai* e do *Minseito*, os dois principais partidos políticos, desejavam imergir num partido forte unificado com absoluta maioria na Dieta. Seus objetivos eram resistir às pressões do exército e retomar o posto político perdido. Políticos civis radicais, membros de partidos proletários ou da direita radical, inspiravam-se em modelos fascistas europeus de organização. Suas visões de uma *Nova Ordem Política* eram parte construída de baixo para cima e se restringiam a organizações populares locais. Enquanto que líderes do exército [...] queriam um Estado que mobilizasse apoio popular para os esforços de guerra e para a criação de um *Estado nacional defensivo*. E, finalmente, os oficiais dos ministérios desejavam fortalecer seu controle sobre vilas, cidades e comunidades.
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 228)

Em resumo, cada um desejava a sua própria "Nova Ordem Política", aquela que aumentasse a sua esfera de influência e atendesse aos seus interesses. Até mesmo a esquerda possuía sua versão, como foi o caso dos comunistas Sano Manabu e Nabeyama Sachika[169]. Eles previam que o Japão pudesse rechaçar as Potências ocidentais representantes do capitalismo. Fosse a nação japonesa libertadora, pela guerra a partir da China, todas as nações asiáticas seriam alforriadas da dependência ocidental. Os outros países teriam um papel subordinado, alinhado ao ideal de emancipação que o Japão estava propagando. Contrapondo-se aos valores burgueses de independência colonial e autodeterminação nacional, Japão, Manchúria, Formosa e Coreia seriam como um único bloco, em que todos teriam direitos iguais.

Resultado da miscelânea, tendenciosa à direita no poder, foi a Associação de Assistência Imperial, uma organização nacional estabelecida em 1940 para subsidiar a base popular do gabinete de Konoe. Foi inspirada no modelo de "Estado de um só

[169] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova York: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 179.

partido". Restava saber quem tomaria a dianteira da Associação: partidos, burocratas ou militares?

> Elementos conservadores, temendo que a Associação pudesse infringir as prerrogativas imperiais, atacaram-na como sendo uma *estrutura de tipo bakufu* inconstitucional que se mantinha entre o povo e o Imperador, e os grupos de direita apontaram como um *ninho para comunistas*. No início de 1941, Konoe, já esgotado da luta por poderes políticos, cedeu a qualquer tentativa de reforma política de base e deixou que a burocracia tomasse parte na *Nova Ordem Política.*
> (DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 229)

O papel da Associação passa a ser de organização da estrutura burocrática do Estado, alargando a identificação popular com o aparelho institucional e expedindo ordens oficiais. Ao Primeiro-Ministro foram relegadas funções do Executivo e, ao mesmo tempo, os governos locais voltam a ter autonomia sobre as suas repartições. Os civis participavam de agrupamentos de várias naturezas, profissionais, por atividade de lazer ou esporte ou como membros de associações de bairro (*tonarigumi*): Associação Patriótica de Mulheres, Liga Jovem de Assistência Imperial, Associação Patriótica de Agricultores, Associação Patriótica de Escritores etc.

As associações de bairro, desde 1938, serviam de instrumento-máquina para partidos políticos, e as suas atividades se cercavam entre distribuição de cartões de racionamento, campanhas políticas e outras atividades do cotidiano dos associados. A Associação, de forma geral, regulamentava estes outros agrupamentos, que eram como ramificações daquele, e reportava-se ao corpo burocrático do gabinete como forma de controle dos civis.

Para Duus, houve uma falha em estabelecer uma estrutura totalitária, demonstrando-se a dificuldade em se emancipar da elite política[170]. Os líderes que tomaram a frente no vagaroso declínio ao militarismo não representaram rupturas radicais com aqueles que lideraram o país desde a virada do século. Eram uma coalizão da burocracia civil mais brilhante e preparada, alta hierarquia dos militares,

[170] DUUS, Peter. **The Japanese wartime empire**, 1931-1945. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 229.

partidos políticos e o empresariado, que adveio de canais regulares do recrutamento da elite e se considera como servo da nação. A violência por parte da direita radical não conseguiu removê-los, muito menos movimentos populares puderam afrouxar a política em curso. Manobrando a população por meio da figura do Imperador e se abrigando atrás do frágil manto da "união nacional", a elite enraizou-se no poder de Estado e utilizou-se do enxerto popular para operacionalizar políticas expansionistas, que levaram o país a sucumbir à guerra total.

Peter Duus acaba por desarticular o resultado; afinal, o principal intuito de todo o expansionismo, territorial com fins econômicos, era a guerra mundial, que já vinha se estabelecendo desde o primeiro conflito total de 1914 para solucionar a crise do capital.

Já Miles Fletcher considera que o fascismo no Japão pode ser expressado por esses movimentos específicos, que podem ser considerados fascistas:

> [...] o Movimento Nova Ordem (*shintaisei undo*), que a Associação de Pesquisa do *Showa* (*Showa Kenkyukai*) planejou de 1938 a 1940 e que falhou, era um movimento fascista em vários aspectos. Não foram só as reformas que este movimento defendia baseadas nas instituições da Itália fascista e da Alemanha nazista; o movimento também rejeitou explicitamente a competição e as tensões aparentes na sociedade moderna. Além disso, os objetivos do Movimento Nova Ordem - para construir um Japão economicamente forte, eliminando as tensões de industrialização - incorporaram uma contradição que parece ser uma característica saliente de todos os movimentos fascistas.
> (FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 41)

Segundo sua análise, três pensadores podem ser destacados: Royama Masamichi, Ryu Shintaro e Miki Kyoshi. Para Fletcher, estes intelectuais tinham as mesmas funções que os formadores de opinião dos regimes ocidentais. Desse modo, o primeiro deles, Royama Masamichi, inspirou-se em escritos de Alfredo Rocco e acreditava que o fascismo era uma via intermediária entre o capitalismo e o socialismo:

> "Para que o fascismo possa ser um dogma apropriado para a sociedade moderna", argumentou, "o problema real está em que métodos a nação – como um conceito orgânico e histórico – pode realmente organizar os indivíduos e todos os grupos sociais. Caso contrário, o fascismo vai acabar num restauracionismo – um nacionalismo reacionário simples" [...]
> (FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 45)

A atração à ideologia fascista estaria contemplada nos acontecimentos: o crescimento do protecionismo comercial, o crescimento do Partido Comunista na China como fator de ameaça e a identidade com a dinâmica do nacionalismo na Europa. Royama enxergava na doutrina fascista uma fonte de soluções à crise do capital, mais do que um programa a ser seguido, apesar de ter o tópico fixo quanto ao seu alicerce anticomunista.

Ryu Shintaro viu, primeiro, a ascensão do fascismo japonês como um movimento autoritário e anticapitalista. Definiu o fascismo como nacionalismo ligado ao movimento proletário japonês, enxergando nele uma força contra o *status quo* e, mesmo em 1935, duvidava de que o partido socialista pudesse estar se tornando fascista:

> O posicionamento de Ryu começou a mudar conforme observava as mudanças políticas no Japão e no exterior. Ele acreditava que o movimento socialista internacional estava mostrando sinais de enfraquecimento. O Conselho Sindical Britânico tinha rejeitado, recentemente, uma resolução para conduzir uma greve geral caso a guerra na Europa irrompesse; Ryu percebeu que esta decisão eliminou a possibilidade de uma greve geral internacional contra a guerra. Além disso, foi desencorajado por alguns eventos na União Soviética, incluindo sua entrada na Liga das Nações em 1934, o que efetivamente para ele significou um "aperto de mãos" com a América, com a França, em oposição à Alemanha, e com a meta de concentração do "socialismo em uma só nação". Como os partidos socialistas europeus pareciam reduzir suas preocupações a assuntos domésticos e em oposição ao "fascismo", Ryu observou que o ano de 1934 foi "o ano no qual o mundo, recuperado da depressão econômica, tentou mudar de rumo para uma 'depressão política'". No Japão, um acampamento de líderes socialistas com os militares acabou com as esperanças de Ryu, de que o movimento socialista iria promover a paz e o controle popular do governo. Em outubro de 1934, o Ministério do Exército publicou um panfleto intitulado *Kokubo no Hongi* to Sono Kyoka Teisha (A Essência da Defesa Nacional e Propostas para fortalecê-la). Este incitava a mobilização nacional para a prepação de guerra futura e denunciava "ideias do liberalismo, individualismo e internacionalismo, que negligenciavam a nação". O folheto atacava o sistema capitalista e apelava para uma "reconstrução básica nas finanças públicas, economia, relações internacionais, a estratégia política e educação do povo, a fim de organizar e controlar a energia potencial espiritual e física da nação imperial por uma questão de defesa nacional e para uma administração de uma maneira unificada". Os principais líderes do maior partido socialista no Japão, o Partido Social da Massa, logo endossaram o programa do Exército. Ryu observou que o panfleto e a reação causada constituíu o "sinal mais importante para prever as tendências sociais no Japão". Notou também que os líderes do Partido Social da Massa ao fazer uma aliança com os defensores do nacionalismo e do militarismo em prol de um capitalismo reformado diferiam marcadamente dos "movimentos antifascistas" dos partidos social-democratas europeus. Ryu ficou perplexo com o rumo dos acontecimentos e já não tinha certeza se essa aliança poderia levar ao controle "fascista" ou "social" do governo japonês; mas também reconheceu que uma "força social distinta estava recém-formada" no Japão.
> (FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 47)

O último destaque de Miles Fletcher é de que Miki Kiyoshi, que, na década de 1920, foi um dos principais representantes do marxismo no Japão, encargo que lhe renderia uma prisão em 1930, foi incriminado por suspeita de subversão ideológica contra o Estado. Este pensador enxergava no movimento do japonismo um

nacionalismo romântico e vulgar, mostrando que havia uma forma de fascismo no modo como adotavam o "genuíno espírito japonês" de um passado remoto de heroísmo[171]. Uma evocação a um mito (para ele, no mínimo fabricado) para criar uma genealogia com o mundo soteriológico imperial. Miki considerava a atitude do fascismo vulgar, no Japão, um modo de recalcar o emocional sobre o racional. No entanto, seu pensamento era contrário aos extremos de um parlamentarismo sob os moldes da Constituição *Meiji* ou de proteção aos direitos individuais:

> Ele acreditava que o Japão seria salvo do fascismo pelas qualidades únicas do caráter japonês, e por mudanças sociais, intelectuais e políticas. Miki pensou que o "caráter" japonês (*seikaku*) sempre foi incomparável em sua abertura a influências externas e sua adaptabilidade. O caráter japonês foi, em suas palavras, governado por "pura emoção", e constituíu uma "forma sem forma, a unidade desunida" – uma unidade em que os opostos, de repente, se tornariam harmoniosos. A cultura japonesa tem, ao longo de sua história, absorvido ideias estrangeiras, incluindo o budismo e confucionismo, e teve recentemente adotados os modelos ocidentais de governo constitucional e de desenvolvimento econômico. Miki acreditava que este espírito distintivo e singular começou a se dissipar na década de 1930. Embora reconhecendo o forte apelo dos sentimentos nacionalistas para o "emocional" japonês, Miki esperava que a longa história da cultura de ecletismo pudesse evitar que se voltasse completamente para dentro. Estava convencido de que um estímulo externo foi necessário para a vitalidade da nação e recomendou que os japoneses continuassem a adaptar ideias ocidentais, a fim de criar um "novo tipo de cultura" e de desempenhar um papel no "palco da história mundial". Neste momento, Miki não indicou a forma que esta nova cultura iria tomar. (FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 49)

Assim, cada pensador seria responsável pela elaboração de um relatório e plano. Miki, por exemplo, foi designado a emitir um relatório sobre a situação na China após a Guerra Sino-Japonesa. Nesse documento, ele deveria combinar liberalismo, comunismo e fascismo a fim de preparar uma teoria social sobre o cooperativismo, esperando, com isso, que o Japão liderasse o bloco hegemônico na Ásia. Já Ryu se comprometeria com o plano econômico na reorganização do

[171] Para outro ponto de vista sobre o japonismo a partir das artes ver: KUNYOSHI, C. **Imagens do Japão**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

capitalismo, tendo como modelo a Alemanha nazista, devendo obedecer à filosofia de Miki e, basicamente, devendo pôr em descrédito o individualismo com raízes no liberalismo em favor de uma ética cooperativista que pusesse os interesses da nação em absoluto e primeiro lugar.

Em ambos, o fator do nacionalismo arraigado se torna elemento central. Na análise de Ryu, a nova elite empreendedora emergiria, naturalmente, das grandes corporações. Em Royama – o mais radicado no tema do fascismo como forma real de sociedade –, encontrava-se o cooperativismo como inspiração para o conceito de sociedade planejada. O fascismo "de baixo" não era um fato a ser discutido, pois se percebeu que os movimentos nacionalistas japoneses eram fragmentados e faltava-lhes uma ideologia unificadora. No entanto, a força da economia capitalista era o fascismo estabelecido "por cima", comandado pelos oficiais na estrutura burguesa de Estado.

Tal força era uma potência de tipo social-progressista de economia planejada, ideal ao Japão. Royama pregava, ao invés de um fascismo totalitário, políticas de cunho fascista para reorganização de um corpo cooperativo pela construção de uma nova ordem na Ásia que propusesse uma nova unidade cultural regional. Para tanto, seria necessário que Japão e China restabelecessem suas relações internacionais contra uma dominação das potências anglo-saxãs. Um exemplo da ameaça iminente era a formação de blocos regionais cooperativos, como o avanço da Alemanha na Europa e Balcãs, tencionando sua expansão com a finalidade do reforço da cooperação. Para o analista japonês, Royama, a Alemanha, sob o nazismo, e o Japão estavam com as mesmas metas e pretendiam o restabelecimento de sua hegemonia local[172]:

[172] FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 56.

> A expansão gradual do controle de preços e de lucros poderia ganhar apoio de coalizões de trabalhadores, camponeses e intelectuais. [Royama] mantinha a confiança de que o Partido Social de Massa, embora com poucos assentos na Dieta, serviria como o representante desse grupo social e reformaria o sistema com base no funcionalismo. Elegendo novos representantes que prezariam por ocupação e não por localização geográfica.
> (FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 55)

Segundo Hobsbawm, em análise dos acontecimentos europeus, a teoria não era o ponto mais marcante para a contrarrevolução, já que eles estavam voltados a uma inadequação à razão e ao racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade[173]. A pretensa falta de programa é invocada para justificar não só os atos que fossem guiados por uma atomização do indivíduo, como também para justificar um espaço movediço que ora poderia estar no poder, materializado na imagem do Estado, ora por movimentos aparentemente populares.

Os movimentos da direita radical selecionavam tradições a ser evocadas para expelir elementos indesejáveis e convertiam-nas em teses sedutoras a setores da população, que foram atraídos pela eloquência dos formadores de opiniões nacionalistas e militarizadas. Sobre isso, Bix cita o diário do general Araki em 1931:

[173] HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 120.

> [...] as forças imperiais existem como entidades morais. Elas defendem não apenas as necessidades territoriais japonesas [literalmente "expansão espacial"], mas também o espírito empreendedor do Estado e sua natureza eterna, em que é coevo com o céu e a terra. Consequentemente, quando discutido defesa nacional, não posso concordar com aqueles que definem estreitamente o Japão num senso geográfico e em termos de cópia [com outros países] [...] Nossas forças armadas são, simultaneamente, as forças armadas do imperador e uma força nacional. Eles são, portanto [...] um grande corpo de nossa virtude nacional [...] O espírito militar japonês manifesta o espírito sagrado de sua majestade que comanda os militares japoneses. Acredito que nosso espírito expressa o coração do imperador, que o cerne do movimento das forças imperiais somente sob o comando do imperador.
> (BIX, Herbert. **Hiroito and the making of modern Japan**. New York: Harper Collins, 2000, p. 275)

Para atender a esse fim, o *kokutai* era a ferramenta perfeita para promover a união de todo o país. De certa forma, Royama admitiu que, em face do liberalismo que o Estado vivia, o que se propunha certamente resultaria em totalitarismo. Foi constante a denúncia dos valores liberais, entendidos como abertura a ideias dos estrangeiros, como maléficos ao sistema imperial:

> "Nosso país é uma nação de uma grande família" [...] "e a Casa Imperial é a liderança da família dos indivíduos e o núcleo da vida nacional" [...] [havia um esforço para se] definir e exaltar as virtudes da lealdade, patriotismo, integridade de filiação, harmonia, o espírito marcial e o *bushido*. O individualismo ocidental foi condenado como a causa principal da democracia, socialismo, comunismo e anarquismo, e foi responsabilizado "pela crise e pela confusão ideológica e social" prevalente no Japão e no Ocidente.
> (MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001, p. 280)

Acreditava-se que o antiliberalismo poderia ser a saída para os problemas econômicos e sociais. As tecnologias serviam a esse fim propagandístico, militar e de reprodução do capital. Os fascistas tiveram uma ruptura branda, disfarçada em atuação incisiva em face das estruturas conservadoras. Foi preciso preservar estruturas mais conservadoras para que houvesse arrebanhamento de um contingente que se enxergava excluído do sistema que dilacerava as crescentes massas. Mantiveram-se as bases econômicas reforçadas. A hipótese é de que houve uma mudança apenas superficial e

fingida em algumas camadas, mas a pedra angular da reprodução do capital foi cultivada. Uma mudança material, como se propunha o fascismo, não se realizou numa transformação material, em condições concretas que pudessem se desenrolar numa mudança de mentalidade. Partiu-se da mentalidade e não se efetivou a mudança profunda, aquela econômica, que tanto era esboçada.

O fascismo tinha um caráter nacionalista e, pretensamente, invocava o socialismo, reportando-se vacilantemente como uma versão flexível aos ditames capitalistas. O fator nacionalista de ferramenta útil passa a ser empecilho à expansão do capital. O ingrediente que serviu num momento específico agora é rejeitado. A contradição produzida pelo próprio sistema recicla e reserva o nacionalismo num lugar mínimo, como se fosse uma ironia.

Portanto, aproximar os fascismos simplesmente ao terror é considerá-los como uma peça tosca e inábil, subestimando o potencial de seu reaparecimento e reforçando um discurso irônico da impossibilidade do ressurgimento em outras condições geográficas ou temporais. O desconhecimento ou a consideração de que a categoria teria sido ultrapassada faz com que um mesmo fenômeno seja considerado um acontecimento ocasional e irracional, apresentando-se, por fim, como uma resposta milagrosa ao movimento circular do capital, que agora mostrava sua face mais ácida.

A eclosão do fascismo deve ser afrontada a partir de sua lógica dentro do sistema. Suas engrenagens podem ser reutilizadas caso o engenho da reprodução do capital seja ameaçado. O fascismo, como produto-reação agressiva, é invocado nas piores crises que o próprio capitalismo produz. Ou seja, é preciso que ele se replique e que sempre pareça algo totalmente inédito, motivo pelo qual produz seu próprio esquecimento. A dinâmica continua a mesma, porém sua face transmuta de acordo com as condições concretas de cada tempo e espaço. O surgimento, a decantação e o ritmo do fenômeno devem ser entendidos em cada individualidade, sem que se perca o horizonte universal do sistema capitalista. Em seu período de maturação, o fascismo declarou diretamente a reação contra uma revolução que representava perigo para sua existência, e, portanto, é preciso ter-se uma marcação de maior ou igual força capaz de neutralizar ou derrotar por completo o inimigo. A brutalidade e o terror, tão ressaltados por muitos estudiosos da violência, são incapazes de superar a experiência do período em questão.

O movimento da Nova Ordem tinha a finalidade de estabelecer a ordem doméstica antes da criação do bloco asiático. Seria estritamente necessário que a ética econômica fosse modificada para que houvesse a separação do capital privado e da organização industrial, de maneira que uma estrutura econômica baseada em cartéis deveria ser a decorrência ideal.

A burocracia teria um papel preponderante nas políticas nacionais, enquanto a Dieta deveria ter uma função de propagandista e de criticismo construtivo ao corpo cooperativo. Grupos ou associações teriam relações próximas ao gabinete burocrático e deveriam monitorar cada nível das políticas econômicas, substituindo, gradativamente, os partidos.

Esse era o plano de Estado japonês fascista, a partir da Nova Ordem, em que o Estado corporativista estaria englobado. Tal estrutura estatal traria consigo a mobilização das massas num drama público voltado, fundamentalmente, à contrarrevolução.

Retoricamente, trazia consigo um discurso vitimizador e unificador das massas perante a sociedade capitalista, abatendo a democracia em nome dela mesma e apelando a uma oratória de igualitarismo aos menos favorecidos na sociedade, em vez da afirmação de um ressentimento quanto aos ricos e contra a ordem econômica estabelecida[174].

O fenômeno, que, declaradamente, era de natureza europeia, acaba por ser deflagrado no Japão dos anos de 1920 por esses intelectuais, os quais acreditavam que as ideias fascistas tinham interesses supranacionais de colaboração, que estavam acima das classes sociais.

Miki identificou nas rebeliões de jovens oficiais uma evidência de que o fascismo se desenvolvia em matéria de nacionalismo. Royama acreditava que o sindicalismo (reformador das instituições capitalistas) seria essencial para aproximar a categoria fascista e a experiência japonesa, ou seja, um movimento pela restauração do passado não seria suficiente para tratar o caso como similar aos italianos e alemães.

---

[174] BEASLEY, W. G. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova York: Claredon Press, Oxford University Press, 1987, p. 179; HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

Ryu enfocou nos movimentos socialistas como condição *sine qua non* nas tendências fascistas, identificou as ascensões do partido nacional-socialista, a exaltação das metas do Exército para mobilização econômica pelo Partido Social de Massa como sintomas do desenvolvimento político. Em nome da defesa nacional, essa dinâmica logo protestaria por mudanças no sistema capitalista interno. Era necessário que houvesse reformas básicas na vida cotidiana, de forma holística, partindo das mentalidades e passando pela política e pela economia[175].

Como já citado anteriormente, Kita Ikki participou também da formação de uma ideologia que era uma revisão nacionalista do socialismo e obteve muito sucesso entre as baixas patentes militares e grande parte do proletariado. O plano de Kita atendia também ao processo de expansão sustentado pela economia toda, voltada ao belicismo e movida pelo ideal do pan-asiatismo:

[175] FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **Journal of Asian Studies**, Vol. XXXIX, N. 1, November 1979, p. 50.

> Para que a nova ordem política encontrasse uma ampla sustentação popular, Kita previa um conjunto de medidas que constituía a vertente socialista do seu programa. As maiores fortunas seriam confiscadas e seriam nacionalizados os maiores bancos e as maiores empresas industriais. As propriedades fundiárias acima de certo montante, aliás bastante elevado, seriam igualmente apreendidas e a família imperial renunciaria ao seu vasto conjunto de terras, sendo todos esses repartidos entre os agricultores pobres. Além disso, Kita propunha a distribuição aos assalariados do setor privado de metade dos lucros líquidos das empresas, proporcionalmente ao montante da remuneração de cada um, e a concessão de um bônus semestral aos empregados do setor nacionalizado. Na indústria seria estabelecida uma jornada de trabalho de oito horas, proibindo o trabalho infantil e regulamentando o trabalho feminino, e na agricultura seriam tomadas medidas para proteger os pequenos camponeses que cultivavam terras arrendadas. Como este conjunto de reformas não punha em causa a propriedade privada e apenas lesava o reduzido número de grandes grupos empresariais, era natural que, além de suscitar simpatias entre os trabalhadores, obtivesse apoio de pequenos e médios capitalistas. Ao mesmo tempo, Kita pretendia aumentar a intervenção do Estado na vida econômica e sugeria a criação de vários ministérios destinados a regulamentar a produção e as relações de trabalho, a gerir as empresas e as terras agrícolas nacionalizadas e a organizar e planificar o conjunto da atividade produtiva.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, p. 127)

Em realidade, os planos de Kita Ikki somente procederam após a sua eliminação física. Seu aparato ideológico se fixou junto ao projeto político de Konoe. Os trabalhadores foram mobilizados para seu próprio esgotamento numa revolta capitalista cujo escopo era estabelecer a ordem numa nova interface com o mesmo sistema. O fascismo japonês convulsionou as massas para contestar o capital. Em seguida, consumiu a classe trabalhadora, iludida pelo sentimento de ódio aos ricos, para inserir uma ideologia de segregação entre categorias de trabalhadores e de desconcerto com o processo histórico. Essa massa construída foi reduzida ao seu caráter reivindicatório mais raso, aquele por maiores salários, negligenciando a contestação revolucionária inicial de mudança estrutural.

O fascismo servia ao empresariado, pois justificava o "princípio da liderança" em administrar a força de trabalho[176]. Essa destruição, prevista no movimento do capital, socorreu a economia da crise econômica de 1929.

Em termos de movimento histórico-mundial, era preciso que houvesse um progresso do imperialismo e que o Japão fosse um dos principais jogadores no cenário mundial. Quanto mais a revolução toma um caráter internacional, tanto mais a onda fascista é forçada a se organizar em escala mundial. No caso do Japão, foram reordenadas a sociedade, a economia e a política, que continham traços impeditivos ao fluxo do capital, sob a inspiração de uma ideia de revolução social bolchevique que poderia se instalar a qualquer instante. Um considerável aparelho propagandístico foi montado para que essa ideia de "perigo vermelho" vingasse.

A comunicação de massa foi desenvolvida sob o manto do terrorismo para mobilizar os seus sentimentos pela negação, isto é, contra a revolução, sem planos que fugissem desse alvo. A propaganda fascista pretende atingir todos os níveis da sociedade; contudo, acaba por se dirigir, inevitavelmente, contra certa classe[177].

A fascistização do Estado no Japão se entrelaçou com a militarização do país. A via pelo partido único foi o primeiro passo à realização da tese de Kita Ikki. A revolta que daria luz à ordem (do Incidente de 1936) havia falhado politicamente, acabando por se realizar, na prática, pelas mãos dos conservadores. Os elementos considerados harmonizadores foram logo tidos como desarmonizadores – e, portanto, eliminados –, mas o seu projeto de Estado continuou pelas mãos de seus opositores abrandados, que não tinham coragem de levar a cabo o plano sem uma justificativa acovardada.

Os conspiradores do golpe de 1936 aceleraram o processo de fascistização em curso, porém foram excluídos do palco quando os holofotes se voltaram a eles.

---

[176] Sobre a experiência europeia em Hobsbawm, concordamos com a sua análise por aproximação dos casos (cf. HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 132).
[177] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, p. 176.

O xintoísmo de Estado e os programas escolares difundiram largamente os preceitos para organização do Estado fascista sob o disfarce da crença na origem divina do imperador e no destino manifesto desse povo:

> Todas as iniciativas práticas de reorganização social levadas a cabo pelo fascismo japonês iniciaram-se após a liquidação da ala radical e ocorreram sob a égide das duas grandes instituições conservadoras, articuladas num imperador ao mesmo tempo guerreiro e sagrado. Só a partir de 1943, à medida que as dificuldades crescentes nas operações de guerra comprometeram o prestígio dos continuadores da facção Controle, é que começaram a ascender defensores da Via Imperial e se fizeram de novo ouvir as associações patrióticas civis de extrema-direita. O destino paradoxal do fascismo radical nipônico levou-o a recobrar o alento quando era arrastado, junto com tudo o mais, para a catástrofe geral. Nada poderia ilustrar melhor a sua impotência.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003, pp. 135-136)

A reprodução da lógica do capital fez com que a fórmula do fascismo fosse superada, apesar de ser fruto de seu próprio ventre. Implodiu a própria prática para que pudesse continuar em seus trilhos econômicos. O rompimento desejado no período não poderia estar consoante com a lógica do capital, como foram o caso japonês e os casos particulares do fascismo. De outra forma, o fenômeno é singular em sua formulação estrutural, pois, naquele contexto-limite da ordem econômica, a ameaça vermelha precisava ser exterminada. Não se trata de ruptura com as estruturas do fascismo, mas de abater as próprias estruturas do capital. A efígie "fascismo" é tão repulsiva, pois mostra o reflexo mais nu e cru do sistema. Sua afirmação é, portanto, sua negação encoberta e que impulsiona a repugnância para haver a possibilidade de acobertar a sua própria natureza.

O fascismo obteve sucesso em trabalhar para o desenvolvimento da economia industrial a fim de manter o mesmo sistema. Foi pela crise do capital que o fascismo pôde se expressar. Apontou holofotes para periferias políticas que nunca poderiam aparecer caso o modelo econômico liberal estivesse em plenitude. O fascismo aparece como alternativa à crise do modelo liberal.

Há a evidência de que a geografia do Japão, segundo seu posicionamento estratégico na Ásia, traria uma projeção no tabuleiro econômico mundial. Essa evidência complementa-se pelos interesses, principalmente ingleses, no desenvolvimento de esferas de influências no Extremo Oriente, o que incluía o Japão em seus planos. A política expansionista militarizada não era exclusividade de países europeus. O imperialismo se adaptou a cada caso particular, como uma onda global tendenciosa: "Era, portanto, natural que Estados ou movimentos do tipo apropriado fossem atraídos e influenciados pelo fascismo, buscassem apoio da Alemanha e Itália e – em vista da expansão desses países – muitas vezes o recebessem". (HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 133)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O FASCISMO JAPONÊS

Explicações sobre o fascismo que possuem um caráter mais geral e teórico foram construídas desde a década de 1940, a exemplo das já expostas, por exemplo, por Palmiro Togliatti (1935)[178], Hannah Arendt (1951)[179] e Friedrich e Brzezinski (1956)[180], que visualizam o evento fascista como supranacional, com características análogas e fatores homogêneos entre os diferentes países.

Criticando o conceito de totalitarismo em Hannah Arendt, João Bernardo[181] julga que trouxe contribuições pouco frutíferas ao estudo histórico comparativo, partindo de um pressuposto ontológico instável que teoriza sobre uma essência criminalizante do fato social. Segundo o português, a necessidade surgiu ao negar a relação entre as democracias parlamentares e as raízes ideológicas do fascismo e, por consequência, sua ascensão prática. Para suprir a categoria de fascismo, para estes teóricos, haveria a diferenciação entre categorias como autoritarismo e totalitarismo:

> Os políticos e os teóricos da política liberal toleram os regimes designados como autoritários, considerando que eles levaram a extremos talvez inconvenientes, embora legítimos, os valores da ordem e do respeito pela hierarquia inerentes ao liberalismo; mas recusam o direito de existência aos regimes ditos totalitários, uma categoria em que reúnem o fascismo com o comunismo soviético. (BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003, p. 197)

Portanto, a categoria de fascismo estaria reservada para as experiências

---

[178] "[...] o movimento de massas não é o mesmo em todos os países. A ditadura tampouco é a mesma em todos os países. Por isso devo adverti-los contra um erro fácil de ser cometido. Não devemos crer que o que é verdadeiro para a Itália deva ser verdadeiro, deva convir para outros países. O fascismo pode ter formas diversas em diversos países. Mesmo as massas de vários países possuem formas de organização diferentes. E deve-se também levar em conta o período de que se fala. Em tempos diferentes, num mesmo país, o fascismo assume aspectos diferentes. Devemos então fixar dois elementos. Já vimos a definição do fascismo mais completa: 'o fascismo é uma ditadura aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro'" (Cf. TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 2).

[179] ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[180] FRIEDRICH, Carl; BRZEZINSKI, Zbigniew. **Totalitarian Dictatorship and Autocracy**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

[181] BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003.

italiana e alemã somente, enquanto os outros fenômenos seriam categorizados, de forma geral, como autoritários, relegando desse modo um espaço não-político à categoria. Em sua obra *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt apresenta seu principal argumento assumindo a população como permanentemente passiva aos acontecimentos políticos dirigidos por uma elite, desconsiderando que:

> [...] podemos detectar na população comum regimes totalitários, não a dissolução dos elos sociais, mas uma reorganização das redes de relacionamento a níveis muito profundos. Isto deve-se ao fato de a classe trabalhadora, mesmo que tenha perdido consciência da sua existência no plano sociológico e que estejam destruídas as suas formas mais visíveis de organização, continuar a existir no plano determinante das relações de exploração.
> (BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003, p. 198)

Por outro lado, leituras mais individualizantes, cujos representantes mais relevantes partem da premissa da análise de cada caso nacional (e.g. Renzo De Felice e George L. Mosse[182]), eclipsando comparações a outras experiências análogas daquele período. A chave para essas interpretações parte tanto de um mecanismo do consenso no regime e no movimento fascista, quanto de uma ritualização de cada um dos eventos. Nesse sentido, a diferenciação entre: regime e movimento; autoritarismo, fascismo e nacional-socialismo: "Não existe o 'fascismo'. Existem o movimento, o partido, o regime. Existem os militantes, os companheiros de estrada, os simpatizantes. Existe, acima de tudo, Mussolini, ou seja, um homem que trouxe consigo, em todas as suas encarnações, a bagagem das experiências precedentes". (ROMANO apud DE FELICE. **Fascismo**. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998, p. 8)

Um dos pontos fundamentais para esse tipo de explicação seria pela categoria de "massa", que permitiria a diferenciação dos graus dos vários países. A partir dessa via toma-se um "mínimo denominador comum" para diferenciar cada regime no interior de cada país:

[182] DE FELICE, Renzo. **Fascismo**. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998; MOSSE, George L. **La nazione, le masse e la "nuova politica"**. Roma: Di Renzo editore, 1999.

> O fascismo se teria realizado em países com um rápido e intenso processo de mobilidade social vertical, onde predominava (ou onde permaneceram fortes resíduos de) uma economia agrário-latifundiária; onde houve uma grave crise econômica, um processo confuso de transformação dos valores morais tradicionais, uma crise de crescimento ou instabilidade (sensibilidade) do sistema parlamentar que pusesse em causa a própria legitimidade e acreditava na ideia da falta de alternativas viáveis para o governo; onde, enfim, a guerra não havia resolvido ou provocado problemas ou tensões nacionais ou o surgimento de tendências revisionistas sobre a organização europeia estabelecida pelos tratados do pós-guerra. Quanto às formas de poder, o fascismo teria sido instituído através de uma visão mística da via e da política fundada sob o primado do ativismo irracional e sob o desprezo do indivíduo que se opunham à comunidade nacional e à personalidade excepcional; através de um regime político de massas com base em um único partido, a milícia do partido, a polícia, o controle de informação e da propaganda; através de um revolucionarismo verbal e um conservadorismo substancial; através da criação de uma nova classe dirigente do partido e, através dele, da pequena e média burguesia; através da valorização dos militares; através de um regime econômico privatístico, mas com uma forte tendência à expansão do setor público, à autarquia e da assunção pelo Estado das funções de controle da política econômica e de mediação nas controvérsias do trabalho.
> (PERFETTI apud DE FELICE. **Fascismo**. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998, pp. 20-21)

Há ainda autores, como Ito Takashi[183] e Emilio Gentile[184], que consideram o uso do termo "fascismo" indiferente para a classificação da experiência japonesa ou mesmo para a experiência ocidental, levando em conta que a terminologia é fator de comparação débil e sua conceitualização traria contribuições mais a um debate comprometido com interesses políticos e ideológicos e menos com os fatos históricos. Junto a esses autores estariam os que, como Kentaro Hayashi, desaprovam o uso, complementando a argumentação de que, em termos de políticas e instituições específicas, não houve similaridades com o nazismo alemão ou o fascismo italiano; não houve um partido de massa único análogo ao partido nazista alemão; não houve tomada de poder por um ditador; e nenhuma ideologia se tornou dominante. E ainda há o argumento, mais comumente defendido pelos especialistas ocidentais, sobre o

[183] Cf. FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 39, n. (Nov., 1979), pp. 39-63.
[184] GENTILE, Emilio. Fascism in Italian Historiography: in search of an individual historical identity. In: **Journal of Contemporary History**, vol. 21, n. 2, 1986, pp. 179-208.

envolvimento dos militares no governo como fonte do problema japonês, caracterizando uma experiência meramente militarista sem precedentes com o Ocidente.

Essas leituras fragmentadoras do foco aprofundado no estudo aqui proposto foram importantes espaços apreendidos, isto é, examinou-se o indício (e debates envolvidos) da existência de uma continuidade mórbida na historiografia japonesa, propondo que não houvesse qualquer mudança na estrutura política e social desde o início do século XX[185].

Norberto Bobbio[186] concorda com uma sistematização do sistema autoritário de dominação após ponderar as várias direções teóricas que o estudo do fascismo pode apontar, sendo marcado:

> [...] pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.
> (SACCOMANI apud BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 1998, p. 466)

Apesar de válido o esforço para delimitar as estruturas do fascismo (como regime, como movimento, massa etc.), tal conjunto de elucidações pouco explica a dinâmica, natureza e interesses envolvidos na trama política das décadas de 1920 a

---

[185] Cf. FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 39, n. (Nov., 1979).
[186] BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

1940. Desprovidas de um aporte teórico-metodológico bem consolidado, o potencial dessas análises fica comprometido.

A partir da década de 1920, há um esforço pelo entendimento dos crescentes movimentos fascistas e, posteriormente, pela análise do regime. A análise feita pela III Internacional, ao fazer resistência aos movimentos fascistas, justapõe algumas características do fascismo como expressão de uma crise estrutural profunda do capitalismo moderno, resultante do movimento do capital monopolista e que tende a organizar a vida social sob a fôrma totalitária; assim, afirma-se ser a pequena burguesia ou a classe média a base social do movimento de massas[187].

Em geral, a denominação adotada para o regime japonês é dada por analogia ao fascismo europeu e é atribuída, acima de tudo, à paridade temporal e de condução dos fatos em face do Estado Moderno e do processo de modernização econômico-social. A modernização do aparato estatal de 1868, também conhecida como Restauração *Meiji*, permitiu a conservação das relações tradicionais da sociedade, principalmente nas relações camponesas, que conservam vestígios até os dias atuais. A crise de 1929 impeliu ao fechamento dos mercados, impulsionando o imperialismo e configurando o início da hegemonia japonesa na Ásia[188].

No plano interno, militares e burocratas substituíam o governo estabelecido no período *Tokugawa*, também conhecido como o período do xogunato, e ganhavam espaço aplicando uma série de medidas que se previam emergenciais para o caso de guerra. As ações com tendências consideradas fascistas no Japão apresentavam características específicas, uma cultura política própria, sendo acomodadas pela sociedade japonesa como uma continuação da restauração em andamento[189].

Segundo W. G. Beasley[190], a própria Constituição *Meiji* e várias decisões tomadas a partir dela conteriam a natureza da monarquia e teriam duas características principais: a) um caráter europeu de modernização, ressaltando a força do poder executivo em contraposição a um poder legislativo enfraquecido; e b) a referência ao

---

[187] BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 147.

[188] BEASLEY, W. G. **Modern Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989; BIX, Herbert. **Hiroito and the making of modern Japan**. New York: Harper Collins, 2000; MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963.

[189] BEASLEY, W. G. **Modern Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989.

[190] BEASLEY, W. G. Introduction. In: KAWAHARA, Toshiaki. **Hiroito and His Times**. Tokyo & New York: Kodansha International.

imperador como divindade, descendente direto da deusa Amaterasu (deusa Sol), que formularia o teor de legitimidade da Constituição como presente divino na Terra ao seu povo:

> Os partidos políticos, traduzindo em grande parte os interesses do comércio e das empresas, estavam crescendo em influência na década de 1920, mas na medida em que procuraram levar a reforma institucional, o seu objeto de ataque foi a burocracia, ao invés da monarquia. No entanto, tudo mudou após 1930. Aqueles que competiam pelo poder, posteriormente – ou seja, os militares e os nacionalistas que os apoiaram – conceberam uma estrutura política "purificada", baseada numa relação mais direta entre o imperador e seu povo, no qual o parlamento, os industriais e os liberais de qualquer tipo seriam postos de lado. O resultado foi trazer a monarquia, inevitavelmente, à frente da política. Não se supunha que o próprio imperador pudesse fazer nada muito diferente do que sempre fizera. No entanto, haveria novos grupos falando em seu nome, novas políticas a serem ratificadas sob sua autoridade e uma nova interpretação da Constituição a ser imposta a seus súditos. Isto implicava que, se o imperador e seus conselheiros imediatos se agarrassem à sabedoria concebida pela natureza da Constituição Meiji, eles seriam susceptíveis a provocar a confrontação interna. [Entretanto,] Eles se mostraram indispostos a isto.
> (BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1990, pp. 10-11)

Uma das proposições instigantes à investigação é a hipótese de um litígio entre Ocidente e Oriente sobre o conceito de fascismo na historiografia de Willensky, que gerou controvérsias:

> Durante todo esse período o governo japonês utilizou-se em larga medida do serviço ao Estado e a lealdade ao ideal do *Kodo*[191] para condicionar e moldar a população num tipo de servidão motivada, o mesmo que Mussolini em seu *Fasci di Combattimento* esteve construindo na Itália fascista. Membros da direita japonesa, os militares e o governo podem ter negado veemente que eram fascistas mas isso não muda, de forma alguma, as realidades políticas do que o pré-guerra se tornou até o início dos anos 40 – um Estado fascista.
> (WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005, p. 77)

[191] "*Kodo* quer dizer literalmente 'pelo caminho do Imperador' ou pelo Império, foi um movimento popular no Japão durante a Era Showa [1926-1989] que teve sua origem na filosofia chinesa de *Wun Tao*, o caminho majestoso, em que se pregavam os benefícios de ser conduzido – teoricamente – ao puro e ao caminho iluminado do Rei" (WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº1, Winter 2005, p. 77).

Marcus Willensky[192] prossegue com a explicação de que as interpretações atuais têm sido condicionadas pela dinâmica da história e esse movimento regula, por exemplo, a consideração ou negação do Japão como Estado fascista. No entanto, o crítico deixa de analisar as estruturas próprias do Estado japonês num esforço de explicar a história do conceito no Japão, dissipando a potência que a análise da experiência em si traria.

Proposição contrária à anterior é a de que só há possibilidade de utilização do termo "fascismo" para uma experiência ocidental considerando que o termo foi cunhado na especificidade histórica da Itália. E, portanto, só há como empregar o termo a todo regime que apresentar proximidade ao modelo italiano ou, ousadamente, do Ocidente, como já explicitado acima[193]. Desvinculando-se de apontar o desenvolvimento do fascismo e apressadamente excluindo o panorama político internacional.

Diante desse quadro, o caso japonês foi tratado como forma de assentar a categoria de fascismo, em contraposição ao alargamento que vem sofrendo com teorias demasiado singularizantes e que prezam pela contingência na história. Da mesma forma, pretendeu-se delimitar as fronteiras de propostas com alto grau de generalidade.

Esta análise do caso japonês teve a finalidade de compor um painel que, por muitas vezes, alimentou um debate implicado em classificar, dicotomicamente, os componentes que podem ou não formar parte deles mesmos, excluindo as particularidades de cada situação nacional, que mal se encaixavam em dada abordagem, privilegiando paradigmas desarticulados de condições econômicas decisivas às ações políticas e sociais.

---

[192] WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005.

[193] "Em primeiro lugar, que – para além do que acabo de dizer – nos singulares fascismos as particularidades nacionais, e em primeiro lugar o grau de nacionalização das massas [...] foram cruciais em todos os níveis, tornando impossível, seja para os partidos e os movimentos seja para os regimes, um tipo de discurso absolutamente uniforme. Em segundo lugar, as raízes históricas do fascismo não podem ser buscadas apenas na tradição política e cultural da direita, mas, ao contrário, são encontradas muitas vezes num certo radicalismo de esquerda com origem na Revolução Francesa. O que marca ulteriormente (e antes) as profundas diferenças que fazem dos regimes fascistas de massa uma realidade muito diferente dos regimes autoritários e conservadores tradicionais e do fascismo um 'novo estilo de política' que – como demonstrou G. L. Mosse para o nacionalsocialismo, mas o discurso está também referindo a diferença entre os dois regimes – caso ele se servisse de uma tradição precedente, colocavam-se objetivos inteiramente novos: transformar a multidão em massas organizadas, em movimento político com características de religião laica" (DE FELICE, Renzo. **Fascismo**. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998, p. 92).

Em concordância com Gatti[194], uma compreensão da história do Japão há de ser feita a partir da experiência em si e não da desnaturação da categoria de fascismo. Esperou-se que essa operação tenha acrescentado algo aos estudos sobre a historiografia japonesa, apontando a tese do fascismo em seus pontos nevrálgicos, quer seja como dilatação da análise dos problemas teóricos, quer seja como estudo de suas especificidades, sem que se perca a percepção conjuntural do período.

Contrariando a visão de que houvesse a possibilidade de um "fascismo de base/baixo", Edwin O. Reischauer[195] reivindica que a presença de um "movimento ultranacionalista organizado" completa sua leitura sobre o evento como uma ditadura militar com tendência totalitária. A inexistência de um regime fascista é afirmada por um militarismo sustentado por relativo nível de atraso econômico em sua modernização. E aponta movediçamente que, somente com um extremo nível de abstração, é possível afirmar que houve um modelo fascista de transição política.

Corroborando essa tese, John Whitney Hall[196] afirma que, em 1941, era impossível haver um Estado fascista ou totalitário e recorre à branda definição de "Estado defensivo", caracterizado por uma ideologia ultranacionalista e de sustentação da continuidade da estrutura constitucional do *Meiji*, sendo os únicos elementos novos dos anos 1930 o militarismo e o conceito de socialismo de Estado. Tratando o problema somente a partir de padrões de comparação, sem se deter na conjuntura econômica que cerceava todo o período em escala mundial, reservando o objeto apenas aos limites da Ásia:

---

[194] GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 8.
[195] Cf. REISCHAUER, Edwin O. **Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1990.
[196] Cf. HALL, John W. **El Imperio Japonés**. Volumen 20. México, Argentina, España: Historia Universal Siglo Veintiuno, 1973.

> Descrever o Japão como fascista ou totalitário em 1941, como alguns autores têm feito, é, realmente, excessivo. A última etapa da reorganização do Japão sob as pressões militar e ultranacionalista deu origem a condições totalmente distintas das que caracterizavam as da Alemanha nazista ou as da Itália fascista. A chamada "Nova Estrutura" no Japão não dependia de um Hitler ou de um Mussolini. Em 1941 o Japão estava mais próximo do que os próprios japoneses chamavam de um "Estado defensivo" ou um "Estado de consenso", no qual toda nação se dirigia por objetivos coletivistas com propósitos defensivos, orientando-se ideologicamente ao seu interior, aos seus dogmas tradicionais e seus mitos históricos, a fim de alcançar um consenso total. No Estado defensivo japonês, a estrutura política centrada no imperador, própria da Constituição Meiji, permanecia intacta para proteger os interesses criados pelas minorias dominantes. Os elementos novos introduzidos no cenário político foram o militarismo e o conceito de socialismo de Estado.
> (HALL, John W. **El Imperio Japonés**. Volumen 20. México, Argentina, España: Historia Universal Siglo Veintiuno, 1973, p. 301)

Hall atribui a introdução da ideia de socialismo de Estado ao pensamento da direita. Como artifício metodológico, Hall faz uso do termo "militarismo", esquivando-se do estudo do fascismo como categoria histórica. O recurso ao termo "militarismo" acaba por negar a natureza das relações econômicas e sociais, além de ser metodológica e teoricamente difuso, afirma Gatti[197].

Já Peter Duus[198], em sua obra sobre o Japão Moderno, está de acordo com o conceito de totalitarismo e afirma ser o conceito de Estado defensivo apenas artifício de justificação para abalizar a guerra total. Embora sua argumentação negue a utilização do conceito de fascismo, sua demonstração de formação e movimentos de base, figura de chefe de Estado, doutrinação ideológica (por partidos, religião, associações e agrupamentos) e militarização da sociedade civil contêm todas as evidências para tratar o caso japonês como um Estado fascista: "A engenharia de uma estrutura totalitária *de cima* foi em parte uma resposta às necessidades militares por um *Estado nacional defensivo* e, por outra parte, resposta à instabilidade que sondava a liderança nacional frente à unanimidade pública por trás dos esforços de guerra". (DUUS, Peter. **Modern Japan**. Boston: Houghton, 1998, p. 228)

---

[197] GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983.
[198] DUUS, Peter. **Modern Japan**. Boston: Houghton, 1998.

Outra proposição válida, porém cercada do caráter personalista dos fatos históricos, é de Toshiaki Kawahara[199], que visualiza a experiência do regime japonês dos anos das Grandes Guerras Mundiais como um fenômeno marcado por movimentos militaristas considerados externos ao mundo político, fundamentando-se sobre a representação do imperador na sociedade. Isto é, o fenômeno denominado anteriormente por fascista, nacionalista ou, ainda, militarista é considerado, no âmbito do Poder Executivo, agitação momentânea e de caráter externo ao governo e, portanto, de pouco interesse à sociedade. Ausentando-se de explicar o imperialismo japonês e os movimentos fascistas, que considera como acontecimentos improcedentes à natureza do Estado japonês, trata, ao mesmo tempo, as experiências ligadas ao Estado amalgamadas ao poder do imperador japonês, neste caso o imperador Hiroito. A obra de postura biográfica sobre o imperador *Showa*, contrariamente, contém introdução com proposição mais incisiva de W. G. Beasley[200], na qual pretende ampliar tal hipótese apontando alguns aspectos que sugeririam o uso do termo "fascismo" para o evento japonês:

> Embora possa ter sido um momento no passado distante, quando os imperadores japoneses governavam, bem como reinavam, por mil anos ou mais antes do século XIX eles não fizeram mais do que presidir um governo que era abertamente controlado por aristocratas ou senhores feudais. Então – como as questões são vistas pela maioria dos historiadores japoneses, embora não as de políticos conservadores – durante o reinado do avô de Hiroito, o imperador Meiji, que durou de 1868 a 1912, o monarca tornou-se parte de um sistema de governo que foi absolutista e burocrático. Isto não só subordinou liberdades populares e o bem-estar do povo às necessidades de um programa acelerado de modernização, projetada para tornar o Japão internacionalmente forte, como também abriu o caminho para o militarismo e para o fascismo, em que é possível colocar a culpa no imperialismo e na agressividade japonesa do século XIX. Em outras palavras, o "sistema do imperador", como é chamado, é considerado o centro dos males do Japão pré-guerra. Apesar de Hiroito não ter partilhado na elaboração, ele foi o irrevogável representante e defensor. Por esta razão, ele é a causa de sua culpa.
> (BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1990, pp. 8-9)

[199] KAWAHARA, Toshiaki. **Hiroito and His Times**: a Japanese Perspective. Tokyo & New York: Kodansha International, 1990.
[200] BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1990.

As explicações prescritas pela historiografia hegemônica gestada a partir dos anos 1950 restringem-se, timidamente, aos particularismos, entravando o potencial de complexidade do debate sobre o caso japonês[201]. É importante ter em vista que a segmentação acentuada de tais estudos era uma forma de evitar uma reflexão mais complexa, sustentando o argumento do fascismo como *malatia morale*; tal leitura é mais recorrente entre os especialistas centrados nas investigações culturais sobre o Japão e naqueles que inserem o fascismo como um resultado desconexo ao desenvolvimento do capitalismo.

Interpretação adversa é a de Barrington Moore Jr.[202], que trata o assunto sob a ótica da teoria da modernização e defende a ideia de um regime fascista no Japão:

> A adaptabilidade das instituições políticas e sociais japonesas aos princípios capitalistas permitiu ao Japão evitar os custos de entrada revolucionária no palco da história moderna. Em parte por ter escapado a esses horrores, o Japão acabou por sucumbir ao fascismo e à derrota. O mesmo sucedeu à Alemanha, por motivos muito semelhantes.
> (MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 310)

Moore Jr. indica a ocorrência regular de representações que levam em consideração o contingente "exótico" na análise da história japonesa, principalmente por parte de pensadores do Ocidente, e observa que a representação pré-moderna do Japão é analisada de forma a tornar, por exemplo, os laços feudais japoneses como mais primitivos e menos objetivos do que as categorias correspondentes para os europeus, como forma de se ausentar a um exame mais minucioso[203].

Francesco Gatti, propondo uma explicação diferente e mais complexa para a compreensão da vida política do Estado japonês, valoriza o papel histórico e o

---

[201] Sobre a recusa em utilizar o termo e particularizar cada experiência isso se deve, segundo João Bernardo, ao seguinte: "A função ideológica do par de conceitos, totalitarismo e autoritarismo, não consiste em desvendar a realidade do fascismo, mas em iludir as responsabilidades da democracia. Por isso mesmo estes conceitos foram usados para conceber, ou mais exatamente para justificar, a política ocidental ao longo da guerra fria, quando as democracias se aliavam a regimes como autoritários para combater regimes definidos como totalitários" (BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003, p. 201).

[202] MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

[203] Cf. MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 234.

posicionamento da burocracia na sociedade. O debate sobre as relações de classe e forma de governo do sistema imperial e, em particular, sobre a aplicação da categoria de fascismo no Japão na década de 1930 assume, no interior da historiografia sobre o Japão, um tom de uma polêmica acirrada em decorrência da Guerra do Pacífico, como já citado anteriormente. Ao mesmo tempo que a história do Japão é dirigida por um negacionismo do passado ou absolvição deste por meio do Tribunal Militar Internacional do Extremo Oriente[204], formam-se releituras que, ao fim da Segunda Guerra Mundial, configuravam com nitidez uma estratégia anticomunista na Ásia[205].

Outra sistematização teórica, operada por Masao Maruyama[206], caracterizada pela diferenciação entre nacionalismo e ultranacionalismo, trouxe contribuições importantes à teoria do fascismo no Japão. Maruyama concentra-se em compor uma caracterização ao regime japonês, razão pela qual fez uma série de demonstrações sobre o fascismo como movimento e como sistema, diferenciando suas vertentes "de cima" e "de baixo" como instrumento de análise teórica. Ressalta, porém, que essa distinção é apenas para efeito de exame e que, na prática, esses fatores estariam imiscuídos na realidade vivida, ao contrário de estarem claramente dispostos e delineados, avaliando a contrarrevolução fascista como uma pseudorevolução. A caracterização "de cima" e "de baixo" parte do pressuposto de que o movimento fascista poderia ter sido uma revolução social. No entanto, Maruyama entende que o motor do fascismo seja essencialmente contrarevolucionário (seu fim não é o de subverter a ordem estabelecida, mas de ser a oposição radical e direta ao campo revolucionário), não importando tanto se para isso tenha que haver o fechamento ou não das instituições de poder, desde que atenda aos interesses de desenvolvimento da organização contrarevolucionária[207]:

---

[204] Também conhecido como Tribunal de Tóquio (1946-1948).

[205] Cf. IENAGA, Saburo. **Le développement d'une logique de négation dans l'histoire de la pensée japonaise**. França: La Toison D'Or, 2002; MITCHELL, Richard H. **Janus-Faced Justice**. Hawaii: University of Hawaii Press, 1992; BROWNLEE, John S. **Japanese Historians and the National Myths**, 1600-1945. Tokyo, Vancouver: University of Tokyo Press, UBC Press, 1999.

[206] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963.

[207] "Novamente, se o controle fascista implica a suspensão formal ou destruição de uma constituição moderna, as formas não são uma questão de princípio, mas uma questão de eficácia marginal desses sistemas. Se as instituições parlamentares tivessem se tornado uma ponte para a revolução, então, como na Alemanha e na Itália, eles provavelmente seriam condenados à destruição. No entanto, se um sistema parlamentar (não simplesmente no sentido estrito de sistema de gabinete responsável; o mesmo se aplicando a um sistema presidencial) está, por uma série de razões políticas e econômicas, fora de perigo e se as forças antirevolucionárias têm uma maioria parlamentar esmagadora que parece improvável de ser ameaçada por algum tempo, então, o Parlamento não apresenta sérios obstáculos ao

> O fascismo não é em sentido algum um novo sistema social, nem representa uma tentativa de fazer avançar para um. Por conseguinte, não tem metas positivas, não tem nenhuma política inequívoca. Se ele tem um único objetivo, então é simplesmente o da contrarrevolução. Daí o seu slogan pode ter apenas uma forma negativa – o anticomunismo, antisemitismo. Daí também o fato de que, quando assume a forma da ditadura de partido único, na tentativa de fazer da contrarrevolução uma forma permanente de governo no plano ideológico, tal qual no campo prático. Além disso, o fascismo em sua propaganda finge ser amigo de todos os estratos sociais. Mas nas sociedades modernas compostas por uma pluralidade de interesses conflitantes e convergentes qualquer proponente de um programa político consistente e positivo está inevitavelmente ligado contra os interesses de uma classe ou outra [...] Isso pode ser absurdo, mas serve, numa forma quase caricatural, para pôr em relevo a essência mais profunda do fascismo. Em resumo e em "teóricos" termos, o processo de organização total da contrarrevolução só poderá ser realizado quando, por cimentação obrigatória da sociedade, todos os elementos heterogêneos – todos os opositores reais e potenciais da ordem estabelecida – serão varridos. Mas o surgimento desses elementos de oposição à ordem estabelecida é uma consequência da situação revolucionária destacada, não sua causa, e se não houver uma interrupção na marcha mundial diante da revolução social em si, este tipo de homogeneização, na realidade, nunca poderá ser concluído. Neste sentido, o trabalho do fascismo é eternamente "inacabado"; só pode existir como um *perpetuum mobile* voltado para o objetivo da organização total da contrarrevolução. E este é o destino final do "niilismo militante" na sociedade moderna.
> (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, pp. 175-176)

Nesse mesmo encaminhamento, há o estudo de Tetsunari Matsuzawa[208], que, com o intuito de identificação do elemento unificante na corrente de pensamento do fascismo de base, apontou algumas direções teóricas: certo retorno às origens (todos os partidários do ruralismo e aqueles da facção militar de extrema-direita); controle do desenvolvimento (com os teóricos do socialismo nacional, da burocracia

---

desenvolvimento do fascismo. Claro que, se os princípios parlamentares são plenamente operacionais e se o Estado de direito garantido pela Constituição é mantido numa forma relativamente pura, a organização eficaz das forças da contrarevolução se reunirá com consideráveis dificuldades e resistência, tensões, havendo um grande temor de 'infecção' advinda de países vizinhos que passam por uma mudança revolucionária" (MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963, pp. 163-164).

[208] MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984.

“inovadora”); e, por fim, uma questão de prioridade nacional (pensadores nacionalistas em geral, como Kita Ikki):

> O impulso para a guerra contra países estrangeiros fortaleceu a opressão e o controle do sistema doméstico trazendo o desenvolvimento da economia planejada e controlada e a extinção definitiva de todas as lutas da oposição. E assim uma única organização poderosa, mas internamente vazia, a Associação de Assistência do Governo Imperial (Taisei yokusan kai), que contemplou os anseios e a guerra em grande escala em que o militarismo arrastou a população em geral e tomou o centro do palco. A grande maioria do público em geral participou direta e integralmente nesta guerra. Com uma certeza subjetiva na propriedade e, *juntamente* com o inimigo, um estado de felicidade. Para tanto, significava cometer assassinatos e outros atos extremos de agressividade antiestrangeiros. Numa palavra, este movimento, esta expressão do extraordinário, foi institucionalizado: o extraordinário se tornou o comum, o normal. Agora tudo que era necessário era manter o sistema em constante movimento. Assim, mesmo no auge do fascismo japonês, mesmo assim houve quem justamente apontou a falta de mobilização da organização e da fraqueza interna do sistema.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, p. 14)

Para demonstrar sua hipótese, Matsuzawa afirma que a natureza do fascismo no Japão se expressa sob a xenofobia e a violência advinda do *Tennosei* (Sistema Imperial) como forma de legitimar o Estado, acrescentando que o fenômeno é perfeitamente comparável àquele ocidental em seus sintomas autoritários expressados em seu corpo político. Ele tem em vista que a coesão interna do Estado moderno japonês foi conquistada à base de discriminação, e tal fato seria reforçado pela pressão econômica imposta pela dinâmica da economia mundial. O Estado moderno, portanto, tomaria diferentes formas de expressão: capitalismo industrial, uma monarquia constitucional com sistema político de tipo partidário ou ainda um sistema opressor e de controle altamente burocratizado, combinado com agressões intermitentes e até guerras.

Essa visão acaba se complementando com a de Maruyama sobre a construção de um inimigo sob o nome de revolucionário ou de estrangeiro. Matsuzawa, da mesma maneira, leu o sistema imperial como autoregulador de sua ordem por meio de mudanças e reformas nos limites estreitos de uma massa

participante, de forma passiva, na política alienada e, ao mesmo tempo, deslumbrada com essa atuação falseada:

> As pessoas que aderem a esse movimento são "verdadeiros crentes". Eles ignoram o atual sistema, estruturas e procedimentos, colocam de lado os representantes e porta-vozes existentes, as questões de julgamento importam diretamente a si mesmos e tentam compreender seu idealismo. Porque eles acreditam em suas próprias metas subjetivas, portanto, não compartilham seus pontos de vista. Eles sentem que a não-conformidade em si não deve ser permitida a existir. Eles alimentam uma raiva profunda e permanente contra qualquer não-conformista, atacam e tentam, ou o fazem realmente, obliteram pessoas como revolucionários ou, em caso de guerra, estrangeiros.
> (MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984, pp. 6-7)

Segundo W. J. Macpherson[209], o debate no pensamento marxista, mais presente na literatura japonesa, insere-se em duas escolas formadoras: Ronoha e Kozaha[210]. Ronoha argumentava ser a Restauração *Meiji*, essencialmente, uma revolução burguesa liderada por capitalistas industriais, e a segunda escola, Kozaha, creditava a restauração a uma base monarquista e de persistência de resíduos feudais.

A polêmica foi gerada nos anos 1920 sobre as questões do movimento revolucionário no Japão que culminavam nas reformas *Meiji*[211]. Portanto, por um lado, havia a tese de Ronoha que decodificava as reformas como impostas pelo alto e, assim, uma revolução democrático-burguesa, ainda que incompleta, caracterizaria uma revolução socialista iminente. Por outro, a escola Kozaha concebe o reformismo *Meiji* como uma aliança do capital monopolista com os grandes proprietários de terra, sendo urgente uma sublevação democrático-burguesa a se transformar rapidamente numa revolução socialista. Assim, a Ronoha entende que a experiência japonesa é distinta da europeia pelo fato de que o fascismo se desenvolve sob uma base econômica de dominação do capitalismo monopolista, fundamentando-se numa organização de massa que atendia e propagava os interesses fascistas. A Kozaha embasava-se numa

---

[209] MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. London: University of Cambridge Press, 1995.
[210] MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. London: University of Cambridge Press, 1995, p. 6.
[211] GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 251.

definição mais consolidada do imperialismo japonês como militar-feudal. Um ponto comum às duas escolas é o de que:

> A ditadura fascista não é simplesmente uma ditadura reacionária, como os regimes de Horthy e Tsankov. É uma ditadura do capital financeiro, que tem sido capaz de, pelo emprego de um número de novos métodos, assegurar-se pelo apoio de uma pequena-burguesia por meio de uma política demagógica e de uma organização de massa. Estas duas ferramentas do fascismo existem no Japão – 1) a dominação do monopólio do capital, que teme a revolução proletária, que está à procura da saída disso pelo caminho de uma organização de um Estado fascista dentro da nação, e uma nova guerra com um objeto de uma redivisão do mundo, e 2) uma procura da criação de um movimento de massa da pequena-burguesia, como uma barreira para o capitalismo, apoiada por slogans social-democratas? Esses dois fatores estão presentes [no Japão].
> (RADEK apud GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, p. 75)

O fascismo, partindo desse ponto de vista, requer que seus seguidores sejam mobilizados e engajados a fim de manter o movimento; os meios de comunicação e outros artifícios são evocados para o despertar das massas com a concessão da participação ofuscada e ativa no Estado. Segundo Willensky, o Japão Imperial foi um Estado comprometido com as relações capitalistas, operando sem responsabilidade sobre as massas, um governo elitista-autoritário e imperialista[212].

Miles Fletcher[213] solidamente defende uma ideia do envolvimento de intelectuais que apontavam para a experiência fascista ocidental, para o projeto de construção nacional (e de expansionismo) e de identidade daquele período. Para tanto, Fletcher apresenta três pensadores da política nacional do período a fim de demonstrar como algumas bases dadas na estrutura do Estado japonês, como a organização das massas e a subordinação de outras nações vizinhas, contribuíram para o desenvolvimento de uma economia, política e sociedade planejadas para operar e voltadas ao modelo autoritário ocidental do período.

Explicar a fascistização do Estado japonês é também entender que ela foi realizada sob o jugo das elites no poder com estruturas pré-existentes das reformas *Meiji*, como sublinhou Maruyama. A discussão sobre a forma de governo e do caráter

---

[212] WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005, p. 74.
[213] FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 39, n. (Nov., 1979).

de classe do sistema imperial retoma os mesmos matizes. Nesse campo de possibilidades dois extremos são salientes: aqueles que consideram o "fascismo puro" e aqueles que negam a existência, apoiando-se na tese do militarismo e do ultranacionalismo[214].

Observação pertinente, ainda sob a chave de pensamento de que o fascismo é, essencialmente, contrarevolucionário, é a de que tais escritas da história também se movem a partir dessa engrenagem, apontando para o par "revolução e contrarrevolução"; em sua maioria, mesmo as teses que se apóiam sobre a teoria do militarismo funcionam sob a mesma base de discussão: o fascismo e a revolução. Para tanto, ao atentar-se à aplicação da categoria reducionista e ambígua do militarismo, pode-se debruçar sobre as relações econômico-sociais na sociedade japonesa e melhor consolidar a discussão sobre o fascismo.

O fato de recusar ou admitir o uso do termo "fascismo" para a experiência japonesa confina o debate num código binomial e, por consequência, as várias formas de tentar comparar cada caso acabam diluídas num jogo de forças infinito, acabando-se numa vazia disputa retórica. As formas de controle fascistas que faziam com que houvesse ou não o fechamento de instituições, de acordo com a sua importância ao poder hegemônico daqueles anos (o partido único, o sistema parlamentar ou presidencial), são apenas as faces que o fascismo escolheu para se dissimular em cada incidência nacional.

O aspecto inegável é de que existia a supressão violenta das forças revolucionárias e era contra elas que o movimento autoritário nos anos das grandes guerras contemporâneas – aliado a outros líderes, já assentados no quadro da política japonesa hegemonicamente apontando para as experiências ocidentais, que ansiavam por uma modernização do Estado capitalista e de expressão no cenário econômico mundial – se mobilizava[215].

---

[214] GATTI, Francesco. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983, pp. 254-256; WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005.

[215] MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963; WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodore (et al.). **The Authoritarian personality**. New York: Wiley, 1964.

ALLEN, George C. **A short history of modern Japan**: 1867-1937. Grã-Bretanha: Allen and Unwin, 1946.

_____. The Concentration of Economic Control in Japan. In: **The Economic Journal**, vol. 47, n. 186, 1937, pp. 271-286.

AMENDOLA, Giorgio. **Intervista sull'antifascismo**. Bari: Laterza, 1994.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BAUER, Otto. **Fascismo y capitalismo**: teoria sobre los origenes sociales y la función del fascismo. Barcelona: Martinez Roca, 1972.

BAXTER, J. C.; FOGEL, J. A. **Writing Histories in Japan**: texts and their transformations from Ancient Times through the Meiji Era. Japão: International Research Center for Japanese Studies, 2000.

BEASLEY, W. G. **The Modern History of Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989.

_____. **Japanese Imperialism**, 1894-1945. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987.

_____. **Modern Japan**: aspects of history, literature and society. Tokyo: Charles Tuttle, 1989.

_____. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles Tuttle, 1990.

BEHR, Edward. **Hiroíto** – Por trás da lenda. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 7ª. ed., 1994 (Col. Obras Escolhidas, v.1).

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Portugal: Edições Afrontamento, 2003.

_____. Tese (doutorado) – Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1998.

BIX, Herbert. **Hiroito and the making of modern Japan**. New York: Harper Collins, 2000.

_____. Rethinking Emperor-System Fascism. In: **Bulletin of Concerned Asian Scholars**. v. 14, 1982, pp. 20-32.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

BOSWORTH, R. J. B. **Mussolini**. Barcelona: Ediciones Península, 2003.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDERON, Roger. **Le fascisme**: idéologie et pratiques. Paris: Ed. Sociales, 1979.

BROOKER, P. **The face of fraternalism**. Nazi German, Fascist Italy and Imperial Japan. Oxford, New York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1991.

BUTLER, Rohan D'oliver. **Raíces ideológicas del nacional-socialismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

CANFORA, Luciano. **Ideologías de los estudios clásicos**. Madrid: Akal, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. **Fascismo**: uma ideia que circulou pela América Latina. Historia em Debate: Problemas, Temas e Perspectivas S L P: Cnpq/Infour, 1991, pp. 51-63.

CAROCCI, Giampiero. **Historia del fascismo**. México: UTEHA, 1961.

CARSTEN, F.L. **The Rise of Fascism**. Berkeley, CA: University of California Press, 1967.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHESNEAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

COGGIOLA, Osvaldo. **Biotecnologia, capitalismo e fascismo**. IV Internacional São Paulo, pp. 64-75, jan. 2001.

COLLOTTI, Enzo (a cura di). **Fascismo e antifascismo**. Revisioni, rimozioni, negazioni. Roma- Bari: Laterza, 2000.

_____. **Fascismo, fascismi**. Firenze: Sansoni, 1997.

COOK, H. T. **Japan at War**. An Oral History, New York: The New Press, 1992.

DE FELICE, Renzo. **Entrevista sobre o fascismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Explicar o fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

_____. **Fascismo**. Milano, Trento: Luni Editrice, 1998.

DEL BENE, Marcos. Il problema del consenso nel fascismo giapponese. In: **Storia e Futuro**: rivista de storia e storiografia, 2004.

DEL ROIO, José Luiz. **O que todo cidadão precisa saber sobre fascismo**. São Paulo: Global, 1987.

DIMITROV, Jorge. **A unidade operária contra o fascismo**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

DIONISOPOULOS, P. Allan. Revisionist Tendencies in Post-Occupation Japan. In: **The Western Political Quarterly**, vol. 10, n. 4, 1957, pp. 793-801.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Zahar Editores, 1973.

DORE, Ronald; ŌUCHI, Tsutomu. Rural Origins of Japanese Fascism. In: **Dilemmas of Growth in Prewar Japan**, ed. James Morley. Princeton: Princeton University Press, 1971, pp. 181-210.

DORPALEN, A. **Geopolitica em accion**: el mundo del Gral. Haushofer. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1982.

DUUS, Peter. **Modern Japan**. Boston: Houghton, 1998.

DUUS, Peter; OKIMOTO, Daniel I. Fascism and the History of Pre-War Japan: The Failure of a Concept. In: **Journal of Asian Studies**, vol. 39, n. 1, november 1979, pp. 65-79.

DUVERGER, M. **Janus**: lês deux faces de l'Occident. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1972.

DWORK, D.; VAN PELT, R. J. **Flight from the Reich**. Nova Iorque: Norton, 2009.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, Editora UNESP, 1997.

ERICSON, S. J. The Industrial Revolution in the Twentieth Century, with a Focus on Japan and the EastAsian Followers. In: **OAH Magazine of History**, Vol. 15, No. 1, **The Industrial Revolution**, outono 2000, pp.24-29.

FARLEY, M. S. War and the Japanese Budget. In: **Far Eastern Survey**, Vol. 7, No. 8, abril 1938, pp. 85-89.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoriatrismo"**. São Pualo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FIGUEIREDO, V. **Autoritarismo e Eros**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

FILOSA, Carla; PALA, Gianfranco. **Il nuovo imperialismo giapponese**: le basi economiche del neo-corporativismo nipponico. Roma: La Contradizzione, 1990.

FLETCHER, Miles. Intellectuals and Fascism in Early Showa Japan. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 39, N. 1 (Nov., 1979), pp. 39-63.

FREITAS, Marcos C. (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FRIEDRICH, C. J.; BRZEZINNSKI, Z. **Totalitarian Dictatorship and Autocracy**. Cambridge: Harvard University Press,1956.

FRIEND, T. **The Blue-Eyed Enemy Japan against the West in Java and Luzon, 1942-1945.** Princeton: Princeton University, 1988.

GATTI, Francesco. **Giappone contemporaneo**. Torino: Loescher, 1976.

_____. **Il fascismo giapponese**. Milano: Angeli, 1983.

GENTILE, Emilio. Fascism and Italian historiography: in search of an individual historical identity. In: **Journal of Contemporary History**. Vol. 21, n. 2, 1986.

_____. **Il culto del littorio**. Roma, Bari: GLF, 1993.

_____. **Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: Icone, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Jaime. **Em um tempo agônico**: da necessidade de uma crítica contemporânea em resistência ao fascismo. Estudos Avançados São Paulo, v. 21, n. 60, pp. 329-335, maio/ago. 2007.

GLUCK, Carol. **Japan's Modern Myths**. Princeton. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

GLUCKSMANN, André. **El viejo y el nuevo fascismo**. México: Era, 1972.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Socialismo e fascismo** (l'Ordine Nuovo: 1921-1922). Turim: Einaudi, 1966.

_____. **Sul fascismo**: a cura di Enzo Santarelli. Roma: Riuniti, 1978.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. London: Routledge, 1996.

GUERIN, Daniel. **Fascismo y gran capital**. Caracas: Editorial Fundamentos, 1973.

HALL, John W. **El Imperio Japonés**. Volumen 20. México, Argentina, España: Historia Universal Siglo Veintiuno, 1973.

HANE, Mikiso. **Modern Japan**: a historical survey. Boulder: Westview Press, 2009.

HASE, M. The Origin of Censorship. In: **Review of Japanese Culture and History**, 10/12, 1998.

HILFERDING, R. State Capitalism or Totalitarian State Economy. In: **Modern Review**, I, 1947.

HINTZE, Otto; GRESPAN, J. L. (trad.) Natureza e extensão do feudalismo. In: **Signum**, n. 6, 2004, pp. 145-182.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, J. A. **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HODGES, Charles. In Japan — The Imperial Way: An Authorized Interview with War Minister Araki. In: **Asia**, vol. XXXIV, no. 2, February 1934.

HOSTON, G. A. Marxism and National Socialism in Taishō Japan: The Thought of Takabatake Motoyuki. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 44, No. 1, Novembro 1984, pp. 43-64.

IENAGA, Saburo. **Le développement d'une logique de négation dans l'histoire de la pensée japonaise**. França: La Toison d'Or, 2002.

JANSEN, M. B. **The making of modern Japan**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2000.

KANJI, K. **El origen del poder**: historia de una nación llamada Japón. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

KARUBE, Tadashi. **Maruyama Masao and the fate of liberalism in twentieth-century Japan**. Japão: International House of Japan, 2008.

KAWAHARA, Toshiaki. **Hiroito and His Times**: a Japanese Perspective. Tokyo & New York: Kodansha International, 1990.

KAZSA, G. J. **The State and the Mass Media in Japan**, 1918-1945. Berkeley Los Angeles London: University of California Press, 1988.

KITCHEN, Martin. **Um mundo em chamas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KOHN, H. **A Era do Nacionalismo**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1963.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KOVALIO, J. Japan's Perception of Stalinist Foreign Policy in the Early 1930s. In: **Journal of Contemporary History**, Vol. 19, No. 2, abril 1984, pp. 315-335.

KÜHNL, Reinhard. **Liberalismo y fascismo**: Dos formas de dominio burguês. Barcelona: Fontanella, 1978.

KUNIYOSHI, C. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACCIOCCHI, M. A. **Eléments Pour Une Analyse du Fascisme**. Paris: UGE, 1976.

MACPHERSON, W. J. **The economic development of Japan 1868-1941**. London: University of Cambridge Press, 1995.

MAKI, J. M. The Role of the Bureaucracy in Japan. In: **Pacific Affairs**, No l. 20, No. 4 Dezembro 1947, pp. 391-406.

MANDEL, Ernest. **Sobre o fascismo**. Lisboa: Antidoto, 1976.

MARCUSE, H. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

MARIÁTEGUI, J. C. **As Origens do Fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010.

MARIÁTEGUI, J. C. **Defesa do Marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARUYAMA, Masao. **Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics**. London: Oxford University Press, 1963.

MATSUOKA, Yosuke. Dissolve the Political Parties. In: **Contemporary Japan**, vol. II, n. 4, March 1934.

MATSUZAWA, Tetsunari. **Japanese Fascism and the Tenno Imperial State**. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984.

MATTHEWS, Herbert L. **Frutos del fascismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

MAZZEI, F. **Il Caso Giapponese**. Texto mímeo.

MC GORMACK, Gavan. Nineteen-Thirties Japan: Fascism? In: **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, v. 14, 1982, pp. 2-19.

MIGNEMI, A. **La Seconda Guerra Mondiale, 1940-1945**. Roma: Editori Riuniti, 2000.

MIKISO, H. **Modern Japan**: a historical survey. Estados Unidos: Westview Press, 2001.

MILZA, Pierra. **Dictionnaire historique des fascismes et du nazisme**. Paris: Complexe, 1992.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREAU, M. **L'économie du Japon**. Paris: PUF, 2000.

MORISHIMA, Michio. **Capitalisme et Confucianisme**: technologie occidentale et éthique japonaise. France: Flammarion, 1987.

MORRIS, Ivan (Ed.). **Japan 1931-1945**: Militarism, Fascism, Japanism? Lexington, MA: D.C. Heath and Company, 1963.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. "Giappone". In: LUZZATTO, Sergio; DE GRAZIA, Victoria (orgs.). **Dizionario del Fascismo**, Vol. I A-K, Torino, Einaudi 2002, pp. 588-592.

_____. **The technological transformation of Japan**: from the seventeenth to the twenty-first century. Grã-Bretanha: Cambrigde, 1994.

MOSSE, G. L. **La nazione, le masse e la "nuova politica"**. Roma: Di Renzo editore, 1999.

MUSSOLINI, B. **Discursos da Revolução**. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. KINMONTH, E. H. The Mouse That Roared: Saito Takao, Conservative Critic of Japan's "Holy War" in China. In: **Journal of Japanese Studies**, Vol. 25, No. 2, Verão 1999, pp. 331-360.

MUSSOLINI, Benito. **Scritti E Discorsi Di Benito Mussolini**: Edizione Definitiva. Milano: Ulrico Hoepli, 1934.

NAGARU, Y. Manchukuo's New Economic Policy. In: **Pacific Affairs**, Vol. 11, No. 3, Setembro 1938, pp. 323-337.

NAJITA, Tetsuo. **The Intellectual Foundations of Modern Japanese Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

NEUMANN, Franz. **Behemoth.** The Structure and Practice of National-Socialism, 1933-1944**.** Nova Iorque, Lyndon and Co., 1944.

NINOMIYA, M.; CARDOSO, R. C. L. (org.) **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**. São Paulo: Kaleidus-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 1998.

NISH, I. An Overview of Relations between China and Japan, 1895-1945. In: **The China Quarterly**, No. 124, **China and Japan: History, Trends and Prospects**, Dezembro 1990 , pp. 601-623.

NOLTE, Ernst. **Les Mouvements fascistes**: l'Europe de 1919 a 1945. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

_____. **Three faces of fascism**: action française, italian fascism, national socialism. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante**: Japão e modernidade-mundo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OVERY, R. **Os Ditadores**: a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

PASSETTI, Matteo. **Progetti corporativi tra le due guerre mondiali**. Roma: Carocci editore, 2006.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, S. G. Fascismo, Modernismo e Modernização. In: **Penélope**: fazer e desfazer a história, n. 11, 1993.

_____. **El fascismo**. Estados Unidos: Alianza Editorial, 1979.

_____. **Falange**: a history of Spanish fascism. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1961.

_____. **A History of Fascism**, 1914-1945. Londres: UCL Press, 1995.

PEREIRA, L. (org.) **Perspectiva do Capitalismo Moderno**: leituras de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Zahar Editores, 1971.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PYLE, K. B. **The Making of Modern Japan**. Canadá, EUA: D. C. Health and Company, 1996.

RANGER, Terence; HOBSBAWM, E. **Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

REALE, Miguel. **O estado moderno (liberalismo-fascismo-integralismo)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935.

REISCHAUER, Edwin O. **Japan**: the story of a nation. Tokyo: Charles Tuttle, 1990.

REMOND, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENAUT, Alain. "*Preface*". In: **Les Mouvements fascistes**. Paris, Calman-Lévy, 1991.

RODRIGUES, A. E. M. (org.). **Fascismo**. Riode Janeiro: Eldorado, 1974.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAMUELS, R. J. Reinventing Security: Japan since Meiji. In: **Daedalus**, Vol. 120, No. 4, Searching for Security in a Global Economy, Outono 1991, pp.47-68.

SANTARELLI, Enzo. **Storia del Fascismo**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. **Storia del Movimento e del Regime Fascista**. Roma: Riuniti, 1967.

SASAKI, Chikara. **Introdução à teoria da ciência**. São Paulo: Edusp, 2010.

SCUCIMARRA, Luca. "Stato Totalitario". In: LUZZATTO, Sergio; DE GRAZIA, Victoria (orgs.). **Dizionario del Fascismo**, Vol. II L-Z, Torino, Einaudi 2002, pp. 692-696.

SECONDA GUERRA MONDIALE. In: **Rivista Storica Italiana**, LXXXIX/II/06, 1977.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. O Fascismo como "Totalizante". In: **Intellector**: revista de geopolítica e relações internacionais, v. 2, n. 4, pp. 8-23, jan.-jun. 2006.

SILBERMAN, B. S. Bureaucratic Development and Bureaucratization: The Case of Japan. In: **Social Science History**, Vol. 2, No. 4, verão 1978, pp. 385-398.

SILVA, Francisco C. T. da. "Os fascismos". In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Século XX**. Vol. II: o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SMITH, T. C. Peasant Time and Factory Time in Japan. In: **Past & Present**, No. 111, maio 1986, pp. 165-197.

SOFRI, G. **O Modo de Produção Asiático**: história de uma controvérsia marxista. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

STERNHELL, Zeev *et alli*. **Nascimento da ideologia fascista**. Lisboa, Livraria Bertrand, 1995.

STERNHELL, Zeev. **La naissance de l'idéologie fasciste**. França: Gallimard, 1989.

STORRY, Richard. **A History of Modern Japan**. Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1979.

_____. Imperial Conspiracy in Japan? In: **Pacific Affairs**, vol. 45, n. 2, 1972, pp. 272-276.

SUICHI, Kato et al. **Japão**: outro gigante. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

SUZUKI, Tae. **Cultura e sociedade japonesa**: da época primitiva às origens do Estado. Estudos Japoneses, São Paulo, n. 23, pp. 75-90, 2003.

SWEEZY, P. et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SWEEZY, P. et al. **Economia Politica del Imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Perifieria, 1971.

TAKEHIKO, N.; CRAIG, T. Mishima Yukio and Kita Ikki: The Aesthetics and Politics of Ultranationalism in Japan. In: **Journal of Japanese Studies**, Vol. 10, No. 2, verão 1984, pp. 437-454.

TANIN, O.; YOHAN, E. **Militarism and Fascism in Japan**. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1963.

TASCA, Angelo. **El nacimiento del fascismo**. Barcelona: Ariel, 1969.

_____. **The Rise of Italian Fascism**, 1918-1922. New York: H. Fertig Co., 1966.

TAYLOR, W. H. Policy Centralization in Japan Under the Kokutai Principle In: **Pacific Affairs**, Vol. 14, No. 1, março1941, pp. 51-77.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

TORAO, T.; BROWN, D. M. **Chronology of Japan**. Tóquio: Bussiness Intercommunications Inc. (BII), 1987.

TOWNSON, D. **The new Penguin dictionary of modern history**, 1789-1945. Londres, Nova Iorque: Penguin Books, 1994.

TRANFAGLIA, Nicola. **Labirinto Italiano**. Italia: La Nuova Italia, 1989.

_____. **Un Passato Scomodo**: fascismo e postfascismo. Roma: Laterza, 1996.

TRAVERSO, Enzo. **Il totalitarismo**. Italia: Paravia Bruno Mondadori Editori, 2002.

TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1986.

TROTSKY, Leon. **El fascismo**. Buenos Aires: Ediciones Cepe, 1972.

TSÉ-TUNG, M. **As Classes, a Economia e a Frente Única.** Lisboa: Edições Maria da Fonte, ?.

WEBER, E. **Varieties of Fascism**: doctrines od revolution in the twentieth century. Princeton, Nova Jersei, Toronto, Londres: D. Van Nostrand Company Inc., ?.

WILLENSKY, Marcus. Japanese Fascism Revisited. In: **Greater China**, vol. 5, nº. 1, 2005.

WILSON, G. M. A New Look at the Problem of "Japanese Fascism". In: **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 10, No. 4, julho 1968, pp. 401-412.

WILSON, G. M. Kita Ikki's Theory of Revolution. In: **The Journal of Asian Studies**, Vol. 26, No. 1, novembro 1966, pp. 89-99.

WONG, Roy Bin. **China Transformed**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

WRAY, H. CONROY, H. **Japan Examined Perspectives on Modern Japanese History**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1983.

YAMAMURA, K. The Role of the Samurai in the Development of Modern Banking in Japan. In: **The Journal of Economic History**, Vol. 27, No. 2, junho 1967, pp. 198-220.

YANAGA, Chitoshi. **Japan Since Perry**. New York: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1949.

YASUBA, Y. Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II? In: **The Journal of Economic History**, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996).

YOSHINO, Sakuzo. Fascism in Japan. In: **Contemporary Japan**, vol. I, n. 2, September 1932.

ANEXO

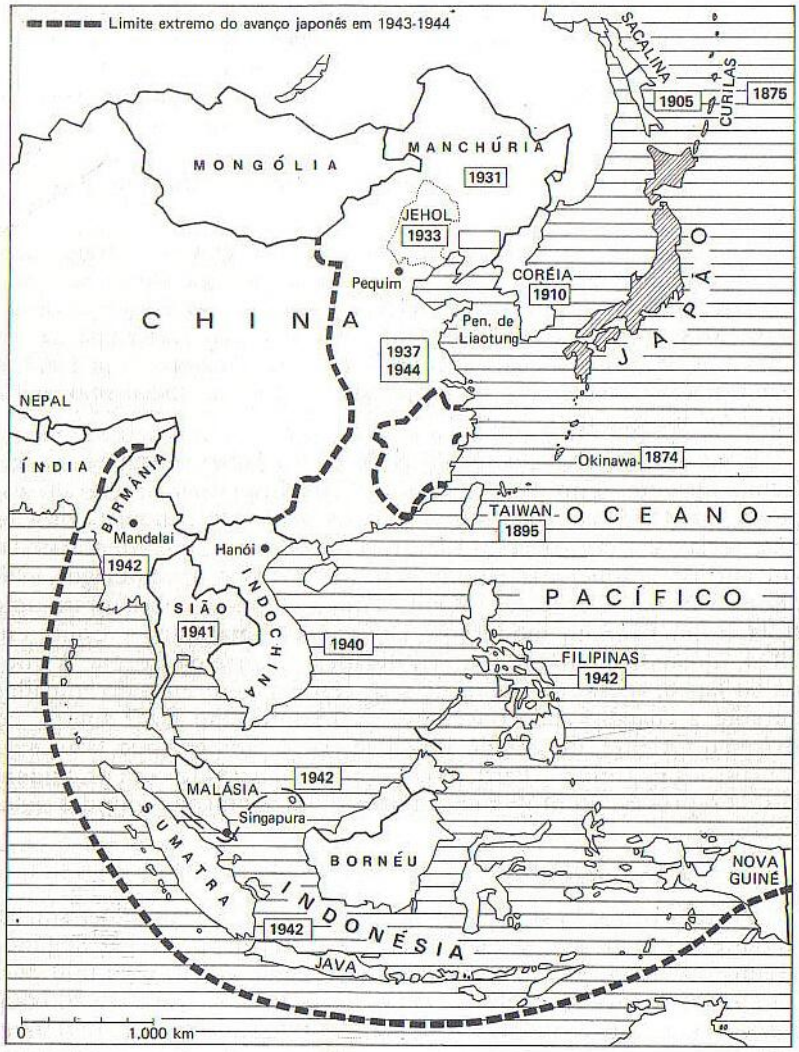
1.3 Primeiros-Ministros, suas respectivas gestões e motivos de saída: 1927-1945

Primeiro Ministro	Gestão	Período	Motivo da saída
Tanaka Giichi		20/04/1927 20/07/1929	Morte
Hamaguchi Osachi		02/07/1929 14/04/1931	Morte (assassinato)
Wakatsuki Reijiro	2ª	14/04/1931 13/12/1931	Eleição de 1931
Inukai Tsuyoshi		13/12/1931 16/05/1932	Morte (assassinato)
Saito Makoto		16/05/1932 08/07/1934	Corrupção
Okada Keisuke		08/07/1934 09/03/1936	Revolta de 26 de fevereiro
Hirota Koki		09/03/1936 02/02/1937	Dieta decretada pelo ministro do exército
Hayashi Senjuro		02/02/1937 04/06/1937	Sucessão por ordem imperial
Konoe Fuminaro	1ª	04/06/1937 05/06/1939	Esgotamento por guerra (Guerra Sino-japonesa)
Hiranuma Kiichiro		05/06/1939 30/08/1939	Despreparo diante do pacto germano-soviético
Abe Nobuyuki		30/08/1939 16/01/1940	Oposição do partido

Yonai Mitsumasa		16/01/1940 22/07/1940	Oposição do exército
Konoe Fuminaro	2ª	22/07/1940 18/07/1941	Demissão do ministro do exterior Matsuoka

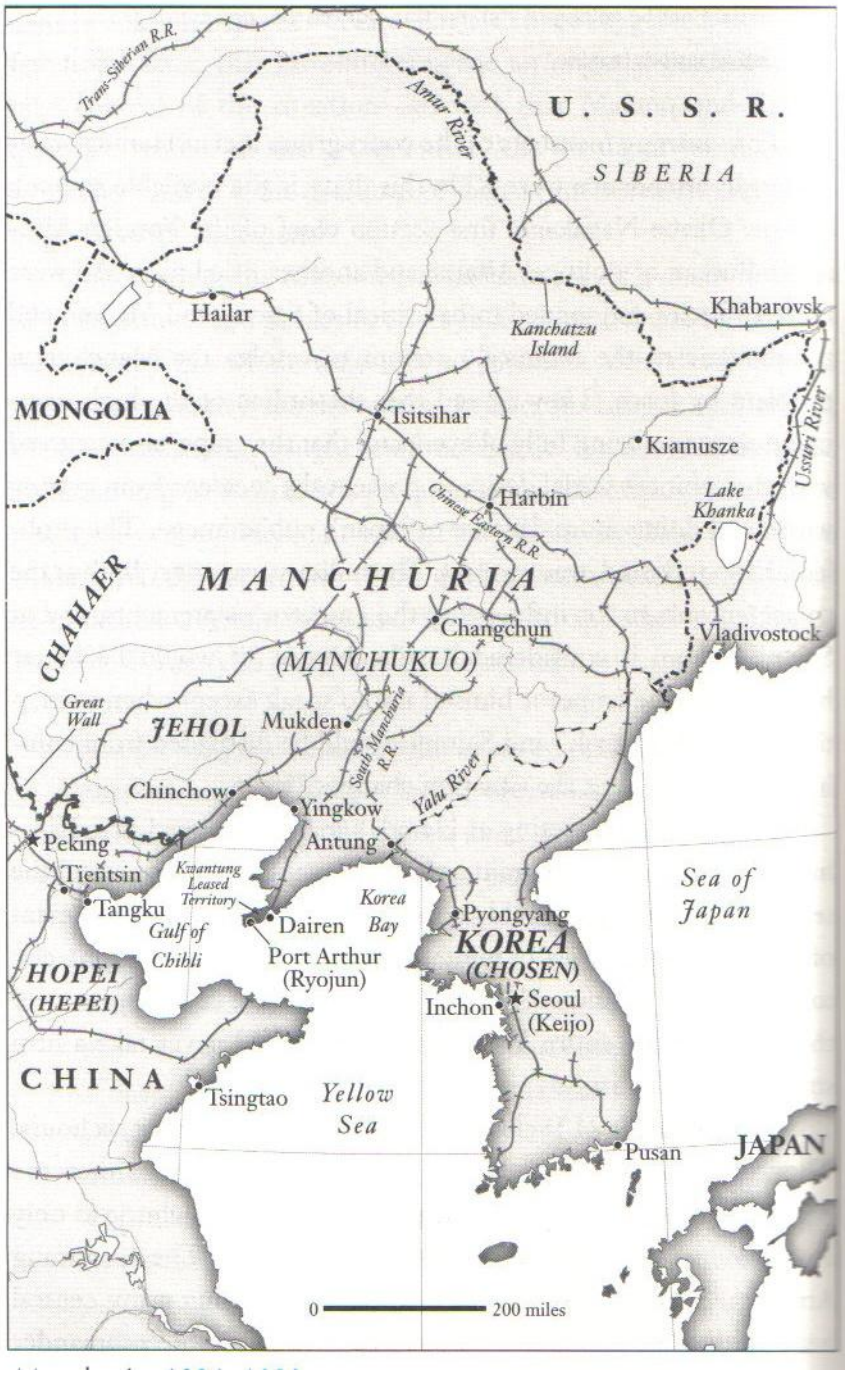
Adaptação: KAWAHARA, 1990; JANSEN, 2000; CHESNEAUX, 1976.

1.4 Mapa da expansão territorial do Japão na Ásia Oriental, 1874-1945



Fonte: CHESNEAUX, 1976.

1.5 Mapa da Machúria, 1931-1933

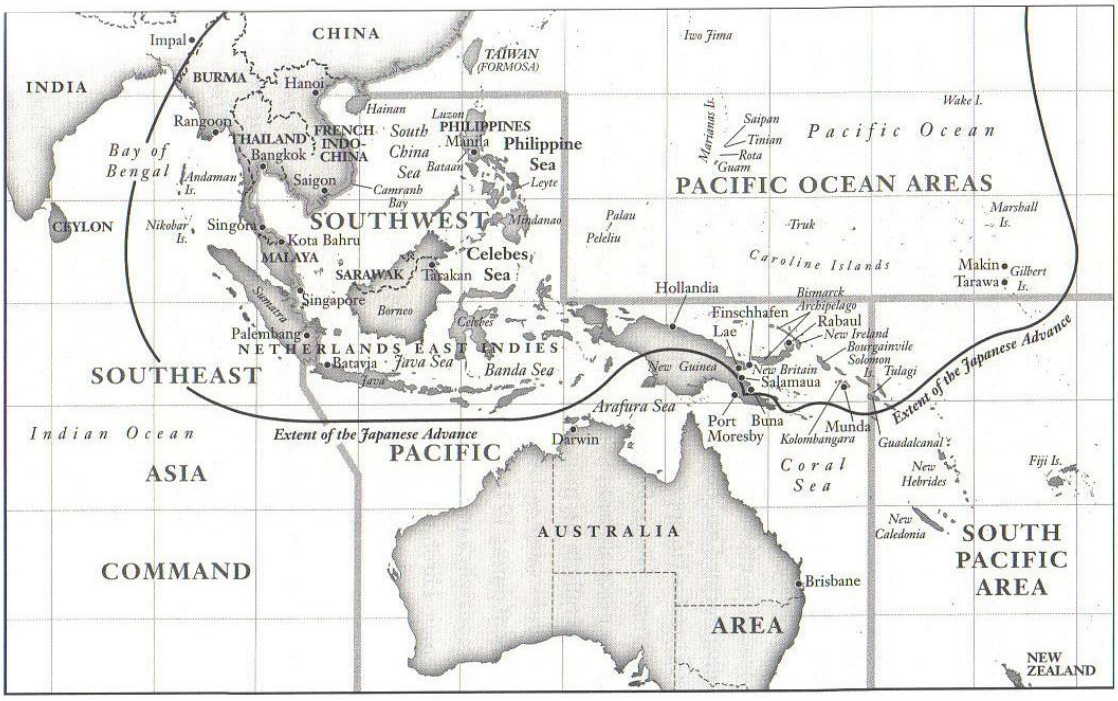


Fonte: BIX, 2000.

4. Mapa da Expansão Japonesa do Extremo Oriente, 1930-1941

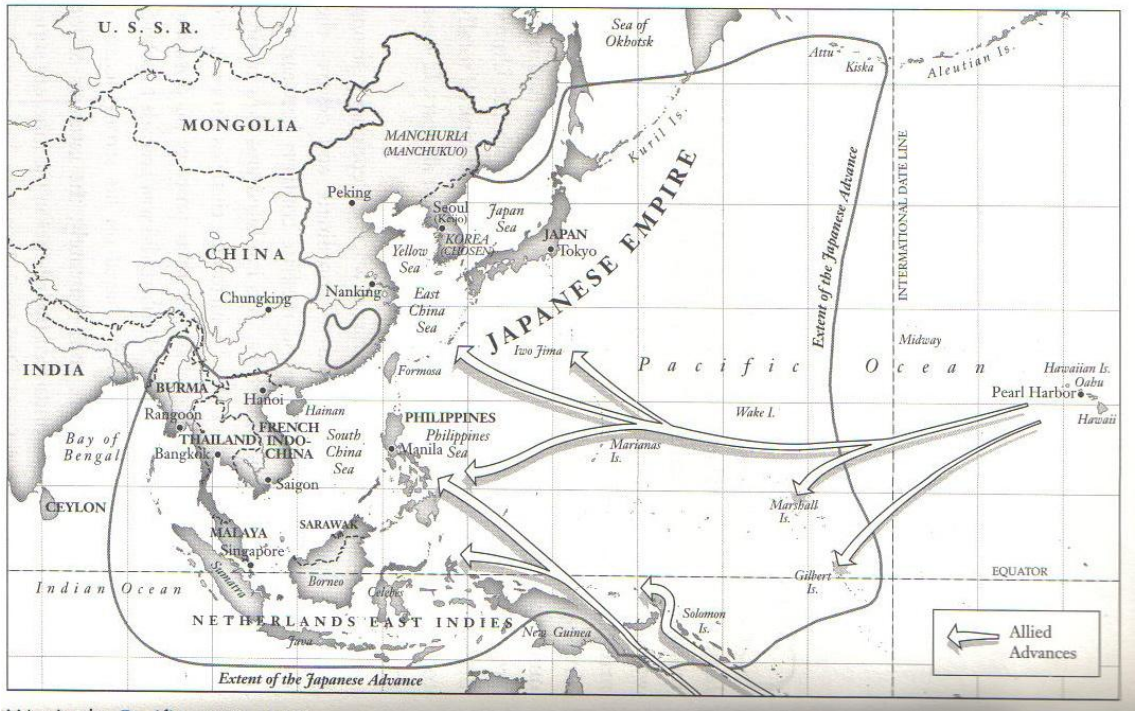
Fonte: BIX, 2000.

5. Mapa da Expansão Japonesa no Sul Asiático, 1942



Fonte: BIX, 2000.

6. Mapa da Guerra no Pacífico, 1941-1945



Fonte: BIX, 2000.